

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

CARLA MACEDO VELLOSO DOS SANTOS TAMER

A ATUALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO AMAZONAS QUANTO À
CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: O
PAPEL DA EDUCAÇÃO CONTINUADA NESSE PROCESSO

MANAUS

2014

CARLA MACEDO VELLOSO DOS SANTOS TAMER

A ATUALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO AMAZONAS QUANTO À
CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: O
PAPEL DA EDUCAÇÃO CONTINUADA NESSE PROCESSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade
e Controladoria da Universidade Federal do
Amazonas, como requisito para a obtenção de
Mestre em Contabilidade e Controladoria.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mariomar de Sales Lima

MANAUS

2014

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Tamer, Carla Macedo Velloso dos Santos

T157a

A atualização dos profissionais contábeis do Amazonas quanto à convergência das normas internacionais de contabilidade: o papel da educação continuada nesse processo / Carla Macedo Velloso dos Santos Tamer - Manaus, 2014.

130f. il. preto/branca

Dissertação (mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Mariomar de Sales Lima

1. Contabilidade – Normas 2. Balanço (Contabilidade) 3. Qualificações profissionais I. Lima, Mariomar de Sales (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 2007 657.62(811.3)(043.3)

CARLA MACEDO VELLOSO DOS SANTOS TAMER

A ATUALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO AMAZONAS QUANTO À
CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: O
PAPEL DA EDUCAÇÃO CONTINUADA NESSE PROCESSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade
e Controladoria da Universidade Federal do
Amazonas, como requisito para a obtenção de
Mestre em Contabilidade e Controladoria.

Aprovada em 16 de abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Mariomar de Sales Lima
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Daniel Reis Armond
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Maria Emilia de Oliveira Pereira Abbud
Universidade Federal do Amazonas

À minha amada tia Zetinha (*in memoriam*),
que sempre me apoiou e que, com certeza,
está no céu torcendo por mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a DEUS, meu Pai e pastor, por ter guiado meu caminho rumo ao mestrado e por ter me dado força, me amparado e até mesmo, em certos momentos, por ter me carregado nos braços. Desde quando decidi buscar o mestrado, o Senhor me ensinou sobre o Kairós, o tempo de Deus, e me mostrou que com paciência e perseverança nossos sonhos podem se realizar. Senhor, muito obrigada por tudo!

Tenho muito a agradecer também ao meu pai, à minha mãe, ao Edgar, meu querido irmão e à toda minha família. Certamente o apoio, amor e incentivo, que recebi durante minha vida, foram essenciais para que esse momento chegasse.

Agradeço à Vania e ao Victor, que em agradáveis conversas despertaram em mim o sonho de ser mestre. Também, aos grandes amigos Daniel, Renatinha, Casimiro, Thiago, Dilson, entre outros da Universidade Federal Fluminense (UFF). Às minhas amigas/irmãs Uly e Priscila, e aos amigos Anderson “Pirata” e Fillipe, que foram responsáveis pelo primordial incentivo inicial.

Agradeço à Mel, minha querida filha, pelo apoio e pela paciência. Eu não deveria estar apenas agradecendo, mas me desculpando pela ausência física e pela presença ausente. Ainda assim, fico feliz em saber que a inspiro, quando vejo que em suas brincadeiras se imagina uma adulta que elabora artigos e prepara sua dissertação. Te amo demais, minha princesa!

Também agradeço ao meu esposo, Alexandre, grande amor da minha vida e apoiador das minhas loucuras. Obrigada pela paciência e por ter sido um “pãe” para a Mel durante minhas ausências. Obrigada, inclusive, pelas inúmeras tentativas de me fazer curtir mais a vida e dar menos atenção ao mestrado. Apesar de não terem funcionado, tenho certeza que seu objetivo sempre foi o meu bem. Te amo!

Agradeço, ainda, à minha cunhada, Ana Isabel, meu concunhado, Mário Jorge, meus sobrinhos, Maria Cândida, Carol e Mário Neto, e, principalmente, à minha sogra, Tereza, por terem me ajudado no período do sanduíche na Universidade de São Paulo (USP) e em tantos outros momentos difíceis. O que seria de uma mestranda, se não tivesse o apoio da família? Obrigada de coração!

Imensamente, agradeço ao meu amado primo Djalma pela acolhida, paciência, carinho e amor, durante meu sanduíche na USP. Apesar da dificuldade de estar longe da minha filha e marido, posso dizer que foram quatro meses maravilhosos por estar ao seu lado. Sua presença divertida e amiga foi fundamental para que eu não desistisse. Te amo muito meu primo!

Também agradeço à Neide e à Rosângela, amigas que fiz durante minha estada em São Paulo. Agradeço aos amigos da USP, principalmente ao Christopher, Anderson, Sayuri, Cíntia, Ademir, Erika, Mamadou, Raquel, Alex, Janilson, Bárbara, dentre tantos outros. Um agradecimento especial ao amigo Sandro Soares, que me ajudou com a elaboração do questionário e que me lembrava, todo mês, que o prazo para defesa estava próximo.

Agradeço também, aos professores da USP, especialmente à Profa. Silvia Casa Nova, Prof. Reinaldo Guerreiro, Prof. Eliseu Martins, Prof. Valmor Slomski e Prof. Gilberto Martins, por terem me recebido de braços abertos no “sanduíche nacional”.

Aos colegas do mestrado da UFAM o meu muito obrigada! Também referente ao curso de mestrado, o meu especial agradecimento aos grandes amigos Jonathan, Neuzaí, Redvânia e Roberta. Fico feliz em saber que o mestrado não está apenas me conferindo um título, mas me dando um grupo de amigos maravilhosos!

Agradeço os ensinamentos e apoio de todos os professores do mestrado, especialmente do Prof. Manoel Martins, Prof. Waldemar Souza, Prof. Daniel Armond e Profa. Maria Emilia Abbud, pelos quais possuo grande respeito e admiração.

Agradeço, imensamente, à minha querida orientadora, Profa. Mariomar, por ter acreditado em mim desde o início do curso. Agradeço, ainda, pela orientação, ensino e apoio, que foram primordiais para a minha formação e para a realização desta pesquisa.

Agradeço, ainda, às amigas Raquel Sales, Tatiana e Juliana Libório, além das demais meninas do grupo MBD, por todo incentivo e paciência. Meninas, eu volto em breve!

Faltaria espaço para destacar tudo o que gostaria de agradecer ao querido amigo Francisco Carlos Filho, professor da Universidade de Pernambuco. Mas, resumindo, agradeço pelo incentivo, paciência, puxões de orelha, ensinamentos, conselhos e por ser meu “irmão gêmeo” nos sonhos e nos problemas. Seu apoio foi muito importante para a realização de vários projetos na minha vida, principalmente este. Obrigada por tudo!

Agradeço à FAPEAM, que financiou esta pesquisa e à UFAM, instituição que me recebeu de braços abertos, tanto como aluna do mestrado como professora da graduação. Agradeço, ainda, à Edna Dinelli, presidente do CRC/AM, por ter aceito o convite de compor a banca da minha defesa e, também, aos colegas contadores que responderam o questionário, item fundamental para esta pesquisa.

Infelizmente, por falta de espaço, não pude citar todas as pessoas que participaram dessa minha caminhada, me incentivando, apoiando ou, até mesmo, me servindo de exemplo. Contudo, já deixo o meu sincero agradecimento a todas elas.

**“Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena
acreditar nos sonhos que se tem.”**

(Renato Russo)

RESUMO

A convergência das normas contábeis aos padrões internacionais tem gerado mudanças nas legislações e práticas contábeis brasileiras refletindo nos resultados auferidos pelas empresas. Entretanto, as alterações nas grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis não acompanharam a velocidade de tais mudanças, indicando que, mesmo profissionais formados recentemente, podem apresentar deficiência em relação aos conhecimentos voltados à convergência das normas brasileiras às normas internacionais. Neste sentido, entra em tela a necessidade da educação continuada, no que tange a capacitação e atualização dos profissionais contábeis de todo país, principalmente dos formados anteriormente à mudança nas regras contábeis, notadamente em estados como o Amazonas, em que a falta de mão de obra qualificada tem resultado na importação de profissionais de outras regiões do Brasil. Diante disso, este estudo teve como objetivo geral analisar se há, dentre os contadores do Estado do Amazonas, a busca pela educação continuada, bem como conhecer seu reflexo no nível de atualização desses profissionais quanto à convergência das normas contábeis internacionais. Foi realizada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica sobre as normas brasileiras de contabilidade e a convergência aos padrões internacionais; o profissional contábil no Brasil, explanando sobre a evolução da profissão, sua formação e as habilidades e competências demandadas pelo mercado de trabalho; e, por fim, a Educação Continuada, contemplando os conceitos e definições, os programas de Educação Continuada no Brasil e no exterior e a importância da Educação Continuada sob o enfoque da Teoria do Capital Humano. Além disso, foi realizado um *survey*, com a aplicação de um questionário com questões fechadas a 99 contadores do Estado do Amazonas. Utilizou-se para o tratamento dos dados a estatística descritiva, com o cálculo da moda, mediana, média e desvio-padrão, além do teste de Qui-quadrado, com um nível de significância de 5%. Os resultados mostraram que há uma busca relevante pela educação continuada entre os respondentes, no entanto, a média geral de atualização dos profissionais correspondeu a um nível entre fraco e regular. Concluiu-se que a busca pela educação continuada foi um fator importante para o aumento do nível de atualização dos profissionais, já que uma parcela relevante do total dos respondentes que informaram ter buscado a educação continuada, referente à convergência das normas contábeis internacionais, possuíam nível de atualização regular a bom. O oposto foi igualmente percebido, quando a maioria dos contadores que responderam ter buscado pouco ou nada a educação continuada sobre o tema, demonstraram possuir nível de atualização péssimo a fraco. Tais resultados foram consoantes com a Teoria do Capital Humano.

Palavras-chave: Convergência das Normas contábeis; Profissionais contábeis; Educação Continuada; Teoria do Capital Humano.

ABSTRACT

The convergence of accounting standards to international standards has generated changes in Brazilian accounting practices and laws reflecting the results earned by the companies. However, the changes in the curricula of courses in Accounting did not follow the speed of these changes, indicating that even professionals recently formed, may have disabilities in relation to knowledge aimed at convergence of Brazilian standards with international standards. In this sense, the screen goes into the need for continued education as it pertains to training and updating of accounting professionals throughout the country, especially for graduates prior to changes in accounting rules, especially in states such as the Amazon, where the shortage of skilled labor has resulted in the importation of professionals from other regions of Brazil. Thus, this study was to analyze whether there is general among the counters of the state of Amazonas, the culture of continuing education, as well as knowing the reflection of that quest at level update these professionals regarding the convergence of international accounting standards. Was first performed a literature search on Brazilian accounting standards and convergence with international standards; the accounting professional in Brazil, explaining about the evolution of the profession, their training and the skills and competencies demanded by the labor market; and, finally, Continuing Education, contemplating the concepts and definitions, programs Continuing Education in Brazil and abroad and the importance of Continuing Education under the focus of the Human Capital Theory. In addition, a survey was conducted with the application of a questionnaire to 99 counters closed in the state of Amazonas. Was used for the treatment of the data descriptive statistics, calculating the mode, median, mean and standard deviation, in addition to the chi-square test, with a significance level of 5%. The results showed that there is a significant culture of continuing education among respondents, however, the overall average of updating professional corresponded to a level between weak and regular. It was concluded that the culture of the search for continuing education was important to increase the level of professional updating factor, since a significant portion of total respondents who reported having sought continuing education concerning the convergence of international accounting standards, level had a good regular update. The opposite was also noticed, when most accountants who reported having little or nothing sought continuing education on the subject, demonstrated a poor level of bad update. These results are consonant with the Human Capital Theory.

Keywords: Convergence of accounting Standards; Accounting professionals; Continuing Education; Theory of Human Capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Linha do tempo da convergência	28
Figura 2 –	Aquisição, depreciação e manutenção do conhecimento	48
Figura 3 –	Gênero da amostra	60
Figura 4 –	Faixa etária da amostra	61
Figura 5 –	Formação acadêmica	61
Figura 6 –	Tipos de empresa de atuação	62
Figura 7 –	Tempo de experiência	63
Figura 8 –	Proporção de contadores que utilizaram a educação continuada	65
Figura 9 –	Tipos de educação continuada mais utilizados	66
Figura 10 –	Frequência relativa do item Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis	67
Figura 11 –	Frequência relativa do item Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	67
Figura 12 –	Distribuição das respostas sobre Ajuste a Valor Presente Fonte: Elaboração própria	68
Figura 13 –	Frequência relativa do item Ativos Intangíveis (goodwill).....	69
Figura 14 –	Frequência relativa do item Operações de Arrendamento Mercantil.....	69
Figura 15 –	Frequência relativa do item Ajuste a Valor Presente	70
Figura 16 –	Frequência relativa do item Contratos de Construção	71
Figura 17 –	Frequência relativa do item Combinação de Negócios	71
Figura 18 –	Frequência relativa do item Primazia da essência econômica das operações sobre a forma	72
Figura 19 –	Frequência relativa do item Mensuração a valor justo	73
Figura 20 –	Frequência relativa do item Instrumentos Derivativos Financeiros	73
Figura 21 –	Frequência relativa do item Pesquisa e Desenvolvimento.....	74
Figura 22 –	Nível de atualização referente à convergência da contabilidade brasileira	75
Figura 23 –	Região onde ocorreu a Educação Continuada	77

Figura 24 –	Instituições onde ocorreu a Educação Continuada	77
Figura 25 –	Ano de conclusão da graduação	79
Figura 26 –	Nível de satisfação quanto ao preço de ações de Educação Continuada	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Retorno do Capital Humano com treinamentos e cursos de qualificação.....	51
Tabela 2 –	Contadores registrados nos CRCs do Norte do Brasil	56
Tabela 3 –	Ações de educação continuada mais utilizadas	63
Tabela 4 –	Estatística descritiva dos itens relativos à convergência da contabilidade brasileira	75
Tabela 5 –	Contato com as normas internacionais na graduação	79
Tabela 6 –	Contato com as normas internacionais na graduação X ano de conclusão da graduação	80
Tabela 7 –	Frequência das motivações para a busca da Educação Continuada	81
Tabela 8 –	Contato com as normas internacionais na graduação X ano de conclusão da graduação	82
Tabela 9 –	Nível de satisfação quanto à quantidade de ações de Educação Continuada	83
Tabela 10 –	Nível de satisfação quanto à variedade de ações de Educação Continuada	83
Tabela 11 –	Nível de satisfação quanto à qualidade de ações de Educação Continuada	84
Tabela 12 –	Nível de satisfação quanto ao preço de ações de Educação Continuada	85
Tabela 13 –	Resultado do Teste de Qui-quadrado entre a busca pela educação continuada e idade, gênero e tempo de experiência	86
Tabela 14 –	Confronto entre as variáveis busca pela educação continuada e tempo de experiência	87
Tabela 15 –	Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e variedade de ações de educação continuada	88
Tabela 16 –	Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e variedade de ações de educação continuada informal	89
Tabela 17 –	Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e variedade de ações de educação continuada formal	89
Tabela 18 –	Tipos de ações de educação continuada utilizados X Busca pela educação continuada	90
Tabela 19 –	Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e ano de conclusão da graduação.....	91
Tabela 20 –	Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e o contato com as normas internacionais na graduação	92
Tabela 21 –	Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e nível de satisfação quanto à quantidade	93
Tabela 22 –	Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e nível de satisfação quanto à variedade	94
Tabela 23 –	Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e nível de satisfação quanto à qualidade	94

Tabela 24 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e nível de satisfação quanto ao preço	95
Tabela 25 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre nível de atualização e idade, gênero e tempo de experiência	96
Tabela 26 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e idade	96
Tabela 27 – Confronto entre as variáveis nível de avaliação e gênero	97
Tabela 28 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e experiência	98
Tabela 29 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre nível de atualização e as ações de educação continuada.....	99
Tabela 30 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e palestras e seminários	99
Tabela 31 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e variedade das ações	100
Tabela 32 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre nível de atualização e a variedade de educação continuada	101
Tabela 33 – Tipos de ações de educação continuada utilizados X Nível de atualização	101
Tabela 34 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre nível de atualização e onde ocorreu a atualização	103
Tabela 35 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e variedade das ações	104
Tabela 36 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e ano de formação dos respondentes	104
Tabela 37 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e contato com as normas na graduação	105
Tabela 38 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e o nível de atualização	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Pronunciamentos Contábeis (CPCs) emitidos e seus objetivos	29
Quadro 2 –	Educação Continuada: Quadro Teórico	41
Quadro 3 –	Objetivos e conteúdo do questionário.....	55
Quadro 4 –	Guia da análise baseada da Matriz 5W2H	58
Quadro 5 –	Tipos de educação continuada utilizados	65

LISTA DE SIGLAS

ABBTUR:	Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo
ABRASCA:	Associação Brasileira das Companhias Abertas
AMB:	Associação Médica Brasileira
APIMEC:	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN:	Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA:	Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA:	Bolsa de Valores de São Paulo
CDP:	Câmara de Desenvolvimento Profissional
CES:	Câmara de Educação Superior
CFA:	Conselho Federal de Administração
CFB:	Conselho Federal de Biblioteconomia
CFC:	Conselho Federal de Contabilidade
CFP:	Conselho Federal de Psicologia
CNE:	Conselho Nacional de Educação
COFEN:	Conselho Federal de Enfermagem
CPC:	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPD:	<i>Continuing Professional Development</i>
CRC:	Conselho Regional de Contabilidade
CT-e:	Conhecimento de Transporte Eletrônico
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários
DFC:	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL:	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR:	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DVA:	Demonstração do Valor Adicionado
ECD:	Escrituração Contábil Digital
EFD:	Escrituração Fiscal Digital
FEA/USP:	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
GAAP:	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
IBRACON:	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IES:	Instituições de ensino superior
IFRS:	<i>International Financial Reporting Standards</i>
LLPA:	Lucro Líquido por Ação
MP:	Medida Provisória
NBC PA:	Normas brasileiras de contabilidade para auditor independente
NF-e:	Nota Fiscal Eletrônica
OAB:	Ordem dos Advogados do Brasil
OPACC:	Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados
PEPC:	Programa de Educação Profissional Continuada
PLPA:	Patrimônio Líquido por Ação
PTP:	<i>Practical Training for Professionals</i>
RAIS:	Relação Anual de Informações Sociais

RFB:	Receita Federal do Brasil
S.A:	Sociedade por ações
SEBRAE:	Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Microempresas
SPED:	Sistema Público de Escrituração Digital
SUSEP:	Superintendência de seguros privados
TI:	Tecnologia de Informação
UFAM:	Universidade Federal do Amazonas
UFPB:	Universidade Federal da Paraíba
UFPE:	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN:	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB:	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Problema da pesquisa	22
1.1.1 Questões adicionais da pesquisa	22
1.2 Objetivos da pesquisa	23
1.3 Justificativa	23
1.4 Contribuição	24
1.5 Estrutura do trabalho	25
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
2.1 Normas brasileiras de contabilidade e a convergência aos padrões internacionais	26
2.2 O Profissional Contábil	34
2.2.1 Formação do Contador e as Habilidades e Competências do Novo Profissional	34
2.3 Educação Continuada	39
2.3.1 Conceitos e Definições	40
2.3.2 O Programas de Educação Continuada dos Conselhos de Classe no Brasil	43
2.3.3 Os Programas de Educação Continuada no Exterior	46
2.3.4 A Importância da Educação Continuada sob o Enfoque da Teoria do Capital Humano	48
2.3.4.1 Taxa de retorno	49
2.3.4.2 Externalidades provocadas pela educação	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
3.1 Caracterização do estudo	53
3.2 Procedimentos de coleta	53
3.2.1 Pesquisa Bibliográfica	53
3.2.2 Survey.....	54
3.2.2.1 Questionário	54
3.2.2.2 Coleta dos dados	55
3.3 Técnicas e análise dos dados	57
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	59
4.1 Análise baseada na Matriz 5W2H	59
4.1.1 Who: Perfil da Amostra	60
4.1.2 How: Tipos de Educação Continuada	63
4.1.3 What: Nível de atualização	66
4.1.4 Where: Onde ocorreu a Educação Continuada	76
4.1.5 When: Quando ocorreu a atualização	78
4.1.6 Why: Motivações e desmotivações para a busca da educação continuada	81
4.1.7 How much: Preço cobrado nas ações de Educação Continuada	84
4.2 Busca pela Educação Continuada	86
4.2.1 Busca pela Educação Continuada e o Perfil dos Respondentes	86
4.2.2 Busca pela Educação Continuada e as ações de Educação Continuada	87
4.2.3 Busca pela Educação Continuada e quando ocorreu a atualização	91
4.2.4 Busca pela Educação Continuada e Nível de satisfação quanto à quantidade,	

variedade, qualidade e preço	93
4.3 Nível de Atualização dos respondentes	96
4.3.1 Nível de Atualização e o Perfil dos Respondentes	96
4.3.2 Nível de Atualização e as ações de Educação Continuada	98
4.3.3 Nível de atualização e local onde os respondentes se atualizaram	102
4.3.4 Nível de Atualização e quando ocorreu a atualização.....	104
4.4 Confronto entre a Busca pela Educação Continuada e o Nível de Atualização	106
5 CONCLUSÕES	108
5.1 Sugestões para estudos futuros	110
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	123

1 INTRODUÇÃO

O aumento das transações entre mercados globais fez com que surgisse a necessidade de melhorar a comunicação entre as empresas e seus investidores, clientes, fornecedores, entre outros. Como a contabilidade é a principal linguagem de comunicação dos agentes econômicos, instaurou-se em vários países a idéia de uma linguagem única, possibilitando a compreensibilidade e a comparabilidade das informações contábeis (NIYAMA; SILVA, 2011).

No caso específico do Brasil, com o propósito de permitir a convergência das normas contábeis adotadas aos padrões das normas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), já adotados nos principais mercados de valores mobiliários mundiais, a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 contou com mudanças significativas iniciadas pela Lei nº 11.638/07 e, posteriormente, pela Lei nº 11.941/09.

Ainda nesse contexto, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado pela Resolução do CFC nº 1.055/05, elaborou e divulgou no ano de 2008 os primeiros pronunciamentos contábeis e orientações, alinhados com as normas internacionais de contabilidade, para atender às alterações da legislação societária. Tais alterações refletem significativamente nas práticas contábeis, o que pode gerar um aumento da exigência desses conhecimentos no mercado de trabalho para os profissionais contábeis.

Contudo, para Cosenza e Laurencel (2011), os CPCs foram implantados de modo impositivo, sem a devida preparação da classe contábil para o processo de mudança. Sobre esse assunto, Ramos et al. (2011, p. 62) ressaltam que:

Desde sua criação até o início de 2010, o CPC já editou 43 pronunciamentos técnicos, todos convergentes às normas internacionais, conseguindo uma média de, aproximadamente, 11 pronunciamentos por ano. Desta forma, algumas questões começam a surgir em relação à rapidez com que este processo tem acontecido no Brasil, principalmente por que as normas contábeis brasileiras sempre foram fortemente influenciadas pela legislação, não tendo forte participação dos profissionais na elaboração destas. Agora com o CPC esperava-se que houvesse esta abertura, mas o que se tem evidenciado é uma adoção integral das normas do IASB, sem o devido debate acerca do impacto na contabilidade.

Além disso, as alterações nas grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) não acompanharam a velocidade dessas inovações. Ao analisarem os cursos de Ciências Contábeis de 183 IES situadas nas capitais brasileiras, Niyama et al. (2008) localizaram disciplinas que revelavam conhecimentos voltados à convergência das normas internacionais, como a disciplina contabilidade internacional ou

similar, nas grades curriculares de apenas 44 destas. Com base nesses resultados, os autores concluíram que o país poderia ficar atrasado no que se refere ao processo de harmonização das normas e padrões internacionais.

Em pesquisa similar, Bernardo, Nascimento e Nazareth (2010) analisaram os cursos de Ciências Contábeis do Estado de Minas Gerais e constataram que muitas IES não ofereciam a disciplina contabilidade internacional, ou similar. Apesar da referida disciplina conduzir o aluno a reflexões sobre a harmonização e padronização das normas contábeis, esta estava incluída em apenas 50% das grades curriculares pesquisadas.

Essa demora na adequação das grades curriculares indica, portanto, que mesmo profissionais formados recentemente, ou até mesmo estudantes, podem apresentar certa deficiência em relação aos conhecimentos voltados à convergência das normas brasileiras às normas internacionais. Confirmando essa afirmativa, Pereira (2011), tendo como um dos objetivos específicos de sua pesquisa verificar qual o nível de conhecimento em IFRS dos estudantes de Ciências Contábeis das IES do Distrito Federal, relatou que os estudantes classificaram seu conhecimento, na grande maioria dos assuntos pesquisados, como “ruim” ou “fraco”. Além disso, o autor ressaltou que:

Um resultado esperado, que se confirmou, foi o fato de nenhum estudante afirmar possuir um conhecimento “excelente” em nenhuma das normas. Isso é uma consequência do processo de convergência conduzido no Brasil. Não houve tempo hábil do início desse processo até a obrigatoriedade da adoção das IFRS pelas empresas brasileiras. O tempo hábil refere-se à preparação da profissão contábil, da academia, das empresas e a sociedade como um todo para mudanças tão profundas. (PEREIRA, 2011, p. 75).

No entanto, as empresas passaram a exigir os conhecimentos voltados às normas internacionais dos profissionais contábeis, como se observa na pesquisa de Faria e Queiroz (2009) que, por meio de análise documental em anúncios de ofertas de emprego na cidade de São Paulo nos anos de 2007 e 2008, concluíram que a demanda por contadores com conhecimentos voltados à Contabilidade Internacional apresentava-se expressiva, levando em consideração as várias áreas de atuação dos profissionais.

Também, Machado e Nova (2008), identificando os conhecimentos específicos requisitados pelas empresas de São Paulo vencedoras do Anuário da Revista Exame “Maiores e Melhores” do ano de 2005, concluíram que havia uma grande exigência do mercado quanto aos conhecimentos específicos em Práticas Contábeis Nacionais e Internacionais, principalmente por que as empresas reconhecem que quanto maior o grau de conhecimento do profissional menor serão os gastos com treinamentos, daí a preferência pela maior qualificação.

Segundo a pesquisa de Tamer et al. (2013), que teve como objetivo identificar o perfil do profissional contábil demandado pelo mercado de trabalho do Norte do Brasil, por meio da análise de anúncios de emprego divulgados em *sites* de recrutamento e jornais de grande circulação, os conhecimentos em normas contábeis internacionais apresentaram baixa demanda em todos os níveis hierárquicos pesquisados. Contudo, segundo os autores, essa baixa demanda pode demonstrar que os conhecimentos em normas contábeis internacionais já estejam implícitos na demanda pela contabilidade geral e por profissionais experientes. Já os cursos de especialização ou MBA foram altamente exigidos pelo mercado, demonstrando, assim, a grande necessidade da busca pela Educação Continuada por parte dos profissionais da região.

Salienta-se que o mercado de trabalho da Região Norte do país, no que tange as sociedades de direito privado, é composto basicamente por empresas dos ramos comercial e industrial. Segundo o IBGE, em 2011 o Estado do Amazonas possuía, aproximadamente, 36.300 empresas privadas, sendo que 48% correspondiam a empresas comerciais. Além disso, o estado conta com um pólo industrial em sua capital, denominado Pólo Industrial de Manaus (PIM) e está inserido na Zona Franca de Manaus (ZFM), que foi criada pela Lei nº 3.173/1957 e ampliada pelo Decreto-lei nº 288/1967, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram dos centros consumidores de seus produtos (BRASIL, 1957, 1967).

O PIM é considerado a base de sustentação da ZFM e compõe-se por mais de 600 indústrias, tanto nacionais quanto multinacionais, gerando mais de 100 mil empregos diretos e 400 mil indiretos para o Estado do Amazonas no ano de 2008 (NEVES, 2013). Segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), tais indústrias possuem alto grau de competitividade e são capazes de atender ao mercado nacional e ajudar o país a ampliar sua inserção no mercado internacional, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, bens de informática, duas rodas, termoplástico, químico, metalúrgico, mecânico e descartáveis.

No entanto, pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e pelo Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM) em 2012, identificou uma expressiva carência de profissionais qualificados, inclusive na área contábil, o que tem resultado na importação de mão de obra de outros estados, apesar de haverem mais de quatro mil contadores registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas (CRC-AM). Nesse cenário, nota-se a real necessidade da atualização contínua dos

profissionais contábeis do Estado do Amazonas para atender às exigências do mercado de trabalho quanto à qualificação profissional, principalmente pela importância das empresas instaladas no estado para o desenvolvimento do Brasil.

1.1 Problema da pesquisa

Face às repentinas mudanças nas legislações e práticas contábeis, introduzidas no item anterior, entra em tela a necessidade de ações de educação, no que tange a capacitação e atualização dos contabilistas, principalmente dos formados anteriormente à mudança das grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis. Contudo, não se conhece se há, dentre os contadores do Estado do Amazonas uma busca pela educação continuada e qual a sua relação com o nível de atualização dos profissionais contábeis quanto à convergência internacional das normas contábeis.

Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: **Qual o reflexo da busca da educação continuada no nível de atualização dos profissionais contábeis do estado do Amazonas?**

1.1.1 Questões adicionais da pesquisa

Busca-se, ainda, com o estudo, responder as seguintes questões adicionais:

- a) Quem são os respondentes; como se atualizaram quanto à convergência das normas contábeis; em que se atualizaram; onde se atualizaram; quando se atualizaram; porque se atualizaram; e, por fim, qual o custo da atualização?
- b) Há, dentre os contadores do Amazonas, uma busca pela educação continuada e quais os fatores a influenciam?
- c) Quais os fatores influenciaram o nível de atualização dos profissionais contábeis quanto à convergência das normas contábeis internacionais?

1.2 Objetivos da pesquisa

Considerando o problema de pesquisa apresentado, o objetivo geral deste trabalho é **analisar se há, dentre os contadores do Estado do Amazonas, a busca pela educação continuada e conhecer seu reflexo no nível de atualização desses profissionais quanto à convergências das normas contábeis internacionais.**

Para alcançar o objetivo principal da pesquisa foram percorridas as etapas traçadas pelos seguintes objetivos específicos:

- a) Arrolar os dados dos questionários, seguindo a Matriz 5W2H, buscando conhecer quem são os respondentes; como se atualizaram quanto à convergência das normas contábeis; em que se atualizaram; onde se atualizaram; quando se atualizaram; porque se atualizaram; e, por fim, qual o custo da atualização as principais ações de Educação Continuada.
- b) Analisar se, dentre os contadores do Amazonas, existe a busca pela educação continuada e quais os fatores a influenciam.
- c) Identificar os fatores que influenciam o nível de atualização dos profissionais contábeis quanto à convergência das normas contábeis internacionais.
- d) Correlacionar a busca da educação continuada com o nível de conhecimento dos profissionais.

1.3 Justificativa

Seguindo o tema da pesquisa, estudos como o de Lopes et al. (2006), Diehl e Souza (2007), Paganotto, Rossoni e Ribeiro Filho (2007), Niyama et al. (2008), Araújo (2008), Machado, Machado e Santos (2008), Oliveira (2009), Amorim (2010) e Pereira (2011), tiveram como foco a Educação Contábil Continuada. Contudo, nenhuma das pesquisas citadas tiveram o Norte do Brasil como foco de estudo e, muito menos, o Estado do Amazonas. Além disso, apenas a pesquisa de Pereira (2011) abordou a Educação Continuada voltada à convergência das normas internacionais, o que justifica a escolha do tema e da população em foco.

Schultz (1973) ressaltou a importância do tema deste trabalho quando citou que, tanto o capital físico quanto o capital humano, estão sujeitos à obsolescência, devendo sofrer

constante manutenção. Todavia, de acordo com o *Human Capital Report* (2013), dentre os 185 países pesquisados, o Brasil encontra-se na 101ª posição no *ranking* dos países com facilidade de encontrar mão de obra qualificada, posição que está diretamente ligada à baixa qualidade da educação no país. No Amazonas, a falta de mão de obra qualificada resulta na importação de profissionais de outras regiões do Brasil. Tal fato reflete a importância de estudos voltados à Educação Continuada e a capacitação dos contadores do Amazonas.

Salienta-se que, segundo o CFC, no Norte do Brasil estão registrados nos conselhos regionais mais de 28 mil contabilistas, sendo que desses, mais de 20 mil encontram-se na categoria contador, que correspondem a, aproximadamente, 7% dos contadores do país. Apesar de ser a Região com o menor número de contabilistas registrados, o Norte brasileiro apresenta a maior proporção de bacharéis em relação aos técnicos de contabilidade, correspondendo, respectivamente, a um percentual de 71% contra apenas 29%.

O Amazonas, maior estado do Brasil, é o segundo em número de contadores da Região Norte, atrás apenas do Estado do Pará. Sua capital, Manaus, é a 6ª cidade com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do país e parte desse resultado se deve ao Pólo Industrial de Manaus, que abriga inúmeras empresas nacionais e internacionais. Ressalta-se a importância do contador na gestão das empresas do estado e o quanto a falta de atualização dos conhecimentos contábeis pode gerar, direta ou indiretamente, problemas das mais diversas proporções. Portanto, a formação e atualização dos conhecimentos dos profissionais contábeis tornam-se fundamentais para a saúde financeira das empresas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico, financeiro e social do país.

Além disso, justifica-se o tema pelo interesse pessoal e profissional da pesquisadora, já que o estudo poderá contribuir para a melhoria de sua formação acadêmica e docente, além de contribuir com a classe contábil como um todo, pela possibilidade da melhoria da oferta de ações de educação continuada no estado.

1.4 Contribuição

Este trabalho pretende trazer contribuições a três esferas: para as instituições que oferecem ações de Educação Continuada, para os profissionais contábeis do estado do Amazonas e para o desenvolvimento regional.

Esta pesquisa visa contribuir com as instituições que oferecem ações de Educação Continuada no Amazonas, por meio da identificação do nível de conhecimento dos

profissionais e da verificação da oferta realizada nos últimos anos, o que poderá gerar o melhoramento da oferta e a implantação de novas ações educacionais, reformulação das estruturas curriculares, contratação de profissionais qualificados, ofertas de cursos de especialização Lato Sensu, MBAs e etc.

Para os profissionais contábeis, a contribuição proposta está relacionada com sua qualificação e atualização profissional, intimamente ligas à sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Neste sentido, é oportuno destacar que, sob o enfoque da Teoria do Capital Humano, a aquisição de conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano dos profissionais, aumentando também sua empregabilidade (BECKER, 1962; BLAUG, 1976 apud MARTINS; MONTE, 2009, p.4).

Por fim, para o desenvolvimento regional, a pesquisa busca contribuir para a melhoria dos serviços contábeis prestados no Amazonas, o que poderá acarretar a diminuição da importação de contadores de outros estados, como vem ocorrendo para cargos de maiores qualificações.

1.5 Estrutura do trabalho

A pesquisa está estruturada em cinco seções além desta, de caráter introdutório, na qual se aponta o problema estudado com a definição dos objetivos gerais e específicos, justificativa e contribuição. Na seção seguinte, é apresentada a Fundamentação Teórica, onde são discutidas as normas brasileiras de contabilidade e a convergência aos padrões internacionais; o profissional contábil no Brasil, explanando sobre a evolução da profissão, sua formação e as habilidades e competências demandadas pelo mercado de trabalho; e, por fim, a Educação Continuada, contemplando os conceitos e definições, os programas de Educação Continuada no Brasil e no exterior e a importância da Educação Continuada sob o enfoque da Teoria do Capital Humano.

Posteriormente, apresenta-se a Metodologia, contendo a caracterização do estudo, técnicas e procedimentos, além das etapas da pesquisa. A quarta seção apresenta os achados e os resultados obtidos após a aplicação das técnicas descritas. Por fim, têm-se a conclusão do estudo e as sugestões para futuras pesquisas, seguindo-se das Referências e Apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção são discutidas as normas brasileiras de contabilidade e a convergência aos padrões internacionais; o profissional contábil no Brasil, explanando sobre a evolução da profissão, sua formação e as habilidades e competências demandadas pelo mercado de trabalho; e, por fim, a Educação Continuada, contemplando os conceitos e definições, os programas de Educação Continuada no Brasil e no exterior e a importância da Educação Continuada sob o enfoque da Teoria do Capital Humano.

2.1 Normas brasileiras de contabilidade e a convergência aos padrões internacionais

Para se falar da atualidade e da convergência aos padrões internacionais das normas contábeis brasileiras, faz-se necessário um breve retorno à história da contabilidade no Brasil e no mundo. De acordo com Marion (1998), a contabilidade existe desde o início da civilização humana, mensurando, ainda que de modo precário, a riqueza do homem que é, por sua natureza, ambicioso. Já Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) ressaltaram que sua origem não teve lugar definido, sendo encontrada, mesmo que de forma rudimentar, em inscrições de Fenícios, Persas, Egípcios, Gregos e outros povos. No entanto, sua aparição formal deu-se na Itália, no período da Renascença, com o livro *Summa*, escrito por Luca Pacioli em 1494, onde, entre cálculos de probabilidades, equações exponenciais e logaritmos neperianos, surgiu a Contabilidade por partidas dobradas (GONÇALVES, 2010).

No Brasil, a adoção do sistema das partidas dobradas foi determinado em 1808, com a criação da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, após a chegada da Família Real. Segundo Peleias e Bacci (2004), essa determinação teve como causa principal o reconhecimento de seu uso pelos países da Europa. Em 1850, houve o primeiro Código Comercial Brasileiro, que trouxe obrigatoriedade para as empresas em manterem a escrituração contábil, seguirem uma ordem uniforme para os registros contábeis e o levantamento dos balanços gerais ao final de cada ano.

Anos mais tarde, em 1940, foi promulgado o Decreto-Lei no. 2.627, voltado às empresas de capital aberto, com o objetivo de padronizar as práticas contábeis no país. Nesse documento foram apresentados os critérios de avaliação do ativo, do uso do custo histórico, da amortização, da depreciação, da formação da reserva legal, entre outros assuntos (PELEIAS; BACCI, 2004).

Internacionalmente, a idéia de padronizar práticas contábeis gerou, em 1965, a primeira pesquisa sobre harmonização contábil internacional. Segundo Baker e Barbu (2007), essa pesquisa definiu uniformidade contábil como sendo a apresentação de apenas um conjunto de contas para todos os investidores, independentemente da nacionalidade. Anos depois, em 1973, foram fundadas duas instituições voltadas à padronização das normas contábeis. Uma delas é o *International Accounting Standard Committee* (IASC), que foi criado na Europa com o objetivo de desenvolver padrões internacionais de contabilidade de alta qualidade. A outra instituição é o *Financial Accounting Standard Board* (FASB), que foi criado nos Estados Unidos com o objetivo de desenvolver estudos sobre os US GAAP (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009).

Esse movimento internacional se refletiu no Brasil com a edição da Lei no. 6.404/76 e o Decreto no. 1.598/78, que introduziu no Brasil a obrigatoriedade de utilização de procedimentos e regras contábeis anglo-saxônicas para fins de uniformização de padrões que eram utilizados pelas empresas transnacionais que estavam se estabelecendo no país. Segundo Geron (2008), antes de 1976 eram apenas exigidos das empresas o Balanço Geral e a Demonstração de Lucros e Perdas. Já com o advento da “nova” lei das S.A, inovações às demonstrações contábeis foram implantadas, enfatizando a melhoria das informações que seriam divulgadas.

Após a emissão de 21 normas contábeis e posterior síntese dessas normas em apenas dez, com a publicação da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, o IASC foi substituído pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) em 2001, que iniciou a emissão das *International Financial Reporting Standard* (IFRS). No ano seguinte, em 2002, o IASB e o FASB iniciaram um projeto de convergência com o objetivo de desenvolver um conjunto compatível de normas contábeis de alta qualidade. Em 2006, as duas instituições assinaram um memorando onde consideravam como fundamentais para o processo de convergência normas que tratavam de: consolidação; combinação de negócios; mensuração a valor justo; passivo e patrimônio líquido; instrumentos financeiros; reconhecimento de receita; ativos intangíveis; arrendamento mercantil, entre outras (PEREIRA, 2011).

Já no Brasil, até o ano de 2007, as alterações realizadas na Lei nº 6.404/76 não tiveram tanta relevância nas práticas contábeis quanto as alterações pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, que regulamentou a Medida Provisória nº 449. Segundo Cosenza e Laurencel (2011), essas alterações na legislação societária adequaram os procedimentos contábeis brasileiros aos padrões das normas IFRS, já adotados nos principais mercados de valores

mobiliários mundiais. Segundo Geron (2008), a Lei nº 11.638/07 alterou consideravelmente as práticas, mensuração e componentes das demonstrações contábeis e destaca a obrigatoriedade de novas demonstrações, como a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC para companhias abertas e fechadas com Patrimônio Líquido superior a 2 milhões de reais, em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, que passou a ser de preparação e divulgação obrigatória para as companhias abertas.

A união das entidades ABRASCA, APIMEC, BOVESPA, CFC, IBRACON, BACEN, CVM, RFB e SUSEP, além de outras entidades convidadas, possibilitaram a elaboração e divulgação dos pronunciamentos contábeis pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, órgão criado pela Resolução nº 1.055/05 do CFC. De acordo com Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), no Brasil, vários órgãos reguladores como o CFC e a CVM, buscaram integrar o país no contexto de convergência contábil. Para tanto, tais órgãos participam na elaboração e discussão dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, órgão cujo principal objetivo é a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Segundo Lima (2011), em 2010 o IASB, o CFC e o CPC assinaram o Memorando de Entendimento, com o objetivo de certificar que as normas brasileiras de contabilidade continuem se baseando nas IFRS. A Figura 1 ilustra os acontecimentos principais para o processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

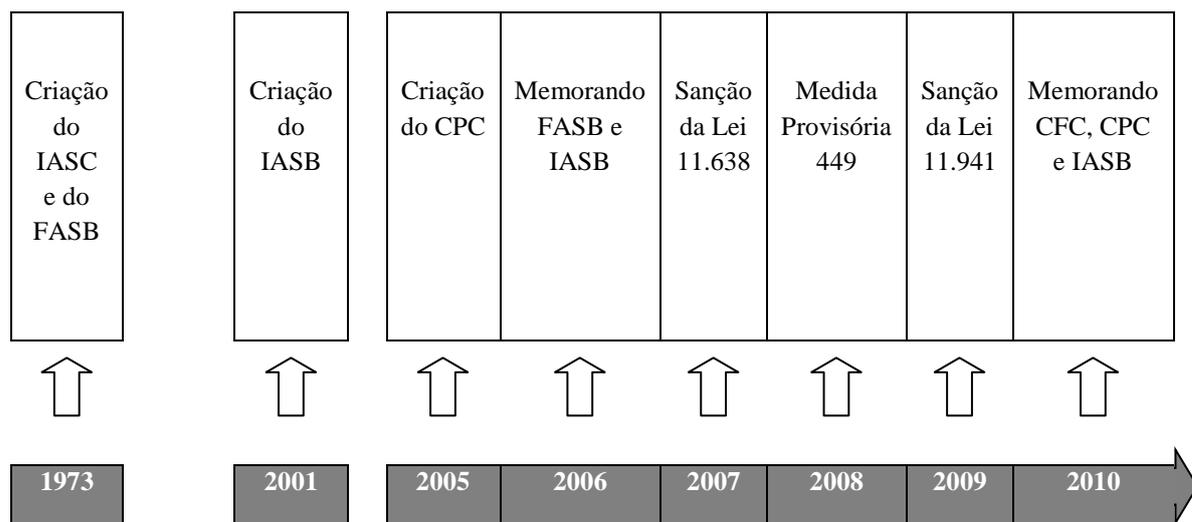


Figura 1 – Linha do tempo da convergência.

Fonte: Elaboração Própria.

Entre os anos de 2007 a 2013, o CPC já emitiu 45 pronunciamentos técnicos, seis orientações técnicas (OCPC), 17 interpretações técnicas (ICPC), a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro, comumente chamada de CPC 00, além da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos (CPC PME). No Quadro 1 são apresentados os Pronunciamentos Contábeis (CPCs) atualizados até o ano de 2013 e seus respectivos objetivos.

Pronunciamento Técnico	Objetivo
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Facilitar a formulação consistente e lógica dos CPCs. Também fornece uma base para o uso de julgamento na solução de problemas de contabilidade.
CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Orientar acerca de como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis da entidade e como converter demonstrações contábeis para moeda de apresentação.
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Requerer a prestação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da entidade por meio de demonstração dos fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa do período por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento.
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com referidas partes relacionadas.
CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil	Estabelecer, para arrendatários e arrendadores, políticas contábeis e divulgações apropriadas a aplicar em relação a arrendamentos mercantis.
CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais	Definir a aplicação na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental.
CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	Estabelecer o tratamento contábil aplicável ao reconhecimento, mensuração e divulgação dos custos de transação incorridos e dos prêmios recebidos no processo de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais e/ou de dívida.

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estabelecer critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Estabelecer procedimentos para reconhecimento e divulgação, nas demonstrações contábeis, das transações com pagamento baseado em ações realizadas pela entidade.
CPC 11 - Contratos de Seguro	Especificar o reconhecimento contábil para contratos de seguro por parte de qualquer entidade que emite tais contratos (denominada pelo Pronunciamento como seguradora).
CPC 12 - Ajuste a Valor Presente	Estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis.
CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08	Assegurar que as primeiras demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as demonstrações contábeis intermediárias, contenham informações que proporcionem um ponto de partida adequado para a contabilidade de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil; sejam transparentes para os usuários e possam ser geradas a um custo que não supere os benefícios para os usuários.
CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I)	ESTE PRONUNCIAMENTO DEIXA DE TER APLICABILIDADE APÓS A UTILIZAÇÃO DO CPC 38, CPC 39 E CPC 40.
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios	Aprimorar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que a entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios e sobre seus efeitos.
CPC 16 (R1) - Estoques	Estabelecer o tratamento contábil para os estoques.
CPC 17(R1) - Contratos de Construção	Estabelecer o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção.
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).
CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto	Estabelecer princípios para o reporte financeiro por entidades que tenham interesses em negócios controlados em conjunto.
CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos	Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo.
CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária	Estabelecer o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário.

CPC 22 - Informações por Segmento	Estabelecer como a entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera.
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definir critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro.
CPC 24 - Evento Subsequente	Determinar quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações; e as informações que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações.
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações.
CPC 28 - Propriedade para Investimento	Estabelecer o tratamento contábil de propriedades para investimento e respectivos requisitos de divulgação.
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	Estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.
CPC 30 (R1) - Receitas	Estabelecer o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos.
CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	Estabelecer a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda (colocados à venda) e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas.
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro.
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados.
CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas	Estabelecer a contabilização de investimentos em controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas, quando o investidor opta ou é requerido por regulamentação local, a apresentar as demonstrações

	contábeis separadas.
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Estabelecer princípios para a apresentação e elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades.
CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Garantir que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRSs) e as demonstrações contábeis intermediárias para os períodos parciais cobertos por essas demonstrações contábeis contenham informações de alta qualidade.
CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Estabelecer princípios para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros.
CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Estabelecer princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivo ou patrimônio líquido e para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Exigir que a entidade divulgue nas suas demonstrações contábeis aquilo que permita que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro para a posição patrimonial e financeira e para o desempenho da entidade; e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros a que a entidade está exposta durante o período e ao fim do período contábil, e como a entidade administra esses riscos.
CPC 41- Resultado por Ação	Estabelecer princípios para a determinação e a apresentação do resultado por ação, a fim de melhorar as comparações de desempenho entre diferentes companhias (sociedades por ações) no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Fornecer as diretrizes necessárias para que as demonstrações contábeis de uma entidade e as divulgações contábeis intermediárias possam ser declaradas como estando conformes com as normas internacionais de contabilidade (IFRSs).
CPC 44 - Demonstrações Combinadas	Orientar quanto aos critérios para elaboração, às circunstâncias envolvidas e à forma da apresentação de demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como esclarecer o seu significado.
CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades	Exigir que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliar a natureza de suas participações em outras entidades e os riscos associados a tais participações; e os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa.
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Definir valor justo, estabelecer em um único Pronunciamento a estrutura para a mensuração do valor justo; e estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.
CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas	Definir a base das demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de

e Médias Empresas com Glossário de Termos	pequeno e médio porte (PMEs).
---	-------------------------------

Quadro 1 – Pronunciamentos Contábeis (CPCs) emitidos e seus objetivos.

Fonte: Elaboração própria com dados do CPC.

Acerca da adoção dos CPCs no Brasil, Santos (2012) ressalta que a CVM determinou que fosse realizada em duas etapas. A primeira, já em 2008, com a adoção dos CPCs 1 a 14 e a segunda, a partir de 2010, com a adoção completa do *full* IFRS. Contudo, Cosenza e Laurencel (2011) destacaram os principais pontos negativos à implantação dos CPCs sem a devida preparação da classe contábil para o processo de mudança, como a baixa adequação pelas empresas, despreparo dos docentes nas IES quanto à nova realidade, falta de profissionais capacitados no mercado, entre outros.

Em adição, Silva et al. (2010), com objetivo de analisar qual seria a percepção dos profissionais de contabilidade, quanto às dificuldades na adoção das IFRS para as companhias brasileiras de saneamento no ano de 2006, concluíram que a adoção das referidas normas proporcionaria impactos no balanço e no resultado para as empresas do setor e que as principais dificuldades seriam a falta de conhecimento das IFRS pelas equipes, as dificuldades com o inglês, a falta de profissionais qualificados no mercado, o suporte ao sistema de informação, entre outros.

Todavia, Gonçalves et al. (2012), verificando o impacto das IFRS na relevância das informações contábeis de Lucro Líquido por Ação (LLPA) e Patrimônio Líquido por Ação (PLPA), das companhias não financeiras mais negociadas na BM&FBOVESPA, constataram que o processo de convergência trouxe impacto positivo à relevância das informações contábeis no Brasil, onde concluíram que as informações contábeis em IFRS são mais relevantes que as informações com os padrões brasileiros.

Também para Santos (2011), que teve como objetivo estimar o impacto esperado da adoção do *full* IFRS nos resultados de 2010 de 20 companhias que, voluntariamente, anteciparam sua adoção nos relatórios de 2008 ou 2009, a adoção das IFRS foi positiva. Os resultados apontaram que o processo total de convergência gerou aumento médio no lucro de 41% em 2007 e de 29% em 2008.

Tais estudos demonstram que a adoção das IFRS, por meio dos CPCs, teve forte e repentino impacto na contabilização e, conseqüentemente, nos resultados das empresas brasileiras. Esse fato reforça, ainda mais, a necessidade da busca da educação continuada pelos profissionais contábeis, com o objetivo de se atualizarem diante das novas práticas.

2.2 O Profissional Contábil

Como visto no tópico anterior, recentemente os profissionais contábeis se depararam com mudanças significativas na sua profissão. Assim, mudando a contabilidade, o contador precisa também mudar para se adequar à realidade onde são exigidos novos conhecimentos, conceitos, técnicas e habilidades ligadas à globalização, às novas ferramentas tecnológicas, entre outras. Isto posto, segue explanação sobre as habilidades e competências do contador, além de sua formação.

2.2.1 Formação do Contador e as Habilidades e Competências do Novo Profissional

A idéia de Educação Continuada remete-se ao aperfeiçoamento e capacitação de profissionais, periodicamente, após sua formação original. Portanto, para o melhor embasamento da questão de pesquisa, evidencia-se, baseado na literatura, a evolução do curso de ciências contábeis no Brasil que, conseqüentemente, refletiu na formação dos profissionais contábeis.

O ensino da profissão contábil começou no século XIX, com a instituição formal das Aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Já no século XX, surgiu o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, por meio do Decreto-lei n° 7.988/45, com duração de quatro anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes. Em 1992 a estrutura do curso mudou com a Resolução n° 03/92, que estimulava o conhecimento teórico e prático e permitia o competente exercício da profissão (PELEIAS ET AL., 2007).

Segundo Leite (2005), a Resolução n° 03/92, entre outras deliberações, definiu que o curso englobasse disciplinas divididas em três categorias. A primeira compreendia as disciplinas de formação geral e de natureza humanística e social, a segunda compreendia as disciplinas que desenvolviam conhecimentos para a formação profissional básica, específica e outras a critério da instituição. Já a terceira categoria, compreendia as disciplinas que desenvolviam o conhecimento ou atividades de formação complementar, possibilitando o envolvimento da computação, jogos de empresas, estudo de caso, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, entre outros.

Levando em conta as mudanças no mundo empresarial, o que refletia diretamente na demanda dos profissionais contábeis, em 2004 a Resolução CNE/CES n° 10/2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Segundo

Ott et al. (2011), a partir dessa Resolução as estruturas dos cursos deveriam contemplar o perfil desejado do egresso em termos de competências e habilidades, que incluíam visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil, a aplicação adequada da legislação inerente às funções contábeis, liderança de equipes multidisciplinares, o desenvolvimento, análise e implantação de sistemas contábeis, entre outras.

Bernardo, Nascimento e Nazareth (2010), com o objetivo de identificar nos cursos de Ciências Contábeis do Estado de Minas Gerais as características do ensino, pesquisa e práticas interdisciplinares, como determinadas na Resolução CNE/CES nº 10/2004, concluíram que as práticas de interdisciplinaridade tinham uma relação estreita com a atualização das estruturas curriculares, principalmente, pela inclusão das disciplinas Contabilidade Internacional e Controladoria. Contudo, constataram que muitas Instituições de Ensino Superior (IES) não ofereciam tais disciplinas, contemplando a estrutura curricular em apenas 50%, no caso da disciplina Contabilidade Internacional e em 87%, no caso da Controladoria. Concluíram, ainda, que a disciplina Controladoria contribuía significativamente para o desenvolvimento de uma visão sistêmica do aluno, auxiliando-o nas atividades na empresa. Já a disciplina Contabilidade Internacional, conduzia o aluno a reflexões sobre a harmonização e padronização das normas contábeis.

Ainda nesse contexto, tendo por objetivo analisar a inclusão da disciplina contabilidade internacional nas estruturas curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das capitais brasileiras, conforme a Resolução CNE/CES nº 10/2004 do Ministério da Educação até junho de 2006, Niyama et al. (2008) concluíram que das 286 IES situadas nas capitais, 183 divulgavam suas estruturas via *internet* e, destas, apenas 44 continham a disciplina contabilidade internacional nas estruturas curriculares. Com base nesses resultados, os autores destacaram que o país poderia ficar atrasado no que se refere ao processo de harmonização das normas e padrões internacionais.

Em face dessas mudanças e implantações recentes nas estruturas curriculares dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, percebe-se a necessidade da atualização dos profissionais, principalmente dos que concluíram sua graduação anteriormente às mudanças significativas no mundo dos negócios.

Passaram-se os anos e, ainda no século XX, o profissional contábil era conhecido como “guarda-livros”. Segundo Duarte et al. (2003), esse profissional tinha como função primordial escriturar os livros mercantis das empresas comerciais. No entanto, Pires, Ott e Damacena (2009) enfatizaram que, até recentemente, algumas empresas viam o contador como um profissional meramente técnico, o que, por consequência, fazia com que fosse

procurado para desempenhar funções mais próximas daquelas que caracterizam o “guarda-livros”.

Diante dessa realidade, Marion (1998) definiu a contabilidade como sendo a “profissão do futuro”, debatendo as afirmações feitas por uma grande revista brasileira que publicou que a contabilidade é uma profissão em extinção. Segundo o autor, a imagem do profissional contábil no Brasil está muito aquém comparada aos países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, onde o contador é um dos profissionais liberais que melhor são remunerados. Concluiu, portanto, que as expectativas da profissão eram extraordinárias, contudo, alertou que nada aconteceria se os profissionais contábeis não realizassem o planejamento adequado da carreira e investimento em seus talentos.

Assim, diversas pesquisas, nacionais e internacionais, tiveram como foco o perfil, as habilidades e competências do “novo profissional contábil” demandados pelo mercado de trabalho, como no estudo de Cory e Huttenhoff (2011), com a finalidade de identificar os tópicos que deveriam ser abordados nos cursos de graduação em ciências contábeis dos Estados Unidos. Com a pesquisa, obtiveram 170 respostas de contadores que atuavam em empresas privadas e concluíram que as habilidades mais importantes para o profissional contábil eram pensamento crítico, boa comunicação escrita e oral, bom relacionamento interpessoal, facilidade em trabalhar em equipe, espírito de liderança, profissionalismo e busca por Educação Continuada . Além disso, também observaram que os conhecimentos mais importantes adquiridos na graduação eram contabilidade intermediária, ética, contabilidade avançada, contabilidade gerencial, auditoria, ambiente de negócios e contabilidade tributária.

Similarmente, Cory e Pruske (2012), com o objetivo de examinar o ponto de vista dos profissionais de contabilidade dos Estados Unidos sobre as competências e conhecimentos que os alunos deveriam buscar antes de entrarem no mercado de trabalho, realizaram uma pesquisa com 464 profissionais contábeis experientes e concluíram que seria fundamental para a futura empregabilidade dos alunos os conhecimentos sobre o pacote Office, Windows, terem criatividade em solucionar problemas, sensibilização para questões éticas e entenderem as terminologias de informática.

Já Souza e Vergilino (2012), com o objetivo de investigar a aderência existente entre a formação oferecida por IES do Rio Grande do Sul e as exigências do mercado de trabalho do profissional contábil, analisaram anúncios de oferta de emprego publicados por *headhunters* na Revista Exame – janeiro de 2008 a dezembro de 2009 - e utilizaram questionário endereçado aos coordenadores de cursos de Ciências Contábeis. Concluíram, portanto, que o

ensino oferecido pela maioria das IES atendiam às demandas de mercado para o profissional contábil. Verificaram que os anúncios buscavam profissionais cada vez mais capacitados, com conhecimentos em IFRS, consolidação de demonstrações, análise, conversão, relatórios para investidores estrangeiros, legislação societária, tecnologia da informação relacionada à rotina contábil, conhecimento em SPED contábil e fiscal, entre outros. Também apresentaram outros conhecimentos e habilidades exigidos pelo mercado, como fluência em línguas estrangeiras, pró-atividade, comprometimento e trabalho em equipe sob pressão.

Em estudo semelhante, Santos et. al (2011), com o objetivo de avaliar se a formação acadêmica em Ciências Contábeis oferecida pelas IES de Curitiba (PR) condizia com as demandas do mercado de trabalho na área contábil, analisaram os dados coletados nos anúncios de emprego e nas estruturas curriculares do curso de Ciências Contábeis das IES e concluíram que a formação dos profissionais contábeis oferecida pelas IES, condizia com as necessidades do mercado. Concluíram, ainda, que as exigibilidades das empresas pesquisadas eram relacionadas à experiência, conhecimentos em contabilidade e legislação societária e tributária, tecnologia da informação, contabilidade gerencial e gestão empresarial, domínio de outros idiomas, Normas Internacionais de Contabilidade, entre outros.

Contudo, para Machado e Nova (2008), somente a graduação em ciências contábeis não basta para que o egresso tenha uma posição de destaque no mercado de trabalho. Com objetivo de avaliar se os conhecimentos adquiridos pelos formandos do curso de Ciências Contábeis da cidade de São Paulo atendiam à demanda do mercado, realizaram pesquisa de campo com 120 alunos das principais IES da cidade e, posteriormente, identificaram os conhecimentos específicos requisitados pelas empresas de São Paulo vencedoras do Anuário da Revista Exame “Maiores e Melhores” do ano de 2005. Concluíram que, pelo alto grau de exigência do mercado quanto aos conhecimentos específicos, os alunos pesquisados não se consideravam aptos a atender às expectativas das empresas. Concluíram também que os conhecimentos específicos mais demandados pelas empresas pesquisadas foram as Práticas Contábeis Nacionais e Internacionais e Raciocínio Lógico e Matemático.

Em estudo similar, Diaconu et al. (2011) realizaram pesquisa com objetivo de investigar se os conhecimentos contábeis profissionais e pessoais desenvolvidos nas universidades da Romênia eram compatíveis com a demanda do mercado daquele país. Por meio de coleta de anúncios em *sites* de vagas de emprego, concluíram que os conhecimentos assimilados durante os programas de estudo das universidades eram necessários, mas não suficientes para suprir a demanda do mercado de trabalho. Entre as principais exigências das

empresas romenas para cargos contábeis executivos estão os conhecimentos teóricos em síntese e análise contábil e em normas internacionais – IFRS.

Nota-se a preocupação das IES em conhecer o mercado para adequar seus currículos e formarem profissionais cada vez mais capacitados. Contudo, os profissionais já formados também necessitam conhecer o mercado para que possam buscar capacitação eficiente e melhorar sua empregabilidade.

Assim, Oro et al. (2009), visando investigar o perfil de competências requerido pelo mercado nacional para o profissional da controladoria nos níveis operacional, gerencial e estratégico, analisaram 373 anúncios de oferta de trabalho de três *sites* especializados de recrutamento e seleção de recursos humanos em agosto e setembro de 2006 e concluíram que o perfil do profissional de controladoria nos anúncios de ofertas de trabalho indicava a necessidade de diferentes conhecimentos, de acordo com os níveis pesquisados. Contudo, para os três níveis, verificou-se que a principal demanda de conhecimentos eram relacionados à contabilidade societária, análise empresarial e US GAAP. Concluíram, também, que em todos os níveis havia a necessidade de dominar o inglês, possuir tempo de experiência profissional de 1 a 2 anos para o nível operacional e de 5 a 6 anos nos demais níveis.

Pires, Ott e Damascena (2009) analisaram o perfil do profissional contábil requerido pelo mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS) através da análise de 939 ofertas de emprego coletadas no período de janeiro a setembro de 2007. A análise apontou a demanda por profissionais com conhecimentos voltados, principalmente, para a contabilidade societária, legislação societária e tributária, além de experiência prévia e um amplo conjunto de habilidades e atitudes.

Diante das recentes mudanças nas práticas contábeis, Faria e Queiroz (2009) realizaram pesquisa com objetivo de identificar as demandas do mercado de trabalho de contadores com conhecimentos voltados à Contabilidade Internacional. Assim, analisaram anúncios de ofertas de emprego na cidade de São Paulo nos anos de 2007 e 2008 e concluíram que a demanda por conhecimentos voltados aos padrões internacionais de contabilidade, como o americano US GAAP e pelo IFRS, apresentava-se expressiva, levando em consideração as várias áreas de atuação dos profissionais. Constataram, ainda, que os demais conhecimentos e habilidades demandados eram relacionados à informática, desenvolvimento de relatórios gerenciais e língua estrangeira, principalmente a inglesa.

Também por meio da análise de anúncios de vagas de empregos, Peleias et al. (2008) identificaram e analisaram o perfil profissiográfico requerido pelo mercado de trabalho para os profissionais de contabilidade na Região Metropolitana de São Paulo. Concluíram que

havia uma forte demanda por experiência profissional, além de conhecimentos em contabilidade societária, tributária e legislação, contabilidade gerencial e gestão empresarial e tecnologia da informação.

Nos Estados Unidos, McMullen e Sanchez (2010) realizaram pesquisa que objetivou analisar a percepção da comunidade profissional quanto às habilidades necessárias para os contadores forenses americanos, bem como os requisitos considerados importantes para a profissão. Após coletar os dados da pesquisa, concluíram que dentre as características mais importantes para os contadores forenses estavam persistência, raciocínio estratégico e bom relacionamento interpessoal. Quanto aos conhecimentos necessários, destacaram-se a contabilidade básica, resolução de problemas, análise de dados, técnicas de entrevista e informática.

Constata-se, portanto, que o mercado de trabalho está demandando cada vez mais dos profissionais contábeis experiência, idiomas, conhecimentos atualizados, habilidades e atitudes, o que reflete a importância da busca por Educação Continuada. Segundo Kavanagh et al. (2010), que estudaram o papel das universidades e dos empregadores no desenvolvimento de competências técnicas e não-técnicas dos profissionais de contabilidade da Austrália, seria improvável que as universidades pudessem satisfazer a todos os atributos requeridos pelo mercado, dada a infinita variedade de empregadores. Assim, as instituições de ensino, empresas e órgãos de classe deveriam reavaliar suas abordagens para que fossem ofertados cursos de pós-graduação que atendessem às exigências do mercado, corroborando, assim, com a temática deste trabalho.

2.3 Educação Continuada

Diante do rápido avanço da globalização nas diversas áreas profissionais, entra em tela a Educação Continuada como sendo um procedimento para a constante atualização dos conhecimentos. Segundo Monteiro (2001), a Educação Continuada, chamada por ele de Educação Permanente, está se tornando cada vez mais necessária, principalmente pela rápida evolução da tecnologia.

Para Marion (2002), a Educação Continuada deve ser um processo para toda vida, permanente e vitalício, ou durar, pelo menos, enquanto o profissional estiver exercendo suas atividades profissionais. Também, para Ferreira (2003), a Educação Continuada torna-se fundamental frente aos recentes desafios que os profissionais contábeis devem enfrentar,

ocasionado pela mudança técnica e cultural que se torna cada vez mais rápida e mais complexa. Contudo, apesar de sua importância para a vida profissional dos indivíduos, os conceitos apresentados por diversos autores divergem em alguns pontos, conforme se expõe no tópico seguinte.

2.3.1 Conceitos e Definições

Para abordar os conceitos e definições de Educação Continuada recorreu-se inicialmente aos ensinamentos de Niyama et al. (2008, p. 2) os quais ratificam a afirmação supracitada ao afirmar:

O conceito de Educação Continuada diverge entre diferentes autores. Segundo alguns estudiosos dessa área, os cursos de pós-graduação *latu sensu* são uma modalidade mais voltada às expectativas de aprimoramento acadêmico e profissional, com duração mínima de 360 horas e máxima de 2 anos, com caráter de Educação Continuada. Para outros autores, os cursos de pós-graduação consistiriam em forma de especialização em matérias específicas, não caracterizando a atualização de conhecimentos com intuito de acompanhar as mudanças ocorridas no meio profissional.

Como exemplo dessa divergência, têm-se o estudo de Paganoto, Rossoni e Ribeiro Filho (2007), onde o curso de pós-graduação engloba o conjunto de ações de Educação Continuada, junto às palestras, seminários e outros cursos. Todavia, Ferreira (2003) afirma que, independente dessas divergências, a Educação Continuada trata-se de um processo permanente de aperfeiçoamento, com a adoção de atitudes profissionais, e não um conjunto de fatos eventuais e aleatórios.

Além da divergência quanto as atividades que são consideradas Educação Continuada, também encontram-se na literatura divergências quanto a nomenclatura, quando a Educação Continuada é hora chamada Educação Permanente ou Formação Continuada. Para alguns autores, tais termos são sinônimos, já para outros correspondem a práticas distintas, como para Leader (2003). Segundo o autor, enquanto a Educação Permanente é moldada em uma armação educacional formal existente, a Educação Continuada acontece fora desses parâmetros, como um processo ativo, de integração de aprendizagem através da experiência.

Para Ferreira (2003), a Formação Continuada está tradicionalmente ligada à aquisição de ordem profissional, já a Educação Continuada e a Educação Permanente estão, tradicionalmente, ligadas à cultura em geral. Contudo, o autor destaca que esses termos não devem continuar em oposição, pois esta distinção conduz a um falso problema, fragmentando o conhecimento e as possibilidades.

Ante a diversidade de termos e conceitos, apresenta-se abaixo o Quadro 2 contendo o ponto de vista de cada autor sobre o tema Educação Continuada.

Autor	Conceito
Cunha (1984)	Define Educação Continuada como qualquer aprendizagem, formal ou informal, realizada após concluir a primeira graduação.
Macedo (1985)	Para o autor, Educação Continuada é um processo permanente de educação, começado pelo indivíduo na infância e continuado durante toda sua vida.
Figueiredo e Lima (1986)	Educação continuada é vista como formação, aperfeiçoamento integral com transferência de conhecimentos e práticas de usos e costumes, ou seja, é um procedimento amplo relacionado com valores, atitudes e motivação.
Morin (1990)	O autor usa o termo Educação Permanente e ressalta que essa formação deve ter como características a autonomia e a capacidade de aprender constantemente, de relacionar teoria e prática e vice-versa.
Brennan (1990)	Educação Profissional Continuada é definida como sendo a formação de profissionais após a sua inicial formação. Para o autor, esse tipo de educação não é um fenômeno novo, já que os profissionais sempre tentaram manter-se atualizados com novas técnicas e desenvolvimentos e, até mesmo, por meio de estudo informal. No entanto, recentemente, as atividades de Educação Profissional Continuada encontram-se mais organizadas entre as diversas profissões.
Furter (1992)	A Educação Continuada torna-se uma maneira radical de responder às mudanças pedagógicas que vêm ocorrendo no mundo. Essas mudanças são consolidadas pela sabedoria desenvolvida pelo homem ao longo do tempo, e também, influenciadas pelos fatores sócio-econômicos e suas constantes transições.
Franco, (1993)	Educação Continuada constitui um processo de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos, visando a melhorar a capacitação técnica e cultural de um profissional.
Davini (1994)	O autor conceitua Educação Continuada como sendo o conjunto de experiências subseqüentes à formação inicial, que permitem ao trabalhador manter, aumentar ou melhorar sua competência, para que esta seja compatível com o desenvolvimento de suas responsabilidades, caracterizando, assim, a competência como atributo individual.
Drucker (1999)	Para o autor, Educação Continuada deve ser entendida como um produto em constante processo de construção e cujo acabamento final nunca se realiza, dada a sua dinâmica no âmbito da sociedade e do trabalhador do conhecimento.
Salum (2000)	Educação Continuada é um conjunto de práticas educativas contínuas, destinadas ao desenvolvimento de potencialidades, para uma mudança de atitudes e comportamentos nas áreas cognitiva, afetiva e psicomotora do ser humano, na perspectiva de transformação de sua prática.
Prosdócimo e Ohira (2000)	A Educação Continuada prepara o indivíduo para executar melhor aquilo que já realiza, capacitando-o para atuar na realidade atual como também, para o futuro.
Thofehrn et al. (2000)	Para os autores, o sistema de Educação Continuada visa à melhoria da qualidade do profissional e promove a oportunidade de seu permanente desenvolvimento.

Leite (2002)	A Educação Profissional Continuada não deve ser entendida como uma educação complementar, suprindo as deficiências da formação inicial, e, sim, aprimorar conhecimentos adquiridos anteriormente.
Bettega (2004)	A formação contínua do profissional é significativa, pois visa apresentar mudanças da formação inicial, e, também, contribuir para uma reflexão a respeito dessas mudanças. Boa parte do conhecimento adquirido na formação inicial torna-se obsoleto devido à velocidade e o dinamismo com que o conhecimento é produzido em um curto espaço de tempo.
Paschoal (2004)	A Educação Continuada é entendida como toda ação desenvolvida após a profissionalização, com propósito de atualização de conhecimentos e aquisição de novas informações.
Avelino Júnior (2005)	O autor entende a Educação Continuada como sendo atividades relacionadas a cursos, seminários, painéis, simpósios, palestras ou conferências, congressos, convenções nacionais e outros eventos da mesma natureza, cursos de pós-graduação, programas de extensão, entre outros.
Ferreira (2006)	A Educação Profissional Continuada precisa ser percebida como um organismo de constante capacitação reflexiva de todos os seres humanos às múltiplas exigências que a ciência, a tecnologia e o mundo colocam.
Paschoal, Mantovani e Méier (2007)	Para os autores, a Educação Permanente consiste no desenvolvimento pessoal que deve ser potencializado, a fim de promover, além da capacitação técnica específica dos sujeitos, a aquisição de novos conhecimentos, conceitos e atitudes. É, portanto, intrínseca, uma capacidade a ser desenvolvida, uma competência, é o aprender constante em todas as relações do sujeito.

Quadro 2 – Educação Continuada: Quadro Teórico.

Fonte: Elaboração própria

Para a pesquisa em questão, foram adotados como base, principalmente, os conceitos de Cunha (1984), Brennan (1990) e Paschoal (2004), já que os autores integram a educação formal e informal como educação continuada. Para Demailly (1997), a maneira formal é a que ocorre, geralmente, em espaços institucionalizados de ensino, sindicatos, entre outros. Já a maneira informal ocorre, geralmente, fora desses espaços. Contudo, também é possível que dentro de espaços institucionalizados ocorra a educação informal, por meio de contatos e interações sociais, como por exemplo, grupos de estudo e solicitação de conselhos a outros profissionais. Além disso, o uso de material bibliográfico e técnico para consultas também pode ocorrer em espaços institucionalizados e, ainda assim, ser considerado educação continuada informal.

Assim, nota-se que, apesar de certas divergências nos conceitos de Educação Continuada, sua prática faz-se imprescindível para a atualização do conhecimento adquirido na graduação. Portanto, sabendo dessa necessidade, vários órgãos de classe criaram, em sua estrutura organizacional, câmaras de desenvolvimento profissional, que nem sempre recebem

esse nome, mas que realizam ações ligadas à capacitação e atualização dos conhecimentos. A seguir, relata-se o papel e as ações dessas câmaras ligadas à Educação Continuada.

2.3.2 O Programas de Educação Continuada dos Conselhos de Classe no Brasil

Segundo Oliveira, Vilamaior e Camara (2010), o registro e a fiscalização do exercício da profissão contábil são de competência do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e dos Conselhos Regionais – CRCs existentes em todos os estados brasileiros. Este sistema foi criado pelo Decreto-lei nº 9.295/46 e representou a regulamentação definitiva da profissão.

Portanto, para garantir o exercício profissional e a regularidade, os profissionais contábeis registrados nos CRCs, têm como uma das obrigações o recolhimento da contribuição anual ao órgão. Contudo, espera-se que ao pagar a anuidade o contabilista esteja, na verdade, revertendo esse investimento em si próprio. De acordo com esse entendimento, Lourenço (2010) afirmou que, embora o CFC e os CRCs não sejam órgãos voltados à defesa da classe contábil, eles disponibilizam importantes serviços de treinamento e capacitação aos profissionais, buscando proteger os interesses dos contabilistas e preservar seu mercado de trabalho.

A criação da Câmara de Desenvolvimento Profissional (CDP) no CFC e nos CRCs confirma essa preocupação. Segundo o *website* do CFC, à CDP, em nível federal, compete analisar e julgar os processos que versarem sobre Educação Continuada, assim como aos demais assuntos relacionados à Educação Continuada e ao planejamento e desenvolvimento profissional. Tem como filosofia a definição de estratégias de fiscalização preventiva, com a realização de cursos, treinamentos e palestras na busca constante da excelência no exercício profissional.

No nível regional, as câmaras de desenvolvimento profissional dos CRCs compõem o grupo dos Órgãos Deliberativos Específicos e são coordenados pelos respectivos Vice-Presidentes de Desenvolvimento Profissional (CRC/RN, 2010). Contudo, considerando que compete a cada CRC a elaboração de seu Regimento Interno, percebe-se que a competência das CDPs regionais podem variar de estado para estado, apesar da Resolução CFC nº 1.370/11 instituir aos CRCs o controle e a execução do Programa de Educação Continuada para manutenção do registro profissional dos Auditores.

No que tange à formação profissional, o Regimento Interno do CRC/ES considera competência da CDP a organização de eventos que busquem a valorização profissional e a capacitação profissional das diversas áreas da contabilidade. Já no Regimento Interno do

CRC/DF, a competência da CDP remete-se à proposta e coordenação de realização de cursos e demais eventos, bem como projetos voltados à Educação Profissional Continuada, à cultura e à cidadania dos profissionais de contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução de nº 1.377/11, que aprovou a nova redação da NBC PA 12 – Educação Profissional Continuada, que tem como objetivo regulamentar o Programa de Educação Profissional Continuada que os auditores independentes devem cumprir e as ações que o CFC promove para facilitar, controlar e fiscalizar o seu cumprimento.

Educação Profissional Continuada, definida pela referida Resolução, é um programa criado pelo CFC que visa manter, atualizar e expandir os conhecimentos técnicos e profissionais, indispensáveis à qualidade e ao pleno atendimento às normas que regem o exercício da atividade de auditoria de demonstrações contábeis.

Segundo Niyama et al. (2008), a não observância, por parte dos auditores independentes, do disposto pela Resolução, é considerada infração ao Código de Ética Profissional do Contabilista. O autor alerta, ainda, que o profissional que não comprovar a participação no Programa de Educação Continuada poderá ser excluído do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

Estudos foram realizados para avaliar a atuação e a qualidade do Programa de Educação Continuada do CFC. A exemplo, tem-se a pesquisa de Araújo (2008), que realizou entrevista com os auditores e com representantes do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe e constatou que não houve uma seqüência lógica de eventos que conseguisse promover conhecimentos capazes de dar continuidade à educação formal recebida pelos auditores. Da mesma forma, Machado, Machado e Santos (2008) analisaram os dados do programa de Educação Continuada de 2003 a 2006 no Estado de Goiás e concluíram que o programa precisa passar por algumas pequenas adaptações como o direcionamento dos cursos à prática de auditoria, entre outras.

Entretanto, os CRCs também devem promover ações de capacitação e atualização aos demais profissionais contábeis e não somente aos auditores independentes. Nesse sentido, Paganoto, Rossoni e Ribeiro Filho (2007), objetivando avaliar a busca dos contabilistas pela capacitação e atualização profissional na cidade de Cacoal/RO, concluíram que havia grande busca de conhecimento e atualização, principalmente na parte tributária.

Na pesquisa de Lopes et al. (2006), que teve como objetivo analisar se existia dentre os contadores do município de Fortaleza/CE uma cultura de Educação Profissional Continuada, na perspectiva de uma futura imposição do programa aos contabilistas,

concluíram que a não obrigatoriedade do Programa fazia com que estes não se preocupassem com as atividades relativas à Educação Continuada. Contudo, concluíram também que a exigência do mercado era um dos fatores motivadores do aprendizado contínuo.

Já no estudo de Oliveira (2009), que teve como objetivo investigar os resultados da Educação Continuada sobre a qualidade dos serviços contábeis ofertados às micro, pequenas e médias empresas, concluiu que os profissionais contábeis que haviam participado de algum tipo de atividade de Educação Continuada nos três anos anteriores, ofereciam serviços de melhor qualidade em relação aos que não se atualizavam.

Assim como acontece com os profissionais contábeis, outras profissões também têm se preocupado com a instituição de programas voltados à Educação Continuada, proporcionando aperfeiçoamento permanente de conhecimentos com a preocupação da qualidade dos serviços prestados. Exemplo disso é a criação da Escola Nacional de Advocacia, criada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que contempla a formação do profissional, reciclagem de conhecimentos, fomento à pesquisa e à prática inovadora da profissão, entre outras atividades direcionadas ao aperfeiçoamento do advogado.

Para os profissionais da medicina o Programa de Educação Continuada é oferecido pela Associação Médica Brasileira (AMB) que tem como objetivo possibilitar aos médicos o acesso a conteúdos científicos disponíveis pela *internet* de forma gratuita. Em cada aula, há uma avaliação prévia e uma avaliação final obrigatórias, onde é necessário o acerto de, no mínimo, 70% para receberem crédito de 0,5 ponto para o Certificado de Atualização Profissional. O profissional que não acumular, no mínimo, 100 créditos no período de cinco anos deverá realizar uma prova para certificação de atualização profissional do título de especialista.

Dias, Gontijo e Oliveira (2003) ressaltaram a importância da Educação Continuada e certificação na especialidade para a medicina. Segundo os autores esse seria o caminho capaz de orientar a formação, a reciclagem e a certificação para um exercício profissional com qualidade técnica e compromisso social.

Os profissionais da enfermagem também contam com incentivos ao aperfeiçoamento profissional. O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) instituiu o Programa de Proficiência, que tem como objetivo proporcionar aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem condições de aprimoramento do campo da enfermagem, para que os profissionais se tornem cada vez mais proficientes em suas atuações específicas. No Programa, é necessária a manutenção do profissional permanentemente de modo a receber créditos periódicos indispensáveis para a sua avaliação.

A preocupação com a Educação Continuada entre os profissionais da enfermagem reflete-se nos estudos científicos realizados por pesquisadores da área. Girade, Cruz e Stefanelli (2006) formularam uma reflexão sobre os conceitos de Educação Continuada existentes na literatura sobre o desenvolvimento do pessoal de enfermagem na área da psiquiatria e saúde mental. Já Paschoal, Mantovani e Méier (2007) discutiram a concepção de Educação Continuada em serviço junto a enfermeiros de um hospital de ensino, assim como Silva e Seiffert (2009), que avaliaram o Programa de Educação Continuada de um Hospital de Apoio ao Ensino no município de São Paulo.

Contudo, para alguns órgãos de classe analisados, percebe-se que ainda não foram instituídos programas de Educação Continuada ou de certificação profissional. Ainda assim, alguns órgãos contribuem para a Educação Continuada dos profissionais, promovendo oficinas, cursos, encontros, seminários e demais eventos em várias regiões do Brasil. É o caso do Conselho Federal de Administração (CFA), do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo (ABBTUR).

Contudo, Miranda e Solina (2006) analisaram os instrumentos utilizados pelos bibliotecários do Rio Grande do Norte quanto à atualização diante do avanço de novas tecnologias e concluíram que a procura pela Educação Continuada dos bibliotecários era realizada por meio do curso de especialização em Gestão Estratégica de Sistemas de Informação, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), não destacando qualquer participação do CFB no desenvolvimento dos profissionais.

2.3.3 Os Programas de Educação Continuada no Exterior

Sabe-se que, assim como ocorreu no Brasil, outros países também passaram por processos de convergência das suas normas contábeis aos padrões internacionais, o que remete à preocupação da atualização dos conhecimentos dos profissionais contábeis para a aplicação prática das novas normas. Portanto, percebe-se que programas de Educação Continuada, inclusive com certificação profissional, estão sendo cada vez mais adotados por países em diversas regiões mundiais.

Exemplo disso ocorre no Reino Unido no órgão *Practical Training for Professionals* (PTP) com o programa *Continuing Professional Development* (CPD), que conta com sete programas de certificação voltados para a área contábil, com requisitos mínimos que vão da

exigência de 45 horas de CPD por ano, até 120 horas de CPD ao longo de um período de três anos, onde somente então é expedido o certificado de conclusão.

Segundo Diehl e Souza (2007), nas últimas décadas, houve o aumento no número de programas de certificação profissional, voltados aos contadores, patrocinados por entidades profissionais não-governamentais nos Estados Unidos. Contudo, enfatizaram que a tendência norte-americana por certificação profissional não tem sido seguida no Brasil efetivamente, por somente certificar os auditores independentes.

Segundo Niyama et al. (2008), a falta de certificação obrigatória para os profissionais contábeis não ocorre apenas no Brasil. Os autores analisaram a Educação Profissional Continuada na área contábil em 23 países, com o objetivo de identificar o tratamento dado pelos órgãos de classe internacionais ao tema. Constataram que a maioria dos países analisados apresentava programas de Educação Continuada, contudo nem todos possuíam a obrigatoriedade legal. Destacaram, portanto, que havia o interesse crescente, tanto dos órgãos de classe, quanto dos governos pela educação permanente dos profissionais de contabilidade, por meio de cursos, seminários e congressos nacionais e internacionais.

Em Cabo Verde, a Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC) realiza a Educação Continuada por meio de cursos e seminários periódicos, com o objetivo de proporcionar a formação teórico-prática e atualização contábil, destinados aos contabilistas e auditores certificados e licenciados, bacharéis candidatos ao exame da Ordem, técnicos de contabilidade e demais profissionais contábeis (OPACC, 2011).

Em Portugal a Educação Continuada também é realizada dessa forma. Segundo o Estatuto da Associação Portuguesa de Contabilistas, um dos objetivos citados é a ação de promover e contribuir para o aperfeiçoamento e a formação profissional dos seus associados, por meio de realização de cursos, seminários, conferências e colóquios.

Já em países da Região Ásia-Pacífico, os profissionais contábeis devem estar compromissados com a Educação Continuada. Lange, Jackling e Suwardy (2010), com objetivo de avaliar a percepção dos profissionais de contabilidade quanto à Educação Continuada em Cingapura, Malásia e China em 2008, concluíram que os profissionais contábeis estão mantendo seus requisitos buscando a Educação Continuada. Os contadores pesquisados também consideraram a Educação Continuada como um componente importante de seu desenvolvimento profissional.

2.3.4 A Importância da Educação Continuada sob o Enfoque da Teoria do Capital Humano

Para explicar a importância da Educação Continuada, desenvolvida por meio de cursos, palestras e demais ações relacionadas à capacitação para a manutenção dos profissionais contábeis no mercado de trabalho ou, até mesmo, para o aumento da empregabilidade, serão levantados os preceitos da Teoria do Capital Humano.

Segundo Silva (2006), a teoria do capital humano surgiu nos anos 60 com o professor de economia da Escola de Chicago, Theodore Schultz, com a ideia do capitalismo de si mesmo, como sendo o indivíduo responsável por sua colocação no mercado de trabalho, obtendo sucesso na vida com o constante investimento em sua formação. Segundo Schultz (1973), tanto o capital físico quanto o capital humano, estão sujeitos à obsolescência, devendo sofrer constante manutenção. A Figura 1 ilustra a depreciação do conhecimento inicial, geralmente adquirido na graduação, sua manutenção e o acúmulo do conhecimento, principalmente por meio da Educação Continuada, assim como descrito por Schultz (1973).

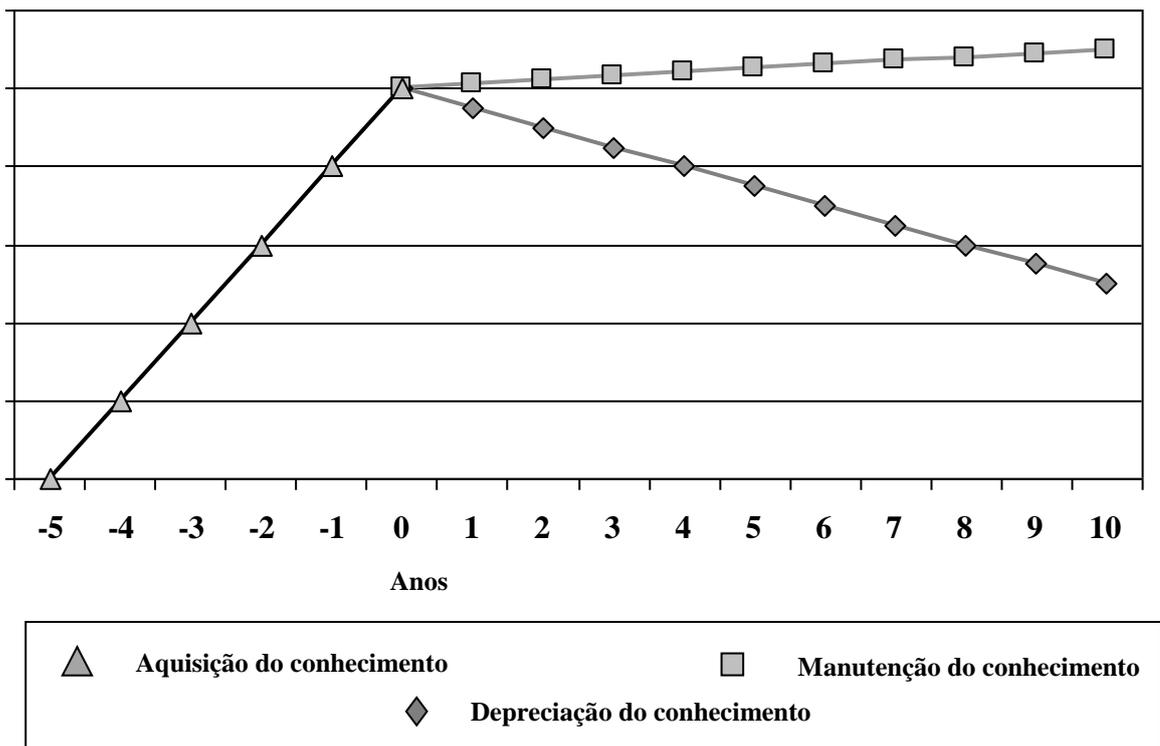


Figura 2 – Aquisição, depreciação e manutenção do conhecimento
Fonte: Adaptado de Knight (1997)

Para Costa (2009), o estreitamento da teoria do Capital Humano com a educação está relacionado com a ideia da educação como investimento, cujo acúmulo possibilitaria, não só o aumento da produtividade, como também de seus rendimentos ao longo da vida.

De acordo com Vatin (1999), a qualificação do profissional se reflete à qualidade do serviço desse capital individual. De acordo com essa observação, a qualificação passa a ser

avaliada não por suas virtudes, mas por se transformar no dado decisivo do emprego. Além disso, ressalta-se que o princípio mais importante da Teoria do Capital Humano, segundo Santos (2004), reside na relação da proporção direta entre educação e renda. Se a educação determina a renda individual e a produtividade da sociedade, então os responsáveis pelo planejamento de políticas educacionais devem estabelecer projetos de formação racional e tecnicamente eficientes de modo a atender às exigências do mercado.

Assim, Manfredi (1998) destacou que as variáveis - taxas médias de escolarização da população e a progressiva extensão do tempo médio de permanência na escola - foram sendo utilizadas como parâmetros internacionais de avaliação e replanejamento das políticas educacionais dos países subdesenvolvidos, por parte das agências internacionais de desenvolvimento. Muitos pesquisadores e técnicos de planejamento já as adotavam como um índice de desenvolvimento socioeconômico, que haviam alcançado patamares elevados nas últimas décadas nos países capitalistas avançados do ocidente.

No entanto, segundo Blundell et al. (1999), existem três componentes principais de Capital Humano: a capacidade inicial do indivíduo, adquiridas ou inatas; qualificações e conhecimentos adquiridos por meio formais de educação; e as habilidades, competências e conhecimentos adquiridos através de treinamentos e cursos de qualificação. Tal afirmação corrobora com o tema deste trabalho, já que para esta pesquisa usa-se o conceito de Educação Continuada como sendo toda ação de atualização dos conhecimentos realizada após a graduação.

2.3.4.1 Taxa de retorno

A cultura da busca de melhores escolas para os filhos, melhores universidades para a formação e cursos de Educação Continuada de qualidade, remete-se à idéia da taxa de retorno, investindo na educação hoje para obter salários melhores amanhã (SILVA, 2006).

Para Chaves (2002) a educação passa a ser um investimento, na medida em que a sua acumulação permite ao profissional aumentar sua capacidade produtiva, aumentando, assim, seus rendimentos ao longo da vida. A aquisição desse investimento pela pessoa é chamada de capital humano, o que explica a relação com os rendimentos em função das competências adquiridas com a educação ou com a experiência. Portanto, existiria um sacrifício no momento em que o trabalhador decidisse abdicar do rendimento ou de consumo no presente, para poder usufruir de maiores rendimentos ou de consumo no futuro. Assim, define-se um investimento em capital humano.

Estudos comprovam a íntima relação entre educação e salários, como, por exemplo, a pesquisa de Figueiredo Neto (1998). Com o objetivo de investigar a influência que a educação exerce sobre os rendimentos dos trabalhadores no ano de 1995, o autor concluiu que a educação tem efeito positivo sobre os rendimentos e sobre a probabilidade de participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Confirmou-se, portanto, que a educação é um dos fatores mais relevantes para o aumento do capital humano.

Também, Cacciamali e Freitas (1992), com o intuito de analisar, a partir da Teoria do Capital Humano, os determinantes do nível e do diferencial de salários para cinco gêneros manufatureiros da Grande São Paulo, tomou como amostra a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em 1987 e concluiu que a variável escolaridade, embora apresente parâmetros maiores nos setores modernos, apresentam relevância para a explicação das formações dos salários para todos os setores, modernos ou tradicionais.

Alguns estudos comprovam a importância dos altos níveis de educação para o retorno do capital humano. Balassiano, Seabra e Lemos (2005), analisaram estatisticamente as relações entre escolaridade e salário, visando avaliar premissas da teoria do capital humano numa situação concreta. Utilizando a base de dados da RAIS do Ministério do Trabalho e do Emprego, com informação sobre os indivíduos que se encontravam no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1999, concluíram que, no que se refere ao impacto positivo do aumento da escolaridade na renda do trabalhador, houve um incremento significativo dos salários apenas para as faixas de maior escolaridade, a partir do ensino médio.

Da mesma forma, Avena (2001), utilizando-se da Teoria do Capital Humano para analisar as taxas internas de retorno dos investimentos em educação para a Região Metropolitana de Salvador, no período de outubro de 1996 a janeiro de 2000, concluiu que a taxa de retorno da educação geral, para todos os níveis, apresentava significância: 15,1% ao ano. Entretanto, os retornos mais elevados foram os relativos ao Ensino Médio, com 33% ao ano, e ao 3º grau, com 30% ao ano. O Ensino Fundamental apresentou apenas 7,4% ao ano. Esses resultados demonstraram que são os investimentos na educação do Ensino Médio e graduação que elevaram a taxa de retorno média.

Nesse contexto, objetivando investigar o desenvolvimento profissional dos egressos do curso de ciências contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina, no que tange à influência do bacharelado, sob o enfoque da Teoria do Capital Humano, Oro et al. (2010) utilizaram questionário aplicado em 2008 a 144 egressos do curso. Concluíram, portanto, que os egressos, em sua maioria com atividade principal ligada à área contábil, tiveram uma

evolução significativa nos salários comparados com o início do curso. Percebe-se, portanto, que o mercado reflete positivamente ao investimento em conhecimento dos profissionais contábeis.

Contudo, não é apenas a formação acadêmica que gera a referida taxa de retorno, mas também cursos de qualificação e treinamentos após a escola/universidade. A Tabela 1 demonstra os resultados da pesquisa de Blundell et al. (1999) sobre o retorno do Capital Humano referente a oito tipos de cursos de treinamento.

Tipo de Treinamentos e Cursos de Qualificação	Retorno para Homens	Retorno para Mulheres
Treinamentos oferecidos pelo empregador atual – no trabalho	3,6%	4,8%
Treinamentos oferecidos pelo empregador atual – fora do trabalho	6,6%	9,6%
Treinamentos oferecidos pelo empregador anterior – no trabalho	5,7%	4,6%
Treinamentos oferecidos pelo empregador anterior – fora do trabalho	5,4%	6,2%
Outros cursos de formação relacionados ao trabalho	6,7%	6,3%
Cursos de Qualificação – Qualidade baixa	0,01%	1,1%
Cursos de Qualificação – Qualidade média	4,3%	6,9%
Cursos de Qualificação – Qualidade Alta	8,5%	10,4%

Tabela 1 – Retorno do Capital Humano com treinamentos e cursos de qualificação.

Fonte: Adaptado de Blundell et al. (1999)

Assim, a pesquisa de Blundell et al. (1999) demonstrou que, além da formação acadêmica, os treinamentos e cursos de qualificação também resultam em retornos salariais significativos para os indivíduos. Além disso, tais cursos oferecem maior estabilidade no emprego e portabilidade entre os postos de trabalho. Contudo, os autores verificaram que esse tipo de educação deprecia consideravelmente ao longo do tempo, remetendo a importância de constante atualização.

2.3.4.2 Externalidades provocadas pela educação

Segundo Ioschpe (2004), a educação impacta positivamente às pessoas que participam diretamente do processo educacional, em termos de retorno do capital humano, assim como foi descrito no tópico anterior. Contudo, essa educação também se reflete na sociedade e nas pessoas próximas às que participaram, pois o contato com indivíduos instruídos e

competentes leva a uma maior produtividade, além de melhorias para a saúde, consciência social e propagação de novas tecnologias.

Lucas (1988) confirma que existe um ganho para a sociedade, provocado pela educação, que vai além do aumento do salário do profissional capacitado, assim, a taxa de retorno social para a educação é ainda maior que a taxa de retorno individual. Um alto nível de educação possibilita a aceleração da taxa de progresso técnico, beneficiando tanto a geração atual quanto as futuras.

Confirmando essa idéia, Nakabashi e Figueiredo (2008), com o objetivo de analisar os diferentes impactos do capital humano na determinação da taxa de crescimento, tanto direto como indireto, pesquisaram dados de 29 países do período de 1985 a 2000 e concluíram que houve um efeito positivo do capital humano sobre a difusão de tecnologia, tanto para o grupo de países desenvolvidos quanto para o grupo em desenvolvimento.

Moretto (1997), objetivando evidenciar a importância da Teoria do Capital Humano às análises econômicas modernas, realizou pesquisa bibliográfica e concluiu na comprovação da Teoria, não só pelo exame das análises modernas sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico como, também, pelas prerrogativas políticas das aspirações da sociedade.

A possibilidade de gerar multiplicadores de conhecimentos também é um reflexo da educação na sociedade. Exemplo disso é a constatação encontrada no estudo de Martins e Monte (2009). Com o objetivo de traçar o perfil do mestre egresso do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFPE/UFRN, por meio da investigação das influências dessa titulação em seu perfil, os autores aplicaram questionário a 96 egressos do programa no ano de 2008 e concluíram que antes do mestrado, 62,50% deles ministravam aulas em alguma IES e que, após sua conclusão, este número subiu para 79,17%, além de outros benefícios. O estudo ratificou os preceitos da Teoria do Capital Humano e revelou a importância da educação para a sociedade em geral com o fato de uma parcela significativa dos egressos terem optado por atuar na área acadêmica, multiplicando, assim, seus conhecimentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desse capítulo é descrever a abordagem metodológica utilizada na condução do estudo. São apresentados a metodologia, os instrumentos, técnicas e procedimentos usados nas diversas etapas do trabalho.

3.1 Caracterização do estudo

Para os propósitos da pesquisa, foi utilizada a abordagem quali-quantitativa, que conforme Araújo e Oliveira (1997) representa a combinação da modalidade qualitativa com a modalidade quantitativa, usando em parte do trabalho a visão positivista e em outra parte a visão subjetivista.

A estratégia usada para atender aos objetivos estabelecidos e responder a questão de pesquisa é a descritiva. De acordo com Vergara (2007, p.47) esse tipo de pesquisa expõe características de determinada população ou fenômeno e ainda possibilita estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza.

3.2 Procedimentos de coleta

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se em bibliográfica e *survey*, similar ao estudo de Moraes (2009), que analisou as relações entre os perfis demográficos e profissiográficos dos mestres em Ciências Contábeis titulados no Brasil.

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

O procedimento bibliográfico justifica-se, pois, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, foram analisados artigos, livros, dissertações e teses sobre os temas normas brasileiras de contabilidade e a convergência aos padrões internacionais; o profissional contábil no Brasil, a evolução da profissão, sua formação e as habilidades e competências demandadas pelo mercado de trabalho; e, por fim, a Educação Continuada e sua importância sob o enfoque da Teoria do Capital Humano.

3.2.2 Levantamento de Dados (*Survey*)

O procedimento *survey* foi utilizado para o levantamento de dados junto aos contadores do Amazonas. De acordo com Gil (1999), esse tipo de pesquisa tem como característica a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Abaixo, serão apresentados os maiores detalhes desse procedimento.

3.2.2.1 Questionário

O questionário foi elaborado com questões fechadas, contendo informações que pudessem responder à questão de pesquisa, bem como atender aos objetivos propostos. Assim, serviram como base para sua elaboração as pesquisas de Cunha (2007), Moraes (2009), Pereira (2011) e Soares (2013), que em suas pesquisas objetivaram obter informações sobre percepções, sentimentos, crenças, motivações, previsões ou planos dos respondentes. Optou-se pela elaboração do questionário por meio eletrônico, com o uso da ferramenta *online* de montagem e gestão de questionários eletrônicos *Google Docs*, por ser considerada a forma mais agradável e rápida, tanto para os pesquisados quanto para os pesquisadores.

A partir do formulário prévio, foi realizado um pré-teste junto a 5 professores e 12 alunos do programa do mestrado em Contabilidade e Controladoria da UFAM, que foram excluídos da amostra da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2001), o pré-teste serve para verificar se o questionário apresenta fidedignidade, validade e operatividade, possuindo vocabulário acessível e compreensível. Com o pré-teste, foi possível a identificação e a correção de pequenos erros que poderiam comprometer a pesquisa.

O questionário foi composto por 17 questões e dividido em quatro etapas, como segue: 1- Educação Continuada em IFRS; 2- Nível de conhecimento em IFRS e CPC; 3- Perfil e formação profissional; e 4- Atuação Profissional. Algumas questões foram compostas por uma escala *Likert* de cinco pontos, onde o ponto 1 significava a total discordância ou o mínimo de conhecimento no assunto e o ponto 5 significava a total concordância ou o máximo de conhecimento no assunto. Também foram utilizadas questões com possibilidade de múltiplas respostas. O Quadro 3 demonstra os objetivos e um resumo do conteúdo de cada etapa do questionário.

Etapa	Número de Questões	Objetivos e Conteúdo
-------	--------------------	----------------------

Educação Continuada em IFRS	7	Nessa primeira etapa, foram utilizadas questões com o objetivo de identificar se os profissionais estavam buscando a Educação Continuada voltada à convergência das normas contábeis. Também, objetivou conhecer as motivações para a busca da Educação Continuada, as dificuldades encontradas e o grau de satisfação quanto à quantidade, preço, qualidade e variedade das ações oferecidas no estado.
Nível de conhecimento em IFRS e CPC	1 com 12 subdivisões	A segunda etapa do questionário teve como objetivo identificar o nível de conhecimento dos contadores do Amazonas quanto à convergência internacional das normas contábeis, a partir da percepção desses profissionais. As questões foram advindas dos Pronunciamentos Técnicos CPC 00 (R1), CPC 01 (R1), CPC 03 (R2), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 12, CPC 17 (R1), CPC 19 (R2), CPC 46, CPC 38, CPC 39 e CPC 40. A seleção dos pronunciamentos foi baseada na pesquisa de Pereira (2011), que teve como um dos objetivos específicos verificar qual o conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis do Distrito Federal sobre as normas internacionais de contabilidade
Perfil e formação profissional	6	Nessa etapa, as questões objetivaram conhecer o perfil e a formação profissional dos respondentes, como o gênero, faixa etária e formação acadêmica. Além disso, foi solicitado o ano de conclusão da graduação em Ciências Contábeis para que fosse possível segregar os respondentes que concluíram sua graduação antes e depois da promulgação da Lei 11.638/07;
Atuação Profissional	3	A quarta e última etapa do questionário teve por objetivo conhecer como se deu a atuação profissional dos respondentes após a promulgação da Lei 11.638/07 e, também, seu tempo de experiência na área contábil.

Quadro 3 – Objetivos e conteúdo do questionário.

Fonte: Elaboração própria

Contudo, é interessante ressaltar que uma das limitações desta pesquisa refere-se, justamente, ao questionário, vez que a qualidade e quantidade de informações dependem muito da capacidade e da disposição dos respondentes de cooperar.

3.2.2.2 Coleta dos dados

A princípio, a pesquisa seria realizada em todos os estados do Norte do Brasil, contudo, sem o apoio do CFC e dos Conselhos Regionais, não foi possível obter o endereço

eletrônico dos contadores de todo o Norte. Diante desse desafio, a pesquisa se deu apenas no estado do Amazonas, por acessibilidade e também por sua representatividade na Região Norte, conforme observado na Tabela 2. Segundo o *website* do Conselho Federal de Contabilidade, em 17/09/2013 o número de contadores ativos no Norte do Brasil era de 20.631, distribuídos nos CRCs da região. Por sua vez, no Amazonas encontra-se 20% desses profissionais, totalizando 4.217, ficando atrás, apenas, do Estado do Pará.

Conselho Regional	No. de contadores	Proporção
CRC-AC	828	4%
CRC-AM	4.217	20%
CRC-AP	950	5%
CRC-PA	7.763	38%
CRC-RO	3.183	15%
CRC-RR	879	4%
CRC-TO	2.811	14%
Totais	20.631	100%

Tabela 2 – Contadores registrados nos CRCs do Norte do Brasil

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade - CFC

Para a aplicação do procedimento *survey*, foi necessário, primeiramente, efetuar o cálculo da amostra mínima necessária para a confiabilidade do estudo. A população refere-se aos profissionais contábeis, da categoria contador, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas em 17/09/2013. Identificada a população de 4.217 contadores, a amostra mínima ficou em 78 contadores respondentes. Para o cálculo da amostra foi considerado:

- confiança de 95%, $z = 1,96$
- erro admitido não superior a 5%, $\mathcal{E} = 0,05$
- $\mathcal{E} = (p-P)$
- $n_0 = 78$

Concomitantemente à realização do pré-teste do questionário, iniciou-se a busca pelos contatos dos contadores com registro profissional ativo no Estado do Amazonas. Inicialmente, foi solicitado, por meio de correio eletrônico, ao Conselho Federal de Contabilidade e ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas, o contato dos contadores com registro ativo, contudo as solicitações não foram respondidas. Com isso, foram realizadas buscas dos contatos em redes sociais, por meio de grupos de contadores do Amazonas no

Facebook, busca pelo endereço eletrônico de escritórios contábeis por meio de *sites* de busca, envio de mensagem à coordenação dos cursos de Ciências Contábeis das IES do estado e aos sindicatos da classe, além da divulgação por *e-mail* aos contadores conhecidos da pesquisadora. O uso de redes sociais para o envio do questionário pode ter sido fator relevante para a alta proporção de jovens na amostra. Assim, ressalta-se que as conclusões encontradas limitam-se à amostra analisada.

Baseando-se em Cunha (2007), em sua pesquisa com os doutores em Ciências Contábeis formados pela FEA/USP, o contato com os contadores localizados foi realizado por meio do envio de *e-mail* ou mensagem nas redes sociais, do dia 13 a 22 de novembro de 2013, contendo a carta de apresentação e o *link* para que pudessem acessar o questionário eletrônico. Foram enviados 597 e-mails e mensagens, sendo que desses, 113 retornaram com mensagens de falhas por diversos motivos. Assim, considera-se o envio do questionário a 484 contadores do estado do Amazonas e, até o dia 27 de dezembro de 2013, 102 questionários haviam sido respondidos. Dentre os questionários recebidos, três foram descartados por se tratarem de respostas de profissionais sem a devida formação em Ciências Contábeis, totalizando 99 respostas válidas, o que corresponde a mais de 20% dos questionários enviados.

Após o envio dos questionários, foi realizada mais uma tentativa junto ao Conselho Regional do Estado do Amazonas, por meio de um requerimento solicitando os endereços de *e-mail* dos contadores. Ao responder, a Diretoria Executiva do órgão negou o pedido, alegando serem dados sigilosos, contudo, se comprometeu em enviar o questionário aos contadores ativos, o que não aconteceu até o fechamento da pesquisa. As dificuldades encontradas neste trabalho corroboram com Velloso (2002), que ressaltou que esse tipo de pesquisa oferece muita dificuldade para sua realização, visto que, quando o trabalho é iniciado, os contatos dos sujeitos não são conhecidos.

3.3 Técnicas e análise dos dados

Após o recebimento dos questionários eletrônicos, os dados foram exportados para uma planilha eletrônica do Excel. Primeiramente, os dados foram analisados com o intuito de verificar se haviam inconsistências e se todos os respondentes estavam enquadrados nos critérios estabelecidos para a escolha da amostra. A seguir, os dados válidos foram tabulados, ainda em planilhas eletrônicas do Excel, para que fosse possível a exportação para o *software* STATISTICA, onde foram realizados os cálculos estatísticos necessários para a pesquisa. Tais

cálculos e a análise foram guiados pela matriz 5W2H correlacionada com a educação continuada, tema desta pesquisa. Segundo Coletti, Bonduelle e Iwakiri (2010), a Matriz 5W2H é uma ferramenta de análise, cujo objetivo é direcionar a discussão em um único foco, evitando a dispersão das idéias. O quadro 4 apresenta como a matriz 5W2H foi utilizada pela pesquisa.

5W	Who	Perfil da amostra: Quem são os respondentes?
	What	Nível de atualização dos respondentes: Em que os respondentes se atualizaram?
	Where	Onde ocorreu a Educação Continuada: Onde os respondentes se atualizaram?
	When	Quando ocorreu a atualização: Quando os respondentes se atualizaram?
	Why	Motivações e desmotivações para a busca da educação continuada: Por que os respondentes se atualizaram? Por que não se atualizaram?
2H	How	Tipos de Educação Continuada utilizadas pela amostra: Como os respondentes se atualizaram?
	How Much	Quanto custou a atualização?

Quadro 4 – Guia da análise baseada da Matriz 5W2H

Fonte: Elaboração própria

Para a análise dos dados do questionário, foi utilizada a estatística descritiva, como o cálculo da média, mediana, moda e desvio-padrão. Além disso, utilizou-se o teste de Qui-Quadrado, que serviu para analisar a existência da relação entre as variáveis, assim como na pesquisa de Soares (2013). O Qui-quadrado é expresso pela equação:

$$\chi^2 = \sum \frac{(O - E)^2}{E}$$

Onde:

χ^2 : qui-quadrado

O : representa a frequência observada

E : representa a frequência esperada

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados encontrados na pesquisa, bem como sua análise e articulação com os achados de pesquisas anteriores. Primeiramente, a análise foi baseada na Matriz 5W2H, guiando-se pelos questionamentos: quem foram os respondentes; como se atualizaram quanto à convergência das normas contábeis; em que se atualizaram; onde se atualizaram; quando se atualizaram; porque se atualizaram; e, por fim, o custo da atualização.

Após essa análise, foi verificado se existia uma busca de educação continuada entre os respondentes da pesquisa, por meio do confronto entre a variável “Busca pela Educação Continuada” e outras variáveis advindas do questionário aplicado. Posteriormente, foi analisado quais os fatores ligados à educação continuada tiveram influência no nível de atualização dos respondentes da pesquisa. Assim, foi realizado o confronto entre a variável “Nível de Atualização” e outras variáveis advindas do questionário.

Por fim, foi realizado o confronto entre as variáveis “Busca pela Educação Continuada” e o “Nível de Atualização”, para conhecer o reflexo da busca da educação continuada no nível de atualização dos respondentes da pesquisa.

4.1 Análise baseada na Matriz 5W2H

Esta primeira parte da análise foi baseada na Matriz 5W2H, sendo apresentado o perfil dos contadores respondentes (Who), seguido dos tipos de educação continuada utilizados pelos respondentes para a atualização quanto à convergência das normas contábeis às normas internacionais (How), o nível de atualização dos respondentes (What), onde os respondentes se atualizaram (Where), quando os respondentes se atualizaram (When), os motivos que levaram os respondentes a procurarem ou não a educação continuada (Why) e, por fim, como está a satisfação dos respondentes em relação ao preço cobrado pela educação continuada no estado do Amazonas (How Much).

4.1.1 Who: Perfil da Amostra

No primeiro momento, analisou-se a frequência das respostas do questionário referentes ao perfil e formação profissional dos contadores da amostra, respondendo a primeira pergunta da matriz 5W2H: Quem são os respondentes? Assim, dentre o total da amostra de 99 contadores, 50,5% eram do gênero feminino e 49,5% do gênero masculino, demonstrando uma homogeneidade entre os respondentes segundo o gênero, como é possível visualizar na Figura 3. Já nas pesquisas de Pereira (2011) e Machado (2003), a maioria da amostra era composta por homens, representando 56% e 58%, respectivamente.

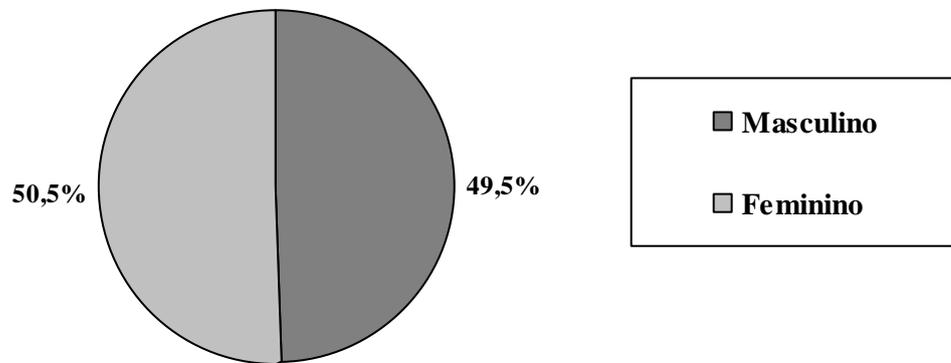


Figura 3 – Gênero da amostra
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Quanto à faixa etária, 25% dos contadores da amostra tinham entre 26 a 30 anos, seguido do grupo de contadores com idade entre 21 a 25 anos, que correspondeu a 19%. O uso das redes sociais para o envio do questionário pode ter sido um fator de influência para o número expressivo de jovens na amostra. Contudo, também foi verificada uma participação relevante de contadores acima de 40 anos, correspondendo a 31% do total da amostra. Este fato também foi observado na pesquisa de Machado (2003). As demais faixas etárias mostraram-se bem distribuídas, conforme demonstrado na Figura 4.

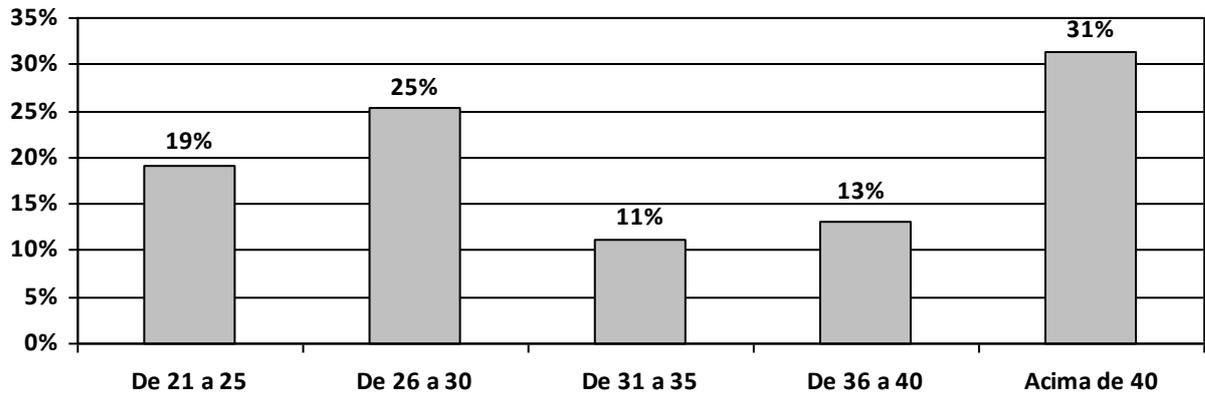


Figura 4 – Faixa etária da amostra
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Em relação à formação acadêmica, 44% da amostra cursaram ou estão cursando especialização em contabilidade, 28% cursaram especialização em outras áreas e 27% possuem graduação também em outras áreas ou estão com o curso em andamento. Além disso, 26% cursaram ou estão cursando o mestrado em contabilidade, 11% cursaram ou estão cursando o mestrado em outras áreas e 7% cursaram ou estão cursando o doutorado em outras áreas, conforme demonstrado na Figura 5. Resultado próximo ao encontrado por Machado, Machado e Kuhn (2013), em relação à especialização e mestrado.

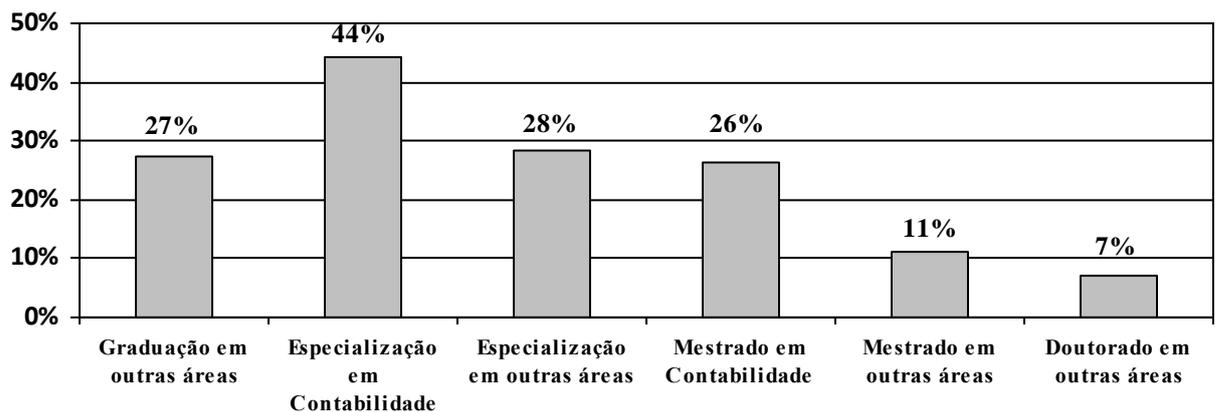


Figura 5 – Formação acadêmica
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Os dados demonstraram que uma parcela relevante dos contadores respondentes se interessaram pela educação continuada, sendo o primeiro indício de que havia a busca de educação continuada entre os respondentes. O número expressivo de contadores que possuem

pós-graduação *stricto sensu* ou estão com o curso em andamento, pode ser explicado pelo fato do questionário ter sido enviado aos egressos do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal do Amazonas.

Um fator também relevante para a pesquisa é a identificação da empresa em que o contador atuou após o ano de 2007, já que pode ter influenciado significativamente na busca pela educação continuada voltada à convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Assim, identificou-se que dos contadores respondentes, 52% atuaram em empresas privadas, 31% em escritórios contábeis e 36% em empresas ou órgãos públicos, proporção significativamente maior que a observada na pesquisa de Avelino Júnior (2005).

Além disso, 23% da amostra atuaram em instituições de ensino superior, 15,2% em empresas do terceiro setor, 8% não atuaram na área contábil e apenas 3% em empresas de auditoria, conforme demonstrado na Figura 6.

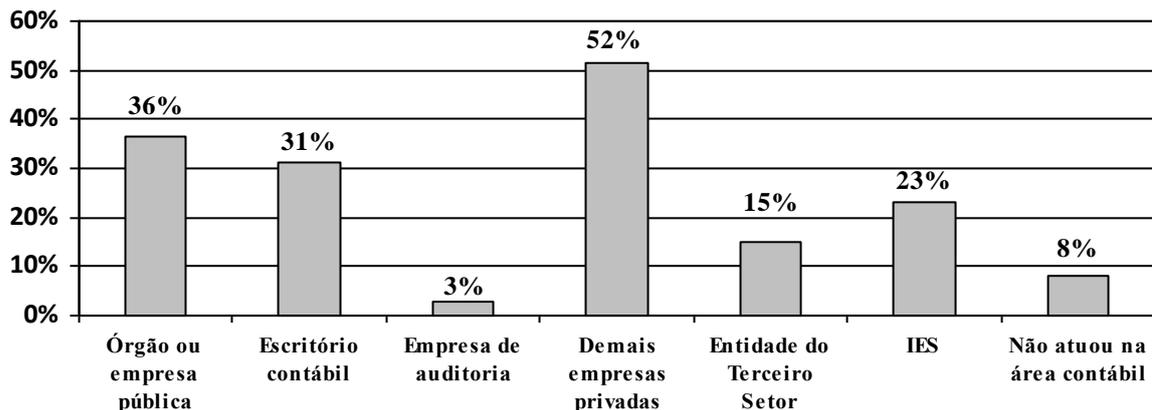


Figura 6 – Tipos de empresa de atuação
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Tais dados sugerem que, segundo o tipo de empresa onde atuou, a grande maioria dos respondentes podem ter necessitado da educação continuada para a atualização referente à convergência das normas contábeis às normas internacionais, já que, dentre os tipos de empresas, apenas os órgãos e empresas públicas não faziam parte do escopo das novas normas.

Quanto ao tempo de experiência profissional na área contábil, observou-se que 37% dos contadores da amostra declararam ter entre 1 a 5 anos de atuação. Por outro lado, 24% declararam atuar na área contábil há mais de 15 anos, seguido por 20% que possuíam entre 06 a 10 anos de experiência. Ademais, 8% declararam não possuir experiência na área contábil,

6,1% possuíam menos de 1 ano de experiência e 4% atuaram na área contábil entre 11 a 15 anos, conforme Figura 7.

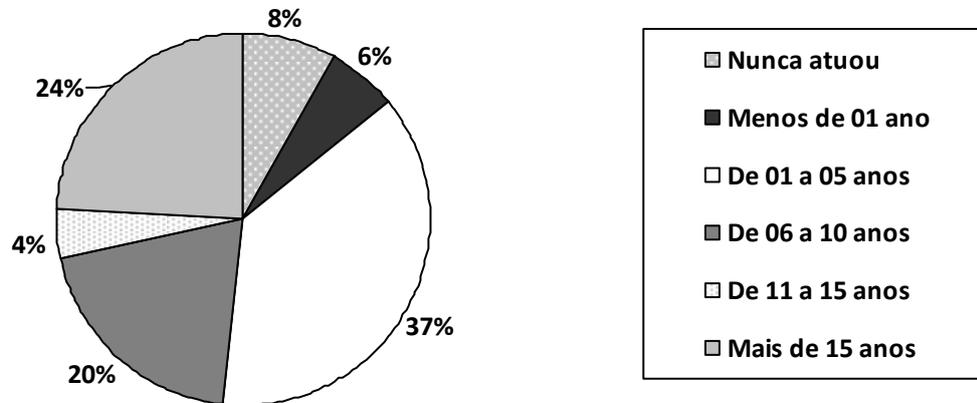


Figura 7 – Tempo de experiência na área contábil

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Nota-se que, aproximadamente, 48% da amostra possuíam significativa experiência na área contábil, assim como na amostra da pesquisa de Ott et al. (2011). Contudo, 43% haviam iniciado sua carreira recentemente, além dos 8% sem experiência. Tais dados condizem com o número expressivo de jovens na amostra.

4.1.2 How: Tipos de Educação Continuada

Esta parte da análise teve por objetivo conhecer como os contadores da amostra se atualizaram quanto à convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. A Tabela 3 mostra a frequência absoluta e relativa de cada ação de educação continuada utilizadas pelos respondentes.

Ações de Educação Continuada	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Consulta à Internet	96	97,0%
Palestras e Seminários	53	53,5%
Informativos, jornais e revistas	40	40,4%
Leitura das Normas	36	36,4%
Leitura da Legislação	34	34,3%
Cursos de extensão	23	23,2%
Mestrado e/ou Doutorado	23	23,2%
Livros técnicos	22	22,2%

Cursos e mini cursos	17	17,2%
Especialização	15	15,2%
Cursos a distância	11	11,1%
Grupos de Estudo	6	6,1%

Tabela 3 – Ações de educação continuada mais utilizadas
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Assim, pode-se observar que a grande maioria dos respondentes fizeram uso da *Internet* para tal fim, correspondendo a 97% da amostra. Esse mesmo resultado foi observado por Oliveira (2009) em sua pesquisa junto aos contadores de Recife-PE. Em segundo lugar, as palestras e seminários foram utilizados por 53,5% da amostra, resultado próximo ao observado na pesquisa de Guimarães et al. (2011) no Estado do Espírito Santo.

A leitura de informativos, jornais e revistas foi praticada por 40,4% dos respondentes, a leitura das normas do CFC e Pronunciamentos do CPC foi praticada por 36,4% e a leitura da legislação societária por 34,3% da amostra. Nota-se, portanto, que a maioria dos respondentes optaram por utilizar ações que, geralmente, demandam pouco tempo de dedicação para obterem a atualização desejada, assim como observado na pesquisa de Machado (2003) junto aos egressos dos cursos de pós-graduação da Universidade da Paraíba - UFPB.

Além disso, 22,2% da amostra fizeram uso de livros técnicos e a participação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e em cursos de extensão obtiveram a mesma proporção, 23,2% dos respondentes. Apenas 6,1% da amostra participaram de grupos de estudo com o objetivo de atualização quanto à convergência das normas contábeis, seguido pelos cursos à distância, utilizados por apenas 11,1% da amostra. A prática do uso da educação à distância, segundo Niyama et al. (2008), é muito utilizada para a atualização dos profissionais contábeis de diversos países, como o Chile, Austrália, Nova Zelândia, entre outros.

Os cursos de especialização foram utilizados por 15,2% dos contadores respondentes e os cursos e mini cursos, com utilização de apenas 17,2%. Essa baixa proporção de utilização de cursos e mini cursos e de grupos de estudo pode estar relacionada com uma oferta deficiente por parte das instituições do estado.

Para conhecer quais os tipos de educação continuada os contadores da amostra utilizaram para a atualização, as 12 ações de educação continuada citadas foram segregadas em Educação Continuada Formal e Educação Continuada Informal, segundo o Quadro 5, a seguir.

Tipo de Educação Continuada	Ações de educação continuada
Educação Continuada Formal	Cursos de extensão e aperfeiçoamento; Cursos de especialização; Mestrado e doutorado; Palestras, seminários, congressos e outros eventos; cursos e mini cursos; e Cursos à distância.
Educação Continuada Informal	Consulta à Internet; Leitura da legislação societária; Leitura das normas do CFC e pronunciamentos do CPC; Leitura de informativos, jornais e revistas especializadas; Leitura de livros técnicos; e Grupos de estudo.

Quadro 5 – Tipos de educação continuada utilizados
Fonte: Elaboração própria segundo definições de Demailly (1997)

A partir das definições de Demailly (1997) foi possível notar que dentre os contadores da amostra, 100% declararam ter utilizado a educação continuada informal para sua atualização quanto à convergência das normas contábeis, enquanto 70,7% declararam ter participado de alguma ação de educação continuada formal, conforme demonstrado na Figura 8. Isso pode demonstrar que os contadores da amostra, apesar de atuarem em diferentes tipos de empresas, possuíram interesse no tema.

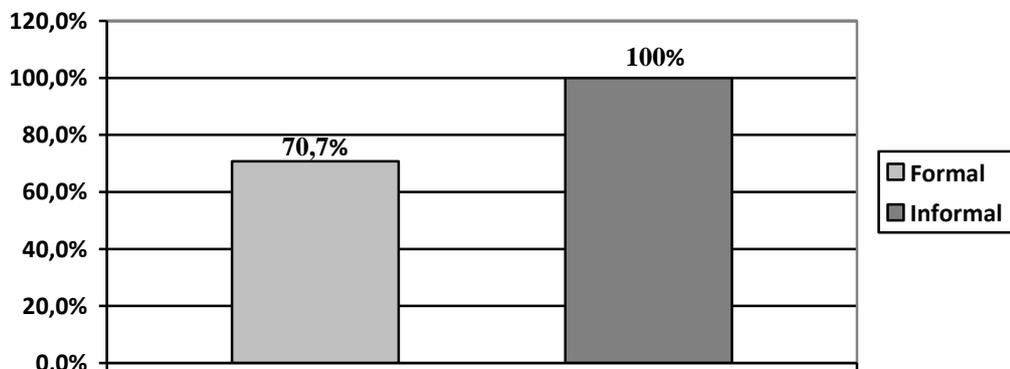


Figura 8 – Proporção de contadores que utilizaram a educação continuada
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

A educação continuada informal também apresentou maior proporção em relação ao total de ações praticadas pelos respondentes, conforme demonstrado na Figura 9. Assim, nota-se que, de 100% das ações de educação continuada utilizadas pelos contadores da amostra, 61,8% correspondeu à educação continuada informal e 38,2% correspondeu à educação continuada formal. Tal proporção, que foi similarmente observada na pesquisa de Miranda e Solino (2006), pode ter influência na maior acessibilidade da educação continuada informal, como o uso da internet, por exemplo.

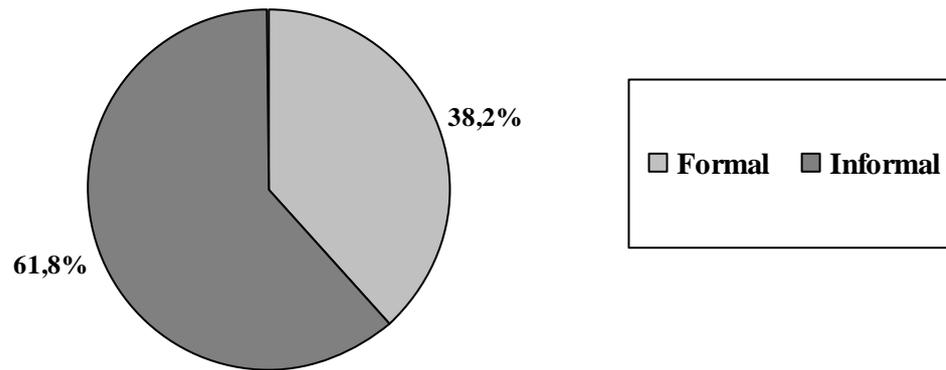


Figura 9 – Tipos de educação continuada mais utilizados
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Por meio dos dados apresentados, pode-se concluir que os profissionais do Estado do Amazonas possuem a busca da educação continuada, assim como observado na pesquisa de Avelino Júnior (2005) dentre os contadores do Município de Fortaleza.

4.1.3 What: Nível de atualização

Com o objetivo de avaliar o nível de atualização dos contadores quanto à convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, fez-se uso de 12 temas também utilizados na pesquisa de Pereira, Niyama e Freire (2012), como segue: Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis; Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*); Demonstração dos Fluxos de Caixa; Ativos Intangíveis (*goodwill*); Operações de Arrendamento Mercantil; Ajuste a Valor Presente; Contratos de Construção; Combinação de negócios; Primazia da essência econômica das operações sobre a forma; Mensuração a valor justo; Instrumentos Derivativos Financeiros; e Pesquisa e Desenvolvimento.

O item estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis refere-se aos conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. A Figura 10 mostra a frequência relativa das respostas dadas pelos respondentes da pesquisa quanto à autoavaliação de sua atualização no assunto.

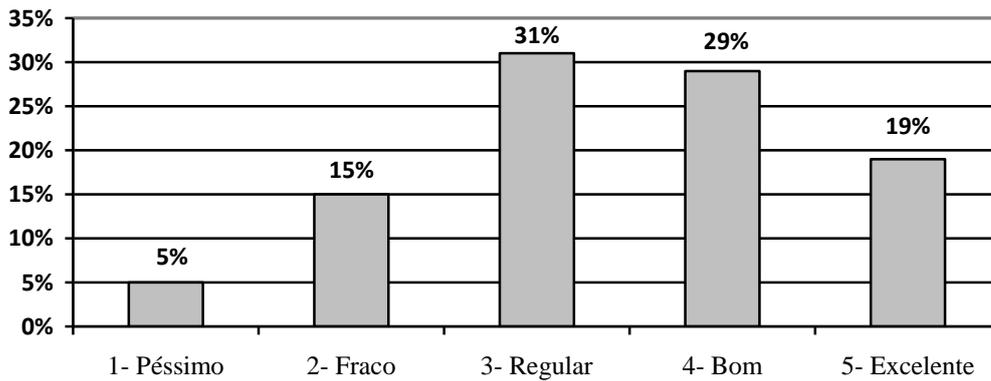


Figura 10 – Frequência relativa do item Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dentre os contadores que compuseram a amostra, 31% julgaram possuir uma atualização em nível regular, 29% julgaram possuir um nível bom e 19% um nível excelente de atualização. No entanto, 15% dos respondentes julgaram possuir um nível fraco de atualização e 5% um nível péssimo.

O nível de atualização médio sobre a estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis foi de 3,42, com desvio-padrão de 1,12. Este item foi o que apresentou a maior média dentre os demais. Esse resultado, correspondendo a um nível regular a bom, também foi apurado na pesquisa de Pereira, Niyama e Freire (2012) entre os estudantes do Distrito Federal. A moda e a mediana foram de 3 para ambas e o somatório foi de 339, também o maior apresentado dentre os itens pesquisados.

O item redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) refere-se aos procedimentos que visam assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por valor não recuperável no futuro. A Figura 11 mostra a frequência relativa das respostas dadas pelos contadores respondentes.

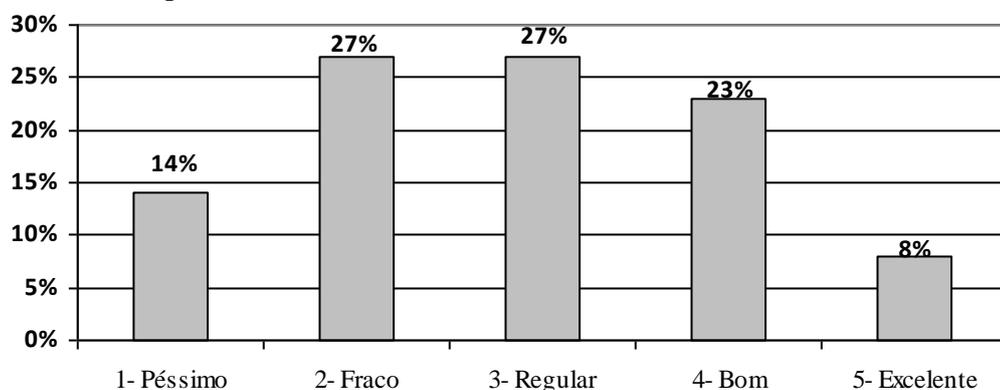


Figura 11 – Frequência relativa do item Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dentre os respondentes, 27% julgaram possuir uma atualização em nível fraco e a mesma proporção para o nível regular. Julgaram possuir um nível bom, 23% da amostra e apenas 8% um nível excelente de atualização. No entanto, julgaram possuir nível péssimo de atualização no assunto 14% da amostra. O nível médio de atualização sobre a redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) foi de 2,84, com desvio-padrão de 1,18. Esse nível de atualização, que corresponde a uma atualização de fraco a regular, foi igualmente observado na pesquisa de Pereira, Niyama e Freire (2012). A moda e a mediana foram de 3 para ambas e o somatório foi de 281.

A seguir, a Figura 12 mostra a frequência relativa referente à autoavaliação dos respondentes quanto aos conhecimentos sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

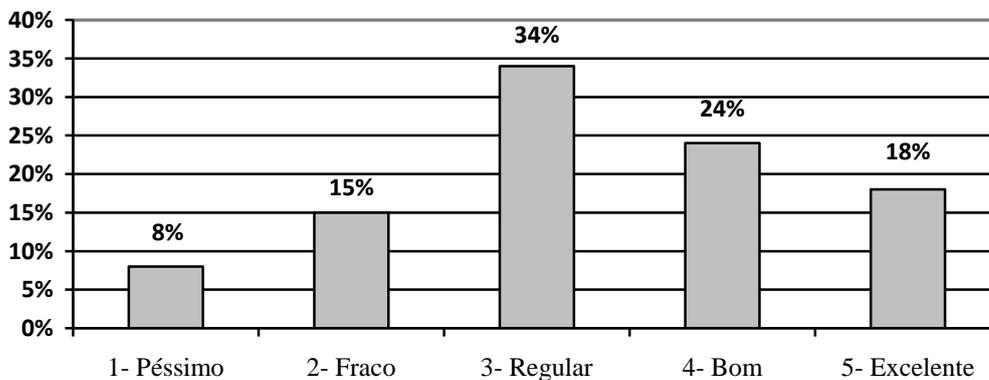


Figura 12 – Distribuição das respostas sobre Ajuste a Valor Presente

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Observou-se que 34% julgaram possuir uma atualização em nível regular, 24% julgaram possuir um nível bom e 18% um nível excelente de atualização. No entanto, 15% dos respondentes julgaram possuir um nível fraco de atualização e 8% um nível péssimo.

O nível de atualização médio sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa foi de 3,29, com desvio-padrão de 1,17. Este item apresentou a segunda maior média dentre os demais, ficando atrás apenas do item estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis, resultado igualmente observado no estudo de Pereira, Niyama e Freire (2012). A moda e a mediana foram de 3 para ambas e o somatório foi de 326.

O item Ativos Intangíveis (*goodwill*) refere-se ao conhecimento referente ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura. A Figura 13 mostra a frequência relativa das respostas dadas pelos respondentes da pesquisa quanto à autoavaliação de sua atualização no assunto.

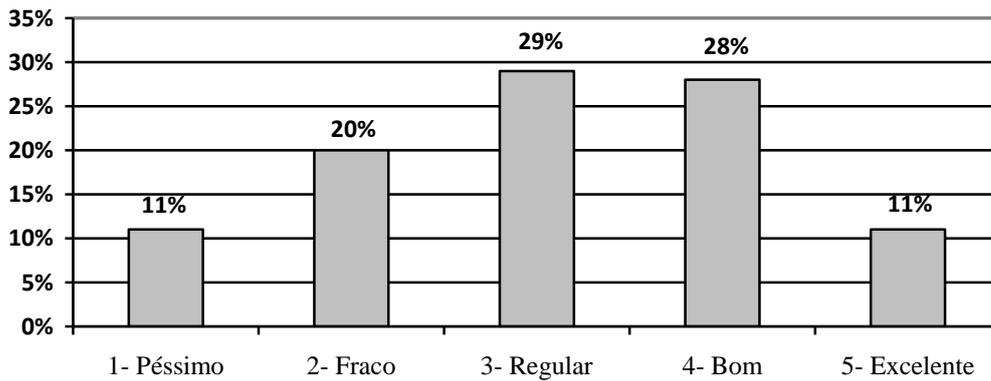


Figura 13 – Frequência relativa do item Ativos Intangíveis (*goodwill*)
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dentre os contadores da amostra, 29% julgaram possuir uma atualização em nível regular, 28% julgaram possuir um nível bom e 20% um nível fraco de atualização. No entanto, os dois níveis extremos de atualização no assunto, excelente e péssimo, apresentaram a mesma proporção, correspondendo a 11% da amostra. O nível de atualização médio sobre Ativos Intangíveis (*goodwill*) foi de 3,08, com desvio-padrão de 1,18, o que corresponde a um nível regular de atualização. Tal nível encontra-se acima do observado entre os estudantes do Distrito Federal, foco da pesquisa de Pereira, Niyama e Freire (2012). A moda e a mediana foram de 3 para ambas e o somatório foi de 305.

O quinto item usado para a avaliação da atualização foi referente às operações de arrendamento mercantil, que também são denominadas de *leasing*. Estas são classificadas em dois grupos: *leasing* operacional e *leasing* financeiro. A Figura 14 mostra a frequência relativa referente à autoavaliação dos respondentes quanto aos conhecimentos sobre o assunto.

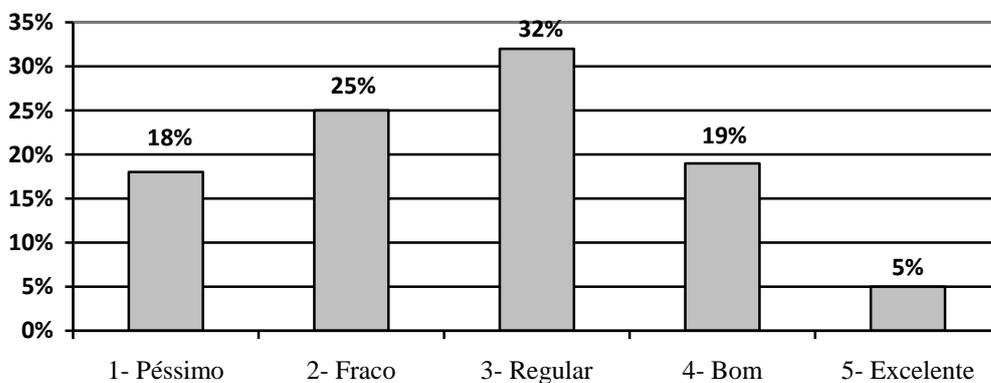


Figura 14 – Frequência relativa do item Operações de Arrendamento Mercantil

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Observou-se que 32% julgaram possuir uma atualização em nível regular, 25% julgaram possuir um nível fraco e 19% um nível bom de atualização. No entanto, 18% dos respondentes julgaram possuir um nível péssimo de atualização e apenas 5% um nível excelente. O nível de atualização médio sobre as operações de arrendamento mercantil foi de 2,68, com desvio-padrão de 1,13, correspondendo a um nível fraco a regular de atualização, igualmente observado no estudo de Pereira, Niyama e Freire (2012). A moda e a mediana foram de 3 para ambas e o somatório foi de 265.

O item Ajuste a Valor Presente refere-se à estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações das entidades. A Figura 15 mostra a frequência relativa das respostas dadas pelos contadores respondentes.

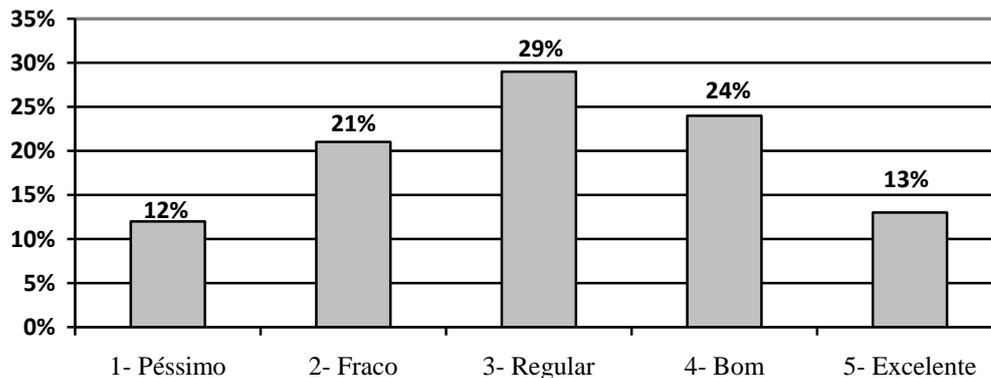


Figura 15 – Frequência relativa do item Ajuste a Valor Presente

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dentre os contadores que compuseram a amostra, 29% julgaram possuir uma atualização em nível regular, 24% julgaram possuir um nível bom e 21% um nível fraco de atualização. Além disso, 13% dos respondentes julgaram possuir um nível excelente de atualização e 12% um nível péssimo. O nível de atualização médio sobre a estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis foi de 3,05, com desvio-padrão de 1,22, o que corresponde a um nível regular de atualização, nível acima ao observado por Pereira, Niyama e Freire (2012) junto aos estudantes do Distrito Federal. A moda e a mediana foram de 3 para ambas e o somatório foi de 302.

Outro item avaliado na pesquisa refere-se ao tratamento contábil das receitas e despesas associadas a Contratos de Construção. A Figura 16 demonstra a frequência relativa da autoavaliação dos respondentes.

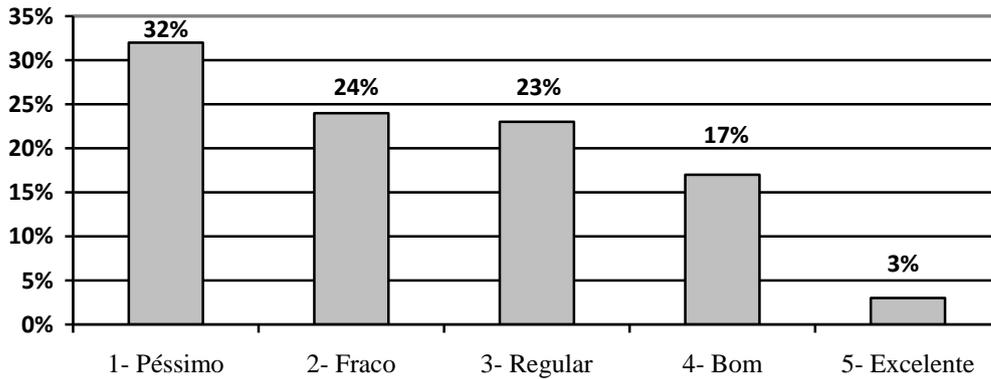


Figura 16 – Frequência relativa do item Contratos de Construção
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Do total de respondentes, 32% julgaram possuir uma atualização em nível péssimo e 24% julgaram possuir um nível fraco. Com isso, nota-se que dos 12 itens avaliados, este possuiu a maior proporção de desconhecimento. Julgaram possuir nível regular de atualização 23% da amostra, 17% julgaram possuir nível bom e apenas 3% nível excelente.

O nível de atualização médio sobre contratos de construção foi de 2,34, com desvio-padrão de 1,19, o que corresponde a um nível fraco a regular de atualização, nível maior que o observado na pesquisa de Pereira, Niyama e Freire (2012). A moda e a mediana corresponderam, respectivamente, a 1 e 2 e o somatório foi de 232.

Referente ao item combinação de negócios, tema do CPC 15 (R1), a Figura 17 mostra a frequência relativa das respostas dos contadores da amostra.

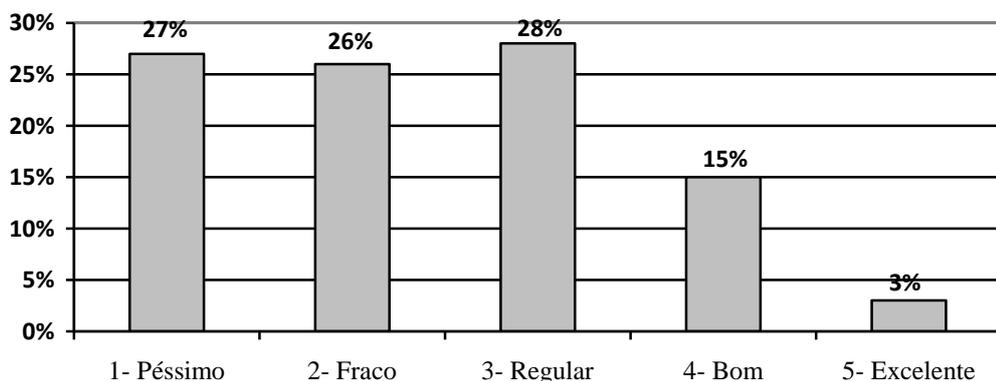


Figura 17 – Frequência relativa do item Combinação de Negócios
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dentre os contadores que compuseram a amostra, 28% julgaram possuir um atualização em nível regular, 26% julgaram possuir um nível fraco e 27% um nível péssimo

de atualização. Além disso, 15% dos respondentes julgaram possuir um nível bom de atualização e apenas 3% um nível péssimo. Este item obteve o segundo pior nível de atualização, ficando atrás apenas do item contratos de construção. O nível de atualização médio sobre a combinação de negócios foi de 2,40, com desvio-padrão de 1,13, correspondendo a um nível fraco a regular de atualização, nível acima ao observado por Pereira, Niyama e Freire (2012) em sua pesquisa junto aos estudantes do Distrito Federal. A moda ficou em 3, a mediana em 2 e o somatório foi de 238.

O nono item usado para a avaliação da atualização foi referente à primazia da essência econômica das operações sobre a forma que, segundo o CPC, é de grande importância para o aumento da transparência das demonstrações contábeis. A Figura 18 mostra a frequência relativa referente à autoavaliação dos respondentes quanto aos conhecimentos sobre o assunto.

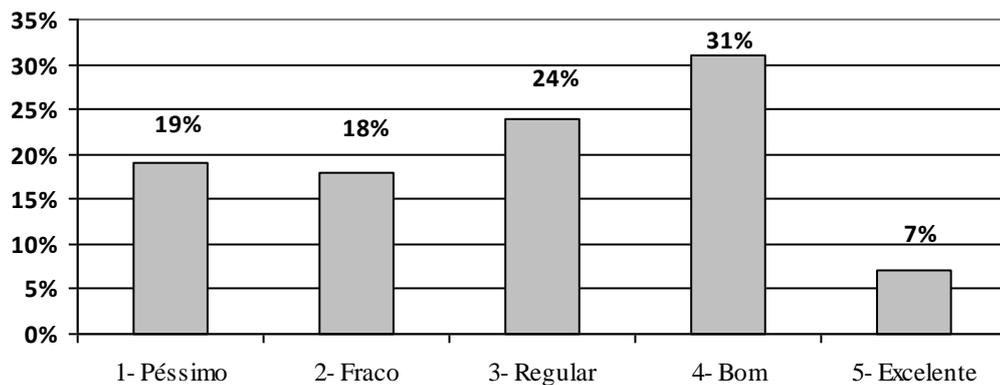


Figura 18 – Frequência relativa do item Primazia da essência econômica das operações sobre a forma

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Observou-se que 31% julgaram possuir uma atualização em nível bom e 24% julgaram possuir um nível regular. Por outro lado, 19% dos respondentes julgaram possuir um nível péssimo de atualização, 18% um nível fraco e 7% um nível excelente. O nível de atualização médio sobre a primazia da essência econômica das operações sobre a forma foi de 2,89, com desvio-padrão de 1,24, correspondendo a um nível fraco a regular de atualização. Tal resultado corresponde a um nível acima do observado na pesquisa de Pereira, Niyama e Freire (2012). A moda ficou em 4, a mediana ficou em 3 e o somatório foi de 286.

A Figura 19 demonstra a frequência relativa referente à autoavaliação dos respondentes quanto aos conhecimentos sobre a mensuração a valor justo, referente ao CPC 46.

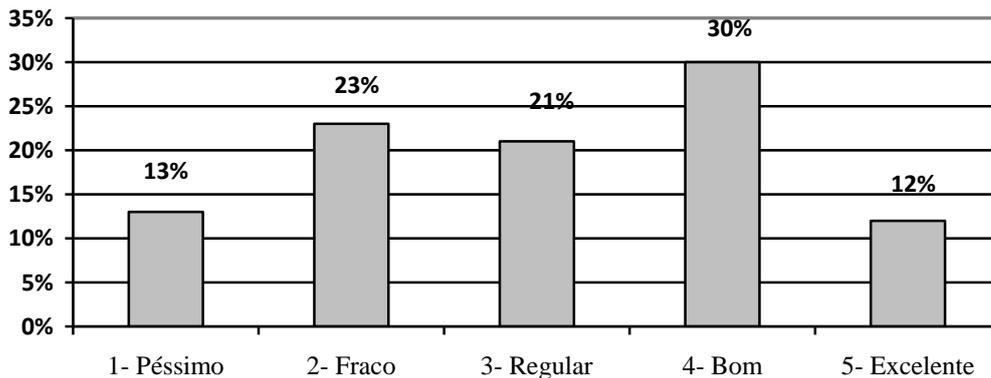


Figura 19 – Frequência relativa do item Mensuração a valor justo
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dentre os respondentes, 30% julgaram possuir uma atualização em nível bom, 23% em nível fraco e 21% em nível regular. No entanto, julgaram possuir nível péssimo de atualização no assunto 13% da amostra e 12% julgaram possuir um nível excelente. O nível médio de atualização sobre a mensuração a valor justo foi de 3,05, com desvio-padrão de 1,25. Com esse resultado, observou-se um nível acima ao encontrado por Pereira, Niyama e Freire (2012) em sua pesquisa com os estudantes do Distrito Federal. A moda e a mediana ficaram em 4 e 3, respectivamente, e o somatório foi de 302.

O penúltimo item avaliado tratou-se de Instrumentos Derivativos Financeiros, abordado no CPC 14. A Figura 20 demonstra o nível de atualização no assunto percebido pelos contadores da amostra.

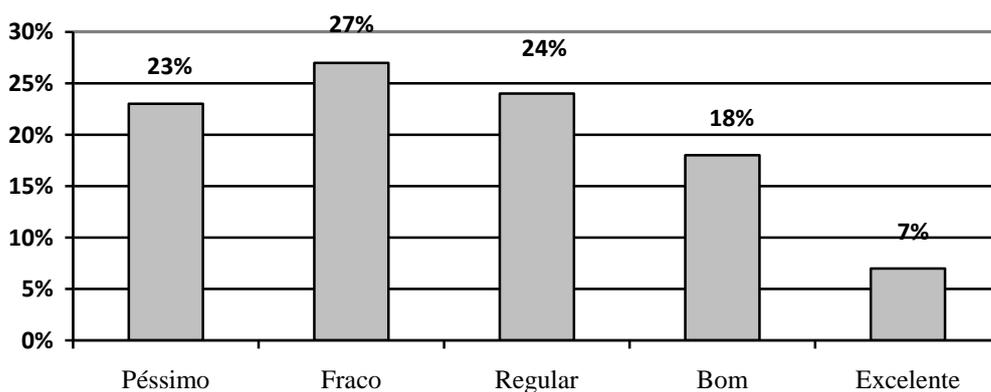


Figura 20 – Frequência relativa do item Instrumentos Derivativos Financeiros
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dentre os contadores que compuseram a amostra, 27% julgaram possuir uma atualização em nível fraco, 24% julgaram possuir um nível regular e 23% um nível péssimo

de atualização. Além disso, 18% dos respondentes julgaram possuir um nível bom de atualização e 7% um nível excelente. O nível de atualização médio sobre Instrumentos Derivativos Financeiros foi de 2,59, com desvio-padrão de 1,23, correspondendo a um nível maior que o observado na pesquisa de Pereira, Niyama e Freire (2012). A moda e a mediana foram de 2 para ambas e o somatório foi de 256.

O último item da seção corresponde à Pesquisa e Desenvolvimento, que refere-se aos gastos subsequentes em projetos de pesquisa e desenvolvimento em andamento. A Figura 21 demonstra a frequência relativa da autoavaliação dos respondentes.

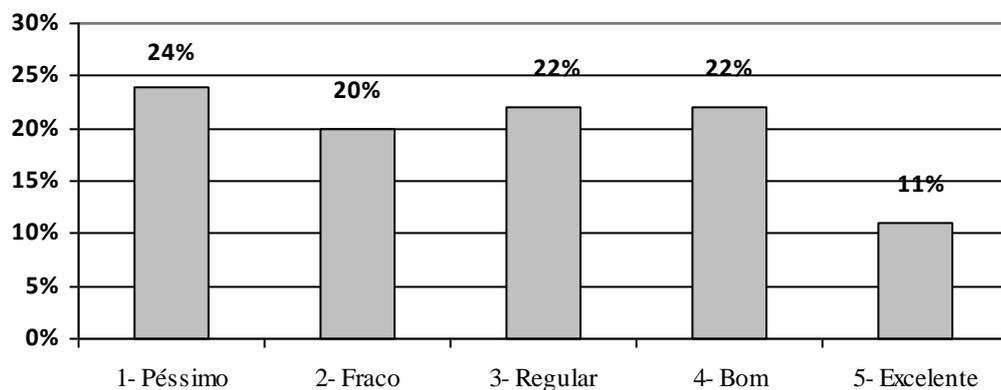


Figura 21 – Frequência relativa do item Pesquisa e Desenvolvimento

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Observou-se que a maioria dos respondentes julgaram possuir uma atualização em nível péssimo, correspondendo a 24% da amostra. Já os níveis regular e bom obtiveram a mesma proporção das respostas, com 22% cada. Além disso, 20% dos respondentes julgaram possuir um nível fraco de atualização e 11% um nível excelente. O nível de atualização médio sobre o item foi de 2,76, com desvio-padrão de 1,34, correspondendo a um nível fraco a regular de atualização, similar ao encontrado na pesquisa de Pereira, Niyama e Freire (2012). A moda ficou em 1, a mediana em 3 e o somatório foi de 273.

Após a análise individual dos itens utilizados para conhecer o nível de atualização dos contadores da amostra, apresenta-se, a seguir, a Tabela 4 contendo a média, desvio-padrão, mediana e moda das respostas obtidas.

Itens relativos à convergência da contabilidade brasileira	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda
Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis	3,42	1,12	3	3
Redução ao valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	2,84	1,18	3	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa	3,29	1,17	3	3

Itens relativos à convergência da contabilidade brasileira (continuação)	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda
Ativos Intangíveis (<i>goodwill</i>)	3,08	1,18	3	3
Operações de Arrendamento Mercantil	2,68	1,13	3	3
Ajuste a Valor Presente	3,05	1,22	3	3
Contratos de Construção	2,34	1,19	2	1
Combinação de negócios	2,40	1,13	2	3
Primazia da essência econômica das operações sobre a forma	2,89	1,24	3	4
Mensuração a valor justo	3,05	1,25	3	4
Instrumentos Derivativos Financeiros	2,59	1,23	2	2
Pesquisa e Desenvolvimento	2,76	1,34	3	1
Média, desvio padrão, mediana e moda do nível de atualização da amostra	2,87	1,20	3	3

Tabela 4 – Estatística descritiva dos itens relativos à convergência da contabilidade brasileira

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Observa-se, assim, que os itens contratos de construção, combinação de negócios e instrumentos derivativos financeiros apresentaram mediana de 2, referente ao nível fraco de atualização. Os demais itens apresentaram mediana de 3, referente ao nível regular. Em relação à moda, os itens variaram do nível péssimo, como contratos de construção e pesquisa e desenvolvimento, ao nível bom, como a primazia da essência econômica das operações sobre a forma e a mensuração a valor justo. Para uma melhor visualização da média do nível de atualização da amostra para cada item, apresenta-se abaixo a Figura 22.

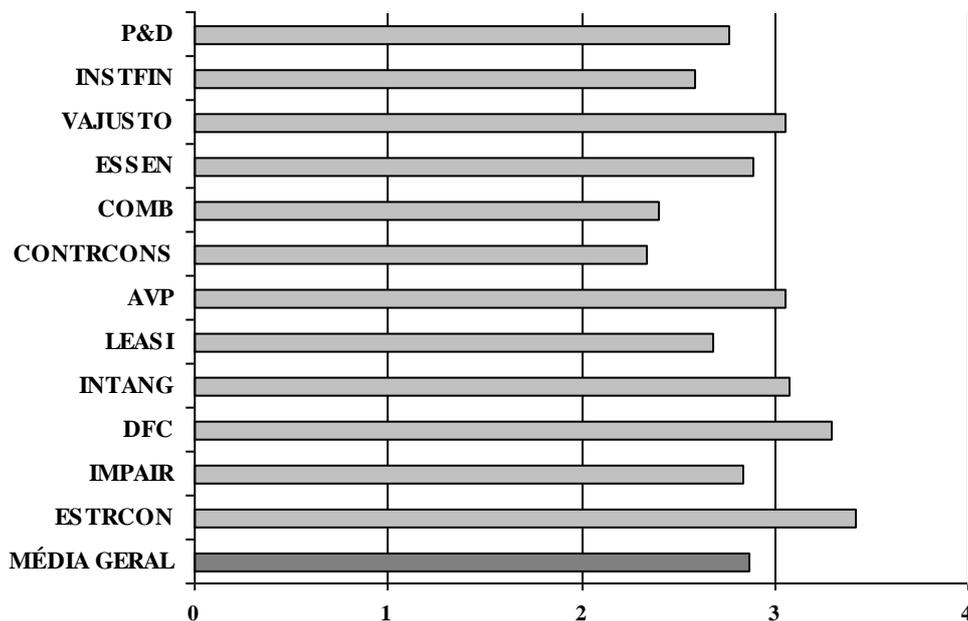


Figura 22 – Nível de atualização referente à convergência da contabilidade brasileira

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

ESTRCON - Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis.	VAJUSTO - Mensuração a valor justo (<i>Fair value</i>).
COMB - Combinação de Negócios.	LEASI - Arrendamento Mercantil.
IMPAIR - Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment test</i>).	INSTFIN - Instrumentos e Derivativos Financeiros.
ESSEN - Primazia da essência econômica das operações sobre a forma.	AVP - Ajuste a valor presente.
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa.	P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.
INTANG - Ativos intangíveis (<i>Goodwill</i>).	CONTRCONS - Contratos de construção.

Segundo a média, os contadores da amostra julgaram como fraco a regular o nível de atualização a sete itens, tendo como as piores médias os itens Contratos de Construção (2,34) e Combinação de negócios (2,4), seguidos por Instrumentos Derivativos Financeiros (2,59), Operações de Arrendamento Mercantil (2,68), Pesquisa e Desenvolvimento (2,76), Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) (2,84) e Primazia da essência econômica das operações sobre a forma (2,89).

Já os itens que apresentaram as maiores médias, correspondendo a um nível entre regular e bom, foram Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis (3,42), Demonstração dos Fluxos de Caixa (3,29), Ativos Intangíveis (*goodwill*) (3,08), Ajuste a Valor Presente (3,05) e Mensuração a valor justo (3,05). Contudo, a média geral de atualização dos respondentes ficou em 2,87, correspondendo a um nível entre fraco e regular.

Esses resultados podem indicar a carência de oferta de ações de educação continuada no Estado do Amazonas para alguns assuntos relacionados à convergência das normas contábeis internacionais, já que foi possível perceber, na seção 4.2.2, que existe a busca pela educação continuada entre os profissionais da amostra.

4.1.4 Where: Onde ocorreu a Educação Continuada

Por meio do questionário aplicado aos contadores, foi possível identificar em que região do Brasil e em quais instituições esses profissionais participaram da maioria das ações de educação continuada sobre a convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

É importante destacar que esta seção da análise considera, apenas, a educação continuada formal, já que a educação continuada informal independe de um lugar específico para ser realizada. Assim, primeiramente, analisou-se a região onde os respondentes

participaram da maioria das ações, incluindo o próprio estado do Amazonas e também os cursos e eventos à distância. A Figura 23 apresenta a frequência relativa das respostas.

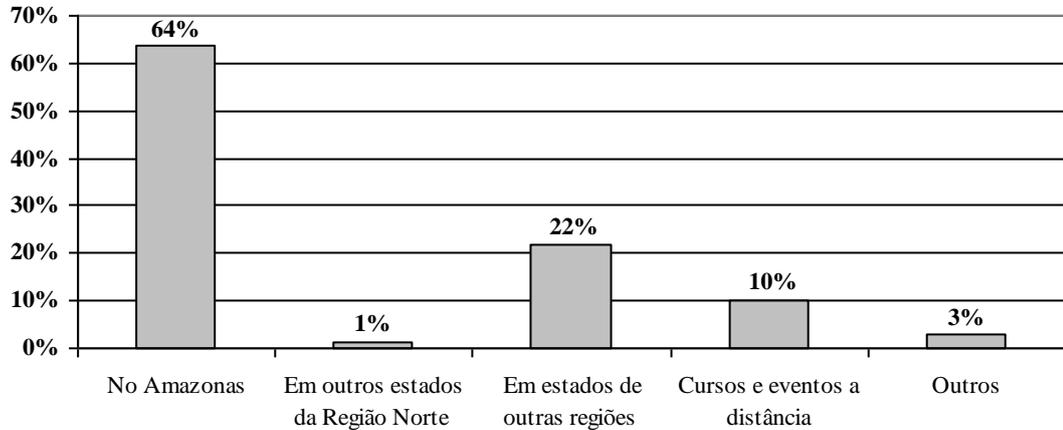


Figura 23 – Região onde ocorreu a Educação Continuada
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dos 99 contadores da amostra, 69 participaram de ações de educação continuada formal para a atualização dos conhecimentos quanto à convergência das normas contábeis. Desses, 64% participaram dessas ações, em sua maioria, no próprio estado do Amazonas. Participaram, na maioria das vezes, em estados de outra região do país 22%, em cursos e eventos a distância 10% e apenas 1% participou de eventos em outros estados da região Norte. Responderam “outros” 3% do grupo, por terem participado de eventos em várias regiões na mesma proporção.

Também foram analisados em quais instituições os respondentes participaram dos eventos de educação continuada formal quanto à convergência das normas contábeis. Para uma melhor ilustração, a Figura 24 apresenta a frequência relativa das respostas.

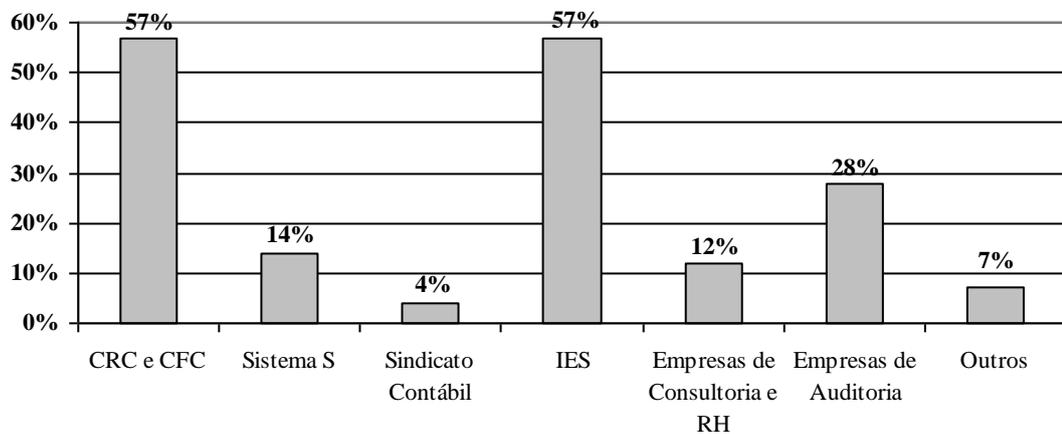


Figura 24 – Instituições onde ocorreu a Educação Continuada
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

De acordo com os dados apresentados acima, a participação de cursos e eventos de educação continuada realizados no CRC/AM e/ou CFC e nas Instituições de Ensino Superior apresentaram a mesma proporção, correspondendo a 57% do grupo de contadores da amostra que participaram de ações de educação continuada formal. Em seguida, destaca-se a participação de ações promovidas por empresas de auditoria, correspondendo a 28%, além da participação de 14% em ações promovidas por órgãos do Sistema S e 12% por empresas de consultoria e RH.

Marcaram a opção “outros”, correspondendo a 7%, os contadores que participaram de eventos promovidos por órgãos públicos, como os tribunais de contas e ESAF, além dos que informaram que as ações de educação continuada que participaram foram promovidas dentro da própria empresa que trabalhavam. Por fim, apenas 4% informaram ter participado de ações promovidas pelos sindicatos da classe.

Nota-se, portanto, a relevância que o CRC/AM e/ou CFC e as IES possuem para a atualização dos profissionais do Estado do Amazonas. Assim como observado na pesquisa de Paganoto, Rossoni e Ribeiro Filho (2007), apesar de não haver obrigatoriedade da educação continuada aos profissionais contábeis que não trabalham com auditoria, a busca por ações promovidas pelo Conselho Regional de Contabilidade para a capacitação e atualização mostrou-se significativa.

4.1.5 When: Quando ocorreu a atualização

Um fator relevante para esta pesquisa foi identificar o ano em que os respondentes concluíram sua graduação em ciências contábeis, já que a primeira lei referente à convergência das normas brasileiras às internacionais passou a vigorar no ano de 2008. Assim, levanta-se a hipótese que os profissionais formados após essa data tenham tido maior contato com o conteúdo da referida lei durante a graduação, em comparação com os profissionais formados antes da promulgação da lei. A Figura 25 ilustra quando os contadores da amostra concluíram sua graduação em ciências contábeis.

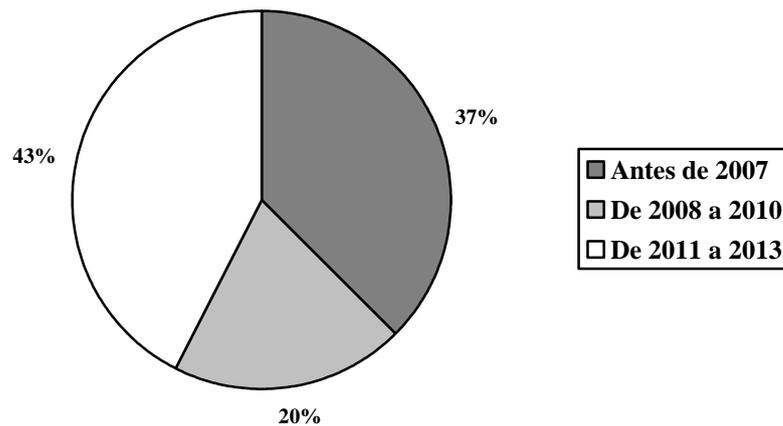


Figura 25 – Ano de conclusão da graduação
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Assim, nota-se que os dois maiores grupos da amostra referem-se a profissionais formados entre os anos de 2011 a 2013, com 43%, e os formados antes de 2007, correspondendo a 37%. Os profissionais que concluíram o curso de graduação entre os anos de 2008 a 2010 corresponderam a 20% da amostra.

Indagados se as disciplinas oferecidas na graduação em ciências contábeis abordaram as Normas Internacionais de Contabilidade, o que responderia quando os profissionais tiveram o primeiro contato com as novas normas, 55% da amostra responderam que sim, entre concordo totalmente e concordo parcialmente, 43% responderam que não, entre discordo totalmente e discordo parcialmente e 2% ficaram indiferentes, conforme demonstrado na Tabela 5.

Resposta		%	% total
Sim	Concordo Totalmente	26%	55%
	Concordo Parcialmente	28%	
Indiferente		2%	2%
Não	Discordo Parcialmente	17%	43%
	Discordo Totalmente	26%	

Tabela 5 – Contato com as normas internacionais na graduação
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Com isso, foi possível analisar se havia relação entre o ano de conclusão do curso em ciências contábeis e o contato com as Normas Internacionais de Contabilidade por meio das disciplinas da graduação. Com o valor do Teste de Qui-quadrado de 16,51646 e *p-value* de 0,002, a um nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese nula de que,

independentemente do ano de conclusão de curso, o profissional teve acesso ao conteúdo das Normas Internacionais de Contabilidade ainda na graduação.

Conclui-se, portanto, que o contato com as Normas Internacionais de Contabilidade ainda na graduação dos profissionais formados entre os anos de 2011 a 2013 foi significativamente diferente daqueles que se formaram até o ano de 2007 e, até mesmo, dos que se formaram entre os anos de 2008 a 2010. A Tabela 6, abaixo, demonstra o confronto entre essas duas variáveis.

Conclusão da Graduação	Disciplinas na graduação abordaram as Normas Internacionais de Contabilidade			
	Sim	Não	Indiferente	Total
Até 2007	15	20	2	37
De 2008 a 2010	7	13	0	20
De 2011 a 2013	32	10	0	42
Total	54	43	2	99

Tabela 6 – Contato com as normas internacionais na graduação X ano de conclusão da graduação

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Por meio desses dados, foi possível perceber que a maior proporção de profissionais que tiveram disciplinas que abordassem as Normas Internacionais em sua graduação foi dos que se formaram entre os anos de 2011 a 2013, correspondendo a 76% dos 42 respondentes. Já dentre os profissionais que se formaram até o ano de 2007, 41% disseram ter tido contato com as novas normas ainda na graduação, correspondendo a uma proporção maior dos que os contadores que se formaram entre os anos de 2008 a 2010, de apenas 35%.

Esse resultado vai de encontro ao enfatizado na pesquisa de Niyama et al. (2008), onde constataram que, no ano de 2006, apenas 24% das IES do Brasil possuíam a disciplina Contabilidade Internacional, apesar dos esforços do MEC, por meio da Resolução CNE no. 10/2004. Além disso, é preocupante o fato de, aproximadamente, 24% dos respondentes que se formaram entre os anos de 2011 e 2013, não terem tido contato com as Normas Internacionais, o que pode significar uma demora significativa na adequação das grades curriculares das IES no estado.

4.1.6 Why: Motivações e desmotivações para a busca da educação continuada

Nesta parte da análise, objetivou-se conhecer as motivações que levaram os contadores da amostra a buscar a educação continuada, tanto formal quanto informal, para a atualização dos conhecimentos voltados à convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. Também objetivou conhecer os fatores que desmotivaram essa busca. A Tabela 7 demonstra a frequência absoluta e relativa dos fatores que incentivaram a atualização dos profissionais da amostra.

Motivos da atualização	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Interesse científico	50	55%
Possibilidade de crescimento profissional	48	53%
Corrigir deficiências da graduação	38	42%
Possibilidade de melhorar o currículo	36	40%
Atender a exigência do empregador	33	36%
Possibilidade de melhorar a remuneração	16	18%
Outros	4	4%

Tabela 7 – Frequência das motivações para a busca da Educação Continuada

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dentre os 91 respondentes que informaram ter procurado a educação continuada, 55% buscaram por interesse científico. Esse resultado pode ter sido influenciado pelo fato de que boa parte da amostra possuía ou estava concluindo cursos de pós-graduação. Dos 91, 53% vislumbravam a possibilidade de crescimento profissional, 42% tiveram como objetivo corrigir as deficiências da graduação e 40% objetivaram a melhoria do currículo. Além disso, 36% buscaram a educação continuada para atender a exigência do empregador, 18% tinham o intuito de melhorar a remuneração e 4% responderam possuir outros motivos, principalmente o de adquirir conhecimento para prestar concursos públicos.

Esses dados corroboram com os estudos de Simpsons et al. (1994) e Thomas (1995), quando descrevem que há duas grandes razões para a qualificação, uma é feita para suprir necessidades dos clientes, outra é feita para o desenvolvimento pessoal. Na atual pesquisa, notou-se uma maior proporção dos profissionais que visavam o desenvolvimento pessoal. Este fato vai de encontro com a idéia do capitalismo de si mesmo, promovida pela teoria do capital humano, que segundo Schultz (1973), refere-se ao fato do indivíduo ser responsável por sua colocação no mercado de trabalho, obtendo sucesso na vida com o constante investimento em sua formação.

Em relação aos motivos que dificultaram o acesso à educação continuada voltada à convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, 82% do total da amostra informaram que tiveram, pelo menos, um fator de impedimento. A Tabela 8 demonstra a frequência absoluta e relativa desses fatores.

Impedimento da atualização	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Não encontro ações no Amazonas	40	49%
Falta de recursos financeiros	30	37%
Falta de tempo	26	32%
Falta de Incentivo do trabalho	20	25%
Falta de interesse	4	5%
Outros	2	2%
Distância	2	2%
Falhas ou ausência de recursos tecnológicos	1	1%

Tabela 8 – Contato com as normas internacionais na graduação X ano de conclusão da graduação

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Observa-se que dos 81 respondentes que apontaram algum fator de impedimento para se atualizar sobre as novas normas, 49% informaram que não encontraram ações de educação continuada sobre o assunto no Estado do Amazonas. Esse resultado foi praticamente o dobro do observado na pesquisa de Machado (2003) quanto aos impedimentos para a constante atualização dos egressos dos cursos de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Tal fator é preocupante, já que não basta existir a busca pela educação continuada entre os contadores, mas também é necessária a oferta de ações para a efetiva atualização.

Além disso, 37% apontaram a falta de recursos financeiros para a atualização, o que pode indicar que as ações disponíveis no estado sejam dispendiosas, assim como foi igualmente apontado na pesquisa de Machado (2003) no Estado da Paraíba. 32% acusaram falta de tempo, proporção superior ao encontrado por Machado (2003). Já a falta de incentivo do trabalho foi apontada por 25% dos respondentes.

Os demais fatores apresentaram frequências mais baixas, sendo apontado o fator “falta de interesse” por apenas 5% desses profissionais. Já os fatores “distância” e “falhas ou ausência de recursos tecnológicos” foram apontados por 2% e 1%, respectivamente. Apontaram outros fatores apenas 2%, um relacionado à falta de ações voltadas às novas normas com abordagem pública e outro relacionado à baixa qualidade dos materiais didáticos oferecidos.

Outros fatores que poderiam influenciar na busca da educação continuada voltada à convergência das normas contábeis internacionais seriam a quantidade de ações oferecidas, a variedade dessas ações e a qualidade. Primeiramente, analisou-se o nível de satisfação quanto à quantidade de ações ofertadas no estado do Amazonas, demonstrado na Tabela 9.

Nível de satisfação - Quantidade		%	% total
Satisfação alta	Muito satisfeito	2%	17%
	Satisfeito	15%	
Indiferente		11%	11%
Satisfação baixa	Pouco satisfeito	48%	72%
	Nada satisfeito	23%	

Tabela 9 – Nível de satisfação quanto à quantidade de ações de Educação Continuada

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Percebe-se um nível baixo de satisfação quanto à quantidade de ações de educação continuada oferecidas no Amazonas, correspondendo a 23% dos contadores da amostra que informaram estarem nada satisfeitos e 48% pouco satisfeitos, totalizando 72% da amostra. Ficaram indiferentes 11% da amostra, 15% mostraram-se satisfeitos e apenas 2% muito satisfeitos, totalizando apenas 17% com o nível de satisfação mais elevada. Esse resultado corrobora com o apontado na Tabela 6, comentada anteriormente. De acordo com essas informações, infere-se que a baixa quantidade de ações percebidas pelos profissionais é um fator relevante de impedimento para a busca da educação continuada.

Após a quantidade, analisou-se a percepção dos respondentes quanto à variedade de ações de educação continuada voltada à convergência das normas contábeis internacionais oferecidas no estado do Amazonas, como demonstrada na Tabela 10.

Nível de satisfação - Variedade		%	% total
Satisfação alta	Muito satisfeito	2%	9%
	Satisfeito	7%	
Indiferente		21%	21%
Satisfação baixa	Pouco satisfeito	37%	70%
	Nada satisfeito	32%	

Tabela 10 – Nível de satisfação quanto à variedade de ações de Educação Continuada

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

No fator variedade a satisfação da maioria dos respondentes foi igualmente baixa, com 32% dos respondentes nada satisfeitos e 37% pouco satisfeitos, totalizando 70% da amostra. Mostraram-se indiferentes 21% e apenas 9% dos respondentes com o nível de satisfação mais elevado, sendo 7% satisfeitos e apenas 2% muito satisfeitos. Assim, percebe-se mais um fator que possa ter influenciado negativamente a busca pela educação continuada. Além disso, esse fator pode ter sido relevante para a disparidade observada no nível de atualização de certos itens relacionados à convergência das normas contábeis internacionais abordados na pesquisa.

O terceiro fator analisado foi referente à qualidade das ações de educação continuada voltada à convergência das normas contábeis internacionais oferecidas no estado do Amazonas. A Tabela 11 demonstra o nível de satisfação dos respondentes quanto a esse fator.

Nível de satisfação - Qualidade		%	% total
Satisfação alta	Muito satisfeito	4%	25%
	Satisfeito	21%	
Indiferente		26%	21%
Satisfação baixa	Pouco satisfeito	33%	48%
	Nada satisfeito	15%	

Tabela 11 – Nível de satisfação quanto à qualidade de ações de Educação Continuada
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dos três fatores analisados, o fator qualidade foi o que apresentou o maior nível de satisfação, totalizando 25%, sendo 4% muito satisfeitos e 21% satisfeitos. Informaram estar indiferentes quanto à satisfação 21% dos respondentes. Os profissionais da amostra que se mostraram com a satisfação baixa continuaram sendo a maioria, totalizando 48%, sendo pouco satisfeitos 33% e nada satisfeitos 15% da amostra. Contudo, essa proporção foi a mais baixa dentre os três fatores analisados.

Esse resultado demonstra que, apesar de poucas e com pouca variação nos temas abordados, as ações de educação continuada voltadas à convergência das normas internacionais oferecidas no Estado do Amazonas possuem uma qualidade regular.

4.1.7 How much: Preço cobrado nas ações de Educação Continuada

Um dos fatores relevantes para a análise refere-se ao nível de satisfação dos contadores da amostra quanto ao preço cobrado nas ações de educação continuada no estado

do Amazonas. A Tabela 12 apresenta a frequência relativa das respostas obtidas com a pesquisa.

Nível de satisfação - Preço		%	% total
Satisfação alta	Muito satisfeito	0%	6%
	Satisfeito	6%	
Indiferente		27%	27%
Satisfação baixa	Pouco satisfeito	37%	67%
	Nada satisfeito	29%	

Tabela 12 – Nível de satisfação quanto ao preço de ações de Educação Continuada
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Percebe-se que poucos contadores da amostra se sentiram satisfeitos com os preços cobrados pela educação continuada, correspondendo a apenas 6%. Já os contadores que se sentiram indiferentes corresponderam a 27%. A maioria da amostra revelou-se com um nível baixo de satisfação, totalizando 67%, sendo que 37% mostraram-se pouco satisfeitos e 29% nada satisfeitos, conforme demonstrado na Figura 26.

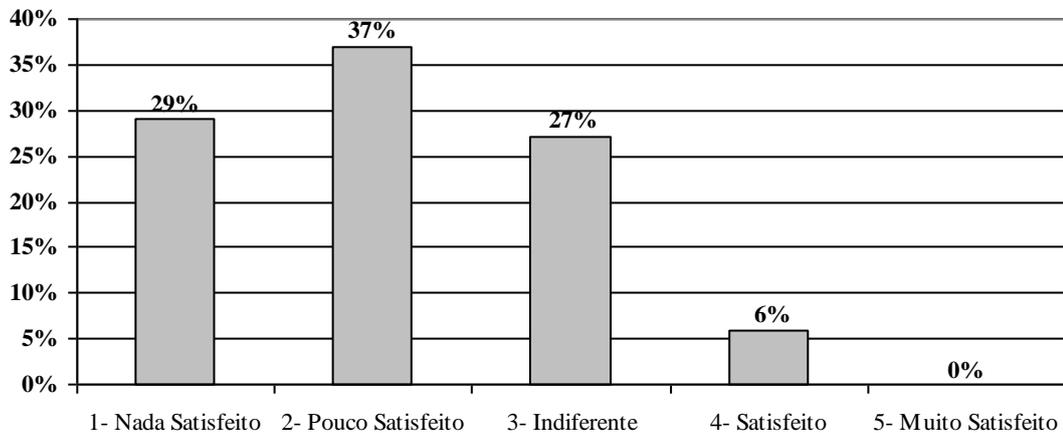


Figura 26 – Nível de satisfação quanto ao preço de ações de Educação Continuada
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

O nível de satisfação médio sobre o preço cobrado nas ações de educação continuada no estado do Amazonas voltadas à convergência das normas contábeis brasileiras foi de 2,10, com desvio-padrão de 0,89, correspondendo ao nível pouco satisfeito. A moda e a mediana foram de 2 para ambas, ratificando que o nível de satisfação dos respondentes correspondeu ao pouco satisfeito.

Tal resultado corrobora com os dados apresentados na Tabela 6, onde 37% dos respondentes afirmaram não possuírem recursos financeiros suficientes para a busca efetiva da educação continuada. Além disso, corrobora com os achados da pesquisa de Machado (2003), onde 35% dos profissionais contábeis pesquisados declararam que os eventos oferecidos no Estado da Paraíba eram dispendiosos e 39% que os cursos oferecidos eram também dispendiosos.

4.2 Busca pela Educação Continuada

Após a análise utilizando-se da estatística descritiva, foi investigada a influência da busca pela educação continuada para os contadores da amostra. Assim, analisou-se a relação entre a variável “Busca pela Educação Continuada” e outras variáveis constantes no questionário da pesquisa.

4.2.1 Busca pela Educação Continuada e o Perfil dos Respondentes

Para a realização da análise de associação, foi aplicado o teste de Qui-Quadrado, por meio do *software* STATISTICA, entre a variável “Busca pela Educação Continuada” e as variáveis Idade, Gênero e Tempo de Experiência. A Tabela 13 mostra os valores de significância encontrados para os testes de Qui-Quadrado.

Variáveis	Qui-quadrado	p
Idade	28,49069	0,09828
Gênero	0,8724505	0,92848
Tempo de Experiência	30,01741	0,06957

Tabela 13 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre a busca pela educação continuada e idade, gênero e tempo de experiência

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Adotando-se um nível de significância de 10% para o teste de Qui-Quadrado, o que é muito comum nas ciências sociais, as associações que podem ser admitidas são entre Idade e Busca por Educação Continuada e entre Tempo de Experiência e Busca por Educação Continuada, onde rejeita-se a hipótese nula, admitindo-se, portanto, a existência de relação entre as variáveis.

Contudo, adotando-se um nível de significância de 5%, utilizado neste estudo, não se rejeitaria a hipótese nula em nenhuma das associações testadas, o que significa que a busca pela educação continuada independe da idade, do gênero e do tempo de experiência do respondente. O menor valor encontrado foi de $p = 0,06957$ para o teste de associação entre tempo de experiência e a busca por educação continuada voltada à convergência das normas contábeis. Para uma melhor visualização, a Tabela 14 demonstra o confronto dessas duas variáveis.

Tempo de Experiência	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
Mais de 15 anos	16	7	0	1	0	24
De 11 a 15 anos	3	0	0	1	0	4
De 6 a 10 anos	10	8	0	0	2	20
De 1 a 5 anos	12	11	6	4	4	37
Menos de 1 ano	1	3	0	1	1	6
Nunca atuei na área contábil	1	4	2	1	0	8
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 14 – Confronto entre as variáveis busca pela educação continuada e tempo de experiência

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Dos 43 respondentes que marcaram “concordo totalmente”, quando indagados se procuraram se atualizar após a promulgação da Lei 11.638/07, 16 possuíam mais de 15 anos de experiência, correspondendo a 37%. Entretanto, nota-se que o grupo com a segunda maior frequência possuía apenas de um a cinco anos de experiência, correspondendo a 28%. Assim, não se pode afirmar que quanto maior o tempo de experiência, maior a busca pela educação continuada, corroborando com o resultado do teste de Qui-Quadrado, com o nível de significância de 5%.

4.2.2 Busca pela Educação Continuada e as ações de Educação Continuada

Nesta parte da análise, foi possível confrontar a busca pela educação continuada com as ações utilizadas pelos respondentes para a atualização do conhecimento quanto às novas normas contábeis internacionais. Primeiramente, foram confrontadas as variáveis “Busca por

Educação Continuada” e a “Variedade de Ações” que os contadores da amostra utilizaram para a atualização, como demonstrado na Tabela 15.

Variedade de ações	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
9 a 10	3	0	0	0	0	3
7 a 8	5	2	0	0	1	8
5 a 6	12	8	0	1	1	22
3 a 4	16	15	5	0	1	37
1 a 2	7	8	3	7	4	29
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 15 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e variedade de ações de educação continuada

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Nota-se que, dos contadores da amostra que concordaram totalmente e parcialmente que haviam buscado a educação continuada, 67% utilizaram-se de três a seis tipos de educação continuada para sua atualização. Já os que discordaram parcialmente e totalmente fizeram uso, em sua maioria, de um a dois tipos de educação continuada.

Para uma constatação estatística, também foi feito o teste de Qui-quadrado com esses dados, obtendo um resultado de 29,35235 e *p-value* de 0,02167. Usando o nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese nula de igualdade entre os contadores da amostra em relação à variedade de ações de educação continuada utilizadas para a atualização. Sendo assim, pode-se concluir que quanto maior a busca pela educação continuada, maior tende a ser a variedade de ações utilizadas. Contudo, é preocupante o resultado apresentado na Tabela 8, onde apresenta a baixa satisfação dos respondentes quanto à variedade das ações oferecidas no Estado do Amazonas, o que pode comprometer a busca efetiva pela educação continuada.

Interessante ressaltar que, apesar de sete profissionais da amostra terem respondido não buscar a educação continuada, estes confirmaram ter feito uso dessas ações. Ao analisar esses respondentes, notou-se que uma parte significativa haviam realizado cursos de pós-graduação, o que justifica a atualização por meio das disciplinas oferecidas, sem que para isso tenha havido o interesse específico no tema por parte do aluno, ora respondente.

Referente ao uso da educação continuada formal e informal, foi realizado o confronto da variável “Busca por Educação Continuada” com as variáveis “Variedade de Ações

Informais” e, posteriormente, “Variedade de Ações Formais”. A Tabela 16 demonstra o primeiro confronto.

Variedade Ações Informais	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
5 a 6	2	0	0	0	0	2
3 a 4	25	16	2	1	1	45
1 a 2	16	17	6	7	6	52
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 16 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e variedade de ações de educação continuada informal

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Assim como na análise anterior, nota-se que os respondentes que confirmaram a busca pela educação continuada para a atualização quanto às normas contábeis internacionais, fizeram uso, em sua maioria, de três a quatro variedades de ações de educação continuada informal. Já os que discordaram, parcialmente e totalmente, que buscaram a educação continuada utilizaram, em sua maioria, de uma a duas variedades dessas ações.

Contudo, por meio do teste estatístico, só seria possível confirmar essa distinção utilizando um nível de significância de 10%, já que o teste de Qui-quadrado foi igual a 14,36452 e *p-value* igual a 0,07275. Usando o nível de significância de 5%, a hipótese nula seria rejeitada, apenas, se o *p-value* apresentasse valor menor que 0,05. Assim, apesar do valor de *p-value* estar próximo de 0,05, não se pode rejeitar a hipótese nula, confirmando que a variedade da educação continuada informal utilizada não se altera em relação à busca pela educação continuada.

A Tabela 17, no entanto, demonstra os dados referentes à variedade de ações da educação continuada formal.

Variedade Ações Formais	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
5 a 6	3	0	0	0	0	3
3 a 4	8	7	0	0	2	17
1 a 2	23	18	4	2	3	50
Nenhuma ação	9	8	4	6	2	29
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 17 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e variedade de ações de educação continuada formal

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Diferentemente das demais análises realizadas entre a variedade e a busca da educação continuada, nota-se que não existe uma distinção significativa entre as duas variáveis apresentadas, já que a proporção da amostra que fez uso de uma ou duas variedades de ações mostrou-se relevante, independentemente da busca pela educação continuada.

Com o teste de Qui-quadrado = 17,03538 e *p-value* = 0,14827, não se pode rejeitar a hipótese nula, tanto ao nível de significância de 5%, quanto ao nível de significância de 10%. Assim, pode-se afirmar que a variedade de ações de educação continuada formal usada pelos contadores da amostra é igual para todos os níveis de busca pela educação continuada. Isso pode ser reflexo da pouca variedade de ações ofertadas no Estado do Amazonas, como já observada anteriormente neste estudo.

Para conhecer os tipos de ações mais usadas pelos grupos que buscaram a educação continuada, os que ficaram indiferentes e os que buscaram pouco ou nada a educação continuada, destaca-se a Tabela 18.

Ações de Educação Continuada	Busca pela Educação Continuada		
	Concordam totalmente / parcialmente	Indiferente	Discordam totalmente / parcialmente
Consulta à Internet	96%	100%	100%
Palestras e Seminários	66%	13%	13%
Informativos, jornais e revistas	45%	38%	20%
Leitura das Normas	41%	50%	7%
Leitura da Legislação	41%	0%	20%
Cursos de extensão	25%	25%	13%
Mestrado e/ou Doutorado	26%	0%	20%
Livros técnicos	28%	0%	7%
Cursos e mini cursos	20%	0%	13%
Especialização	16%	13%	13%
Cursos a distância	12%	0%	13%
Grupos de Estudo	8%	0%	0%

Tabela 18 – Tipos de ações de educação continuada utilizados X Busca pela educação continuada

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Com esses dados é possível perceber que, além da consulta à internet, as ações mais usadas pelos contadores da amostra que buscaram a educação continuada foram palestras e seminários; leitura de informativos, jornais e revistas; leitura das normas e leitura da legislação. Também se destacou o uso da educação continuada formal, com uma proporção significativa da amostra que realizou os cursos de mestrado e doutorado; cursos de extensão e cursos e mini cursos.

Já os respondentes que informaram estar indiferentes à busca pela educação continuada usaram, em maior proporção, ações relacionadas com a leitura, como a consulta à internet; leitura das normas; leitura de informativos, jornais e revistas. Contudo, 25% desse grupo também realizaram cursos de extensão.

O grupo que informou ter buscado pouco ou nada a educação continuada, também teve como principais fontes de acesso as ações relacionadas à leitura, como a internet; informativos, jornais e revistas e a legislação. Além disso, uma proporção significativa participou de cursos de pós-graduação, o que pode justificar o acesso à atualização por meio das disciplinas do curso, sem que tenha havido real interesse desses profissionais pelo assunto.

4.2.3 Busca pela Educação Continuada e quando ocorreu a atualização

Primeiramente, procurou-se conhecer se os respondentes que haviam se formado antes da promulgação da lei 11.638/07 buscaram a educação continuada em maior intensidade dos que se formaram após a promulgação. Assim, a Tabela 19 demonstra o confronto entre as duas variáveis, “Busca pela Educação Continuada” e “Ano de conclusão da graduação”.

Ano de Conclusão da Graduação	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
De 2011 a 2013	16	15	6	3	2	42
De 2008 a 2010	10	5	2	2	1	20
Até 2007	17	13	0	3	4	37
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 19 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e ano de conclusão da graduação

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Nota-se, portanto, que o ano que os profissionais da amostra concluíram o curso de graduação não interferiu na busca pela educação continuada, já que uma parcela significativa

dos profissionais dos três grupos responderam ter buscado efetivamente a educação continuada.

Fazendo o uso do teste de Qui-quadrado, cujo valor foi igual a 7,440987 e *p-value* igual a 0,48988, não se pode rejeitar a hipótese nula, tanto com o nível de significância de 5%, quanto de 10%. Assim, confirma-se, estatisticamente, que o ano de conclusão da graduação não alterou o nível de busca pela educação continuada.

Outra análise relevante foi conhecer se os respondentes da pesquisa que tiveram contato com as normas contábeis internacionais, ainda na graduação, buscaram em menor intensidade a educação continuada. Assim, a Tabela 20 demonstra o confronto entre as duas variáveis, “Busca pela Educação Continuada” e “Contato com as normas internacionais na graduação”.

Contato com as Normas Internacionais na graduação	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
Sim	27	17	6	2	2	54
Indiferente	1	1	0	0	0	2
Não	15	15	2	6	5	43
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 20 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e o contato com as normas internacionais na graduação

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Percebe-se que tanto os respondentes que tiveram contato com as normas contábeis internacionais na graduação, quanto os que não tiveram, buscaram efetivamente, em sua maioria, pela educação continuada. Por meio do teste de Qui-quadrado, obteve-se a mesma conclusão, já que o valor foi igual a 8,481345 e *p-value* foi de 0,38792, não sendo possível rejeitar a hipótese nula, tanto com o nível de significância de 5%, quanto de 10%. Tais dados ressaltam que os profissionais da amostra possuem uma significativa busca da educação continuada e que isso independe do contato com as normas contábeis internacionais ainda na graduação.

4.2.4 Busca pela Educação Continuada e Nível de satisfação quanto à quantidade, variedade, qualidade e preço

Um fator relevante para a análise foi verificar se a percepção dos respondentes quanto à oferta de educação continuada teve influência na busca dessas ações voltadas à convergência das normas contábeis internacionais. Ou seja, se os contadores da amostra que avaliaram mal a oferta, quanto à quantidade, variedade, qualidade e preço, buscaram menos a educação continuada. A Tabela 21 demonstra os dados da primeira análise, entre as variáveis “Busca pela Educação Continuada” e “Satisfação quanto à quantidade de ações ofertadas”.

Nível de satisfação: Quantidade	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
Muito satisfeito	0	1	0	1	0	2
Satisfeito	9	5	1	0	0	15
Indiferente	1	5	1	2	2	11
Pouco satisfeito	21	17	4	3	3	48
Nada satisfeito	12	5	2	2	2	23
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 21 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e nível de satisfação quanto à quantidade

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Verifica-se que, do total de respondentes nada ou pouco satisfeitos com a quantidade oferecida, a grande maioria buscou efetivamente a educação continuada, demonstrando que, apesar da baixa satisfação, os respondentes tiveram interesse pela atualização quanto à convergência das normas contábeis internacionais.

Com Qui-quadrado = 17,49202 e *p-value* = 0,35447, ao nível de significância de 5%, não se pode rejeitar a hipótese nula, demonstrando igualdade na busca pela educação continuada entre os contadores pouco satisfeitos, indiferentes e muito satisfeitos com a quantidade de ações oferecidas no estado do Amazonas.

A segunda análise realizada foi em relação à satisfação da variedade de ações de educação continuada voltadas à convergências das normas contábeis. Assim, a Tabela 22 demonstra os dados entre as variáveis “Busca pela Educação Continuada” e “Satisfação quanto à variedade das ações ofertadas”.

Busca pela Educação Continuada

Nível de satisfação: Variedade	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	Total
Muito satisfeito	1	0	0	1	0	2
Satisfeito	5	2	0	0	0	7
Indiferente	6	9	1	3	2	21
Pouco satisfeito	18	10	5	2	2	37
Nada satisfeito	13	12	2	2	3	32
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 22 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e nível de satisfação quanto à variedade

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Assim como na análise anterior, nota-se que, do total de respondentes nada ou pouco satisfeitos com a variedade das ações oferecidas, a grande maioria buscou efetivamente a educação continuada, demonstrando também que, apesar da baixa satisfação, os respondentes tiveram interesse pela atualização quanto à convergência das normas contábeis internacionais.

Aplicando o teste de Qui-quadrado, chegou-se ao valor de 14,60843 e *p-value* de 0,55348. Portanto, ao nível de significância de 5%, não se pode rejeitar a hipótese nula, demonstrando, assim, igualdade na busca pela educação continuada entre os contadores da amostra, independentemente do nível de satisfação quanto à variedade das ações oferecidas.

A terceira análise realizada foi em relação à satisfação quanto à qualidade das ações de educação continuada voltadas à convergências das normas contábeis oferecidas no estado do Amazonas. Os dados constantes na Tabela 23 demonstram o confronto entre as variáveis “Busca pela Educação Continuada” e “Satisfação quanto à qualidade das ações ofertadas”.

Nível de satisfação: Qualidade	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
Muito satisfeito	2	1	0	1	0	4
Satisfeito	15	4	1	0	1	21
Indiferente	7	11	1	4	3	26
Pouco satisfeito	12	14	5	1	1	33
Nada satisfeito	7	3	1	2	2	15
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 23 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e nível de satisfação quanto à qualidade

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Em relação à satisfação da qualidade das ações de educação continuada oferecidas no estado, percebe-se que a maioria dos respondentes, independentemente do nível de satisfação informado, buscaram efetivamente a educação continuada. Com Qui-quadrado = 21,91043 e $p\text{-value} = 0,14611$, ao nível de significância de 5%, não se pode rejeitar a hipótese nula, demonstrando igualdade na busca pela educação continuada entre os contadores pouco satisfeitos, indiferentes e muito satisfeitos com a qualidade das ações de educação continuada.

A última análise do confronto entre a busca pela educação continuada e a satisfação percebida pelos respondentes, refere-se ao preço cobrado por essas ações no estado do Amazonas, conforme demonstrado na Tabela 24.

Nível de satisfação: Preço	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
Muito satisfeito	0	0	0	0	0	0
Satisfeito	4	1	0	1	0	6
Indiferente	7	10	3	4	3	27
Pouco satisfeito	19	12	3	2	1	37
Nada satisfeito	13	10	2	1	3	29
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 24 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e nível de satisfação quanto ao preço

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Percebe-se que, independentemente do nível de satisfação quanto ao preço cobrado pelas ações, a maioria dos respondentes buscaram efetivamente as ações de educação continuada. A análise estatística dos dados corrobora com essa afirmação por meio do teste de Qui-quadrado, que totalizou 10,31779, com $p\text{-value}$ de 0,58810. Usando o nível de significância de 5%, não foi possível rejeitar a hipótese nula, demonstrando, assim, igualdade na busca pela educação continuada entre os contadores da amostra.

Assim, concluiu-se que a grande maioria dos profissionais da amostra buscam a educação continuada e que, mesmo com a existência de fatores impeditivos, como pouca quantidade de ações oferecidas, pouca variedade e preços altos, esses profissionais buscaram ações com o intuito de se atualizar sobre as convergências das normas contábeis internacionais.

4.3 Nível de Atualização dos respondentes

Neste momento da pesquisa, foram investigados os fatores que possam ter influenciado o nível de atualização dos respondentes. Assim, analisou-se a relação entre a variável “Nível de Atualização” e outras variáveis constantes no questionário da pesquisa.

4.3.1 Nível de Atualização e o Perfil dos Respondentes

Assim como no item 4.3, neste item também foi aplicado o teste de Qui-Quadrado, por meio do *software* STATISTICA, entre as variáveis Idade, Gênero, Tempo de Experiência e o nível de atualização dos respondentes quanto à convergência das normas contábeis internacionais. A Tabela 25 mostra os valores de significância encontrados para os testes de Qui-Quadrado.

Variáveis	Qui-quadrado	p
Idade	32,26253	0,04058
Gênero	11,85192	0,01849
Tempo de Experiência	39,36240	0,00601

Tabela 25 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre nível de atualização e idade, gênero e tempo de experiência

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Adotando-se o nível de significância de 5% para o teste de Qui-Quadrado, pode-se rejeitar a hipótese nula referente à associação entre o nível de atualização e as três variáveis analisadas. A Tabela 26 demonstra os dados do confronto entre as variáveis “Nível de Atualização” e “Idade”.

Idade	Nível de Atualização					Total
	5- Excelente	4- Bom	3- Regular	2- Fraco	1- Péssimo	
De 21 a 25 anos	0	3	4	8	4	19
De 26 a 30 anos	0	3	11	9	2	25
De 31 a 35 anos	1	1	5	3	1	11
De 36 a 40 anos	0	6	4	2	1	13
De 41 a 45 anos	2	5	1	3	2	13
Acima de 45 anos	1	7	9	1	0	18
Total	4	25	34	26	10	99

Tabela 26 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e idade

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Nota-se que o nível de atualização quanto à convergência das normas contábeis internacionais variou entre as faixas etárias. A maioria dos respondentes com idade até 25 anos possuíam nível fraco de atualização, já os respondentes com idade entre 26 a 35 anos possuíam nível regular. Os contadores com idade entre 36 a 45 anos possuíram, em sua maioria, um nível bom de atualização, contudo o nível caiu para regular aos respondentes acima dos 45 anos.

Pode-se concluir, portanto, que quanto maior a idade dos respondentes, melhor o nível de atualização quanto à convergência das normas contábeis. Essa diferença pode ser explicada pelo tempo de experiência que o respondente possui, variável que será abordada mais adiante na pesquisa.

Tal conclusão difere dos achados da pesquisa de Machado, Machado e Kuhn (2013), onde concluíram que a idade dos respondentes do Estado de Goiás não causou diferença na média dos conhecimentos relativos aos CPCs.

A próxima análise refere-se ao confronto entre as variáveis “Nível de Atualização” e “Gênero”, conforme demonstrado na Tabela 27.

Gênero	Nível de atualização					Total
	5 - Excelente	4 - Bom	3 - Regular	2 - Fraco	1 - Péssimo	
Feminino	0	12	13	19	6	50
Masculino	4	13	21	7	4	49
Total	4	25	34	26	10	99

Tabela 27 – Confronto entre as variáveis nível de avaliação e gênero

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Percebe-se que no nível de atualização considerado bom não houve diferença significativa entre os gêneros dos respondentes da pesquisa, contudo foi observado um número mais expressivo de homens com nível regular de atualização. Já em relação às mulheres, o número mais expressivo foi referente ao nível fraco de atualização.

Com isso, é possível concluir que o nível de atualização percebido pelos respondentes do gênero masculino mostrou-se acima do percebido pelas respondentes do gênero feminino, apesar de não ter havido distinção na busca pela educação continuada, conforme foi observado na seção anterior.

Apesar da maior inserção das mulheres na profissão contábil, como afirmam Bim, Nogueira e Reis (2010), o resultado desta pesquisa foi semelhante ao encontrado na pesquisa de Machado, Machado e Kuhn (2013), onde os respondentes do gênero masculino apresentaram um conhecimento maior que as do gênero feminino.

Por fim, analisou-se a relação entre o nível de atualização quanto à convergência das normas contábeis e o tempo de experiência dos respondentes, conforme demonstrado na Tabela 28.

Experiência	Nível de atualização					Total
	5- Excelente	4- Bom	3- Regular	2- Fraco	1- Péssimo	
Mais de 15 anos	3	11	9	1	0	24
De 11 a 15 anos	0	2	1	1	0	4
De 6 a 10 anos	0	7	7	5	1	20
De 1 a 5 anos	1	5	12	11	8	37
Menos de 1 ano	0	0	3	2	1	6
Nunca atuei na área contábil	0	0	2	6	0	8
Total	4	25	34	26	10	99

Tabela 28 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e experiência
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

De acordo com os dados apresentados, nota-se que a maioria dos respondentes com experiência acima de 11 anos possuíram um nível bom de atualização. Já os respondentes com experiência entre 6 a 10 anos ficaram entre os níveis bom e regular, caindo para regular a fraco os respondentes com experiência de menos de 1 ano a 5 anos. Os contadores da amostra, que informaram nunca ter atuado na área contábil, possuíram, em sua grande maioria, nível fraco de atualização.

Percebe-se, portanto, a forte relação entre os anos de experiência do profissional e o nível de atualização quanto à convergência das normas contábeis internacionais. Contudo, tais resultados diferiram dos achados da pesquisa de Machado, Machado e Kuhn (2013), onde o tempo de experiência profissional dos respondentes não diferenciou o conhecimento relacionado às IFRS.

4.3.2 Nível de Atualização e as ações de Educação Continuada

Nesta parte da análise, foi possível confrontar as ações utilizadas pelos respondentes para a atualização do conhecimento quanto às novas normas contábeis internacionais e o nível de conhecimento percebido por eles, por meio da autoavaliação. Primeiramente, verificou-se se alguma ação de educação continuada específica teve influência significativa no nível de atualização quanto à convergência das normas contábeis internacionais dos respondentes. Para isso, realizou-se o confronto entre as variáveis “Nível de Atualização” e “Ações de Educação Continuada”, conforme demonstrado na Tabela 29.

Ações de Educação Continuada	Qui-quadrado	p
Consulta à Internet	0,5773134	0,96555
Palestras e Seminários	9,733624	0,04516
Informativos, jornais e revistas	6,113745	0,19081
Leitura das Normas	4,292471	0,36787
Leitura da Legislação	3,793382	0,43469
Cursos de extensão	4,895604	0,29818
Mestrado e/ou Doutorado	4,106314	0,39181
Livros técnicos	2,647961	0,61835
Cursos e mini cursos	4,028216	0,40220
Especialização	1,100519	0,89419
Cursos a distância	2,539446	0,63759
Grupos de Estudo	5,519420	0,23803

Tabela 29 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre nível de atualização e as ações de educação continuada

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Os dados acima demonstram que, em sua grande maioria, as ações de educação continuada, isoladamente, não tiveram relação com o nível de atualização dos respondentes, não sendo possível rejeitar a hipótese nula. Contudo, adotando-se o nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese nula referente a participações em palestras e seminários”. A Tabela 30 demonstra o confronto entre as variáveis “Nível de Atualização” e “Palestras e Seminários”.

Uso da ação Palestra e Seminários	Nível de atualização					Total
	5- Excelente	4- Bom	3- Regular	2- Fraco	1- Péssimo	
Sim	1	16	23	10	3	53
Não	3	9	11	16	7	46
Total	4	25	34	26	10	99

Tabela 30 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e palestras e seminários
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Nota-se uma leve tendência de que a participação em palestras e seminários tenha elevado o nível de atualização dos respondentes, que, em sua maioria, ficaram entre os níveis bom e regular. Já os respondentes que não participaram em ações desse tipo tiveram, em sua maioria, o nível de regular a fraco. Tanto os dados da Tabela 70, quanto o resultado do teste de Qui-quadrado, que apresentou um p-value muito próximo à 0,05 referente ao nível de significância de 5% utilizado, demonstraram que a tendência encontrada é muito sutil, não sendo possível afirmar que a participação em palestras e seminários é determinante para um nível de atualização elevado.

Após a análise de cada ação, foram confrontadas as variáveis “Nível de Atualização” e a “Variedade de Ações” que os contadores da amostra utilizaram, como demonstrado na Tabela 31.

Variedade das ações	Nível de atualização					Total
	5- Excelente	4- Bom	3- Regular	2- Fraco	1- Péssimo	
9 a 10 ações	0	0	0	3	0	3
7 a 8 ações	0	2	4	1	1	8
5 a 6 ações	0	12	8	1	1	22
3 a 4 ações	3	9	13	12	0	37
1 a 2 ações	1	2	9	9	8	29
Total	4	25	34	26	10	99

Tabela 31 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e variedade das ações
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Nota-se que a maioria dos contadores que participaram de 5 a 6 ações de educação continuada obtiveram um nível bom de atualização. Já os que participaram de menos de 4 ações, obtiveram um nível regular a fraco.

Para uma constatação estatística, também foi feito o teste de Qui-quadrado com esses dados, obtendo um resultado de 41,77807 e $p\text{-value} = 0,0043$. Usando o nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese nula de igualdade entre os contadores da amostra em relação à variedade de ações de educação continuada utilizadas para a atualização. Esses dados podem demonstrar o quanto é benéfico aos contadores a participação em diversificadas ações de educação continuada para a atualização dos conhecimentos.

Referente ao uso da educação continuada formal e informal, foi realizado o confronto da variável “Nível de conhecimento” com as variáveis “Variedade de Ações Informais” e, posteriormente, “Variedade de Ações Formais”. A Tabela 32 demonstra o resultado do teste de Qui-quadrado.

Variedade de Educação Continuada	Qui-quadrado	p
Variedade de ações Informais	12,65973	0,12411
Variedade de ações Formais	14,48935	0,27056

Tabela 32 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre nível de atualização e a variedade de educação continuada

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Usando o nível de significância de 5%, a hipótese nula seria rejeitada, tanto para a variedade de ações informais quanto para a variedade de ações formais. Assim, confirma-se que a variedade da educação continuada informal e formal utilizada não alterou o nível de atualização dos respondentes. Esses resultados podem apontar que o uso de apenas um tipo de educação continuada, limitando-se a apenas a educação continuada formal ou a informal, pode comprometer a eficiência do aprendizado, sendo mais interessante fazer uso dos dois tipos conjuntamente.

Para conhecer os tipos de ações mais usados pelos grupos que obtiveram um nível de atualização de bom a excelente, os que apresentaram um nível regular e os que apresentaram nível fraco a péssimo, destaca-se a Tabela 33.

Ações de Educação Continuada	Nível de Atualização		
	Bom / Excelente	Regular	Péssimo / Fraco
Consulta à Internet	97%	97%	97%
Palestras e Seminários	59%	68%	36%
Informativos, jornais e revistas	52%	35%	36%
Leitura das Normas	48%	32%	31%
Leitura da Legislação	41%	38%	25%
Cursos de extensão	28%	29%	14%
Mestrado e/ou Doutorado	21%	29%	19%
Livros técnicos	24%	29%	14%
Cursos e mini cursos	24%	12%	17%

Ações de Educação Continuada (continuação)	Nível de Atualização		
	Bom / Excelente	Regular	Péssimo / Fraco
Especialização	14%	18%	14%
Cursos a distância	14%	6%	14%
Grupos de Estudo	14%	3%	3%

Tabela 33 – Tipos de ações de educação continuada utilizados X Nível de atualização
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Com esses dados é possível perceber que, além da consulta à internet, as ações mais usadas pelos contadores da amostra que obtiveram um nível de conhecimento bom a excelente foram palestras e seminários; leitura de informativos, jornais e revistas; leitura das normas e leitura da legislação. Também se destacou o uso da educação continuada formal, com uma proporção significativa da amostra que realizou os cursos de mestrado e doutorado; cursos de extensão e cursos e mini cursos.

Já os respondentes que possuíam um nível regular de atualização usaram, em maior proporção, a consulta à internet e palestras e seminários. Com uma proporção menor, mas ainda relevante, apresentaram-se a leitura da legislação; informativos, jornais e revistas e leitura das normas. Além disso, 29% desse grupo também participaram de cursos de extensão; mestrado e/ou doutorado e realizaram a leitura de livros técnicos.

O grupo que possuía um nível de conhecimento de péssimo a fraco teve como maior proporção a consulta à internet. As demais ações tiveram uma participação mais modesta, mas ainda relevante, como palestras e seminários; informativos, jornais e revistas e leitura das normas.

Assim, pode-se notar que a proporção do uso de ações de educação continuada pelos respondentes que possuem nível de atualização entre bom a excelente, mostrou-se superior à proporção dos que possuem nível péssimo a fraco, corroborando com o resultado demonstrado na Tabela 13 da seção 4.3.2 desta pesquisa.

4.3.3 Nível de atualização e local onde os respondentes se atualizaram

Nesta parte da pesquisa, foram analisados os dados em dois aspectos: confronto entre nível de atualização e a região onde o respondente se atualizou; confronto entre nível de atualização e a instituição usada pelo respondente para se atualizar.

Primeiramente, realizou-se o teste de Qui-quadrado entre as variáveis “Nível de atualização” e “Região de atualização”, que totalizou 28,12277, com *p-value* de 0,10652. Usando o nível de significância de 5%, não foi possível rejeitar a hipótese nula, demonstrando, assim, que a região do Brasil usada para a maioria das ações de educação continuada utilizadas não fez diferença no nível de atualização dos respondentes.

Após essa análise, realizou-se o teste de Qui-quadrado entre a variável “Nível de atualização” e as instituições que ofereceram ações de educação continuada formal em que os respondentes participaram. Os dados do teste de Qui-quadrado são apresentados na Tabela 34.

Instituição	Qui-quadrado	p
CRC/CFC	8,580591	0,07248
Sistema S	3,823316	0,43045
IES	7,102311	0,13058
Consultoria / RH	1,817878	0,76921
Auditoria	13,91844	0,00756

Tabela 34 – Resultado do Teste de Qui-quadrado entre nível de atualização e onde ocorreu a atualização

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Segundo os resultados apresentados e considerando o uso do nível de significância de 5%, nota-se que para as ações de educação continuada realizadas pelo CFC/CRC, órgãos do Sistema S, IES e por empresas de consultoria, treinamento e RH, não se pode rejeitar a hipótese nula. Isso significa dizer que a participação em ações de educação continuada nessas instituições não fez diferença no nível de atualização dos respondentes.

Contudo, percebe-se, por meio do resultado apurado, que pode-se rejeitar a hipótese nula, referente às ações realizadas por empresas de auditoria. Assim, apresenta-se a Tabela 35, que demonstra o confronto entre o nível de atualização e a participação em ações de educação continuada oferecidas por esse tipo de empresa.

Auditoria	Nível de atualização					Total
	5- Excelente	4- Bom	3- Regular	2- Fraco	1- Péssimo	
Sim	3	7	7	2	0	19
Não	1	18	27	24	10	80
Total	4	25	34	26	10	99

Tabela 35 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e variedade das ações
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Apenas 19 respondentes informaram ter participado de ações de educação continuada ofertadas por empresas de auditoria, contudo, percebe-se uma proporção significativa desses respondentes nos níveis bom e regular de atualização, correspondendo a 74%. Já os demais respondentes, que declararam não ter participado dessas ações, ficaram entre os níveis regular e fraco. Esses dados podem estar refletindo a qualidade das ações de educação continuada oferecidas por essas empresas.

4.3.4 Nível de Atualização e quando ocorreu a atualização

Primeiramente, procurou-se conhecer se os respondentes que se formaram antes da promulgação da lei 11.638/07 possuíam um nível de atualização, quanto à convergência das normas contábeis internacionais, diferente dos que se formaram recentemente. Assim, a Tabela 36 demonstra o confronto entre as duas variáveis, “Ano de conclusão da graduação” e “Nível de atualização”.

Ano de Formação	Nível de Atualização					Total
	5- Excelente	4- Bom	3- Regular	2- Fraco	1- Péssimo	
Até 2007	2	14	12	6	3	37
De 2008 a 2010	1	2	12	3	2	20
De 2011 a 2013	1	9	10	17	5	42
Total	4	25	34	26	10	99

Tabela 36 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e ano de formação dos respondentes

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Nota-se, portanto, que o ano de conclusão do curso de ciências contábeis interferiu significativamente no nível de atualização. A maioria dos profissionais da amostra graduados até o ano de 2007, ano anterior à promulgação da Lei 11.638/07, informaram possuir um nível

de atualização entre bom e regular. Já a maioria dos respondentes formados entre 2008 a 2010, informaram possuir um nível de atualização regular. Contudo, a maioria dos que se formaram de 2011 a 2013 informaram possuir um nível fraco de atualização.

O uso do teste de Qui-quadrado, com o nível de significância de 5%, cujo valor foi igual a 16,03841 e *p-value* igual a 0,04183, corrobora com a análise da Tabela acima, rejeitando-se, assim, a hipótese nula. Com isso, confirma-se, estatisticamente, que o ano de conclusão da graduação foi significativo para o nível de atualização dos respondentes.

Igualmente relevante, buscou-se conhecer se os respondentes da pesquisa que tiveram contato com as normas contábeis internacionais, ainda na graduação, possuíam um nível de atualização diferente dos que não haviam tido contato com o tema até a conclusão do curso. Assim, a Tabela 37 demonstra o confronto entre as duas variáveis, “Contato com as normas internacionais na graduação” e “Busca pela Educação Continuada” e “Nível de atualização”.

Contato com as normas na graduação	Nível de Atualização					Total
	5- Excelente	4- Bom	3- Regular	2- Fraco	1- Péssimo	
Sim	4	14	21	12	3	54
Indiferente	0	1	0	1	0	2
Não	0	10	13	13	7	43
Total	4	25	34	26	10	99

Tabela 37 – Confronto entre as variáveis nível de atualização e contato com as normas na graduação

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Percebe-se que tanto os respondentes que tiveram contato com as normas contábeis internacionais na graduação, quanto os que não tiveram, possuíam a mesma proporção em relação ao nível de atualização. Por meio do teste de Qui-quadrado, obteve-se a mesma conclusão, já que o valor foi igual a 9,073497 e *p-value* foi de 0,33613, não sendo possível rejeitar a hipótese nula, tanto com o nível de significância de 5%, quanto de 10%.

Nota-se que uma parte significativa dos respondentes encontrava-se com o nível de atualização entre bom e regular, apesar de terem concluído a graduação anteriormente à promulgação da Lei 11.638/07 e não terem tido contato com as normas internacionais durante a graduação. Assim, ressalta-se a importância da educação continuada para a atualização dos profissionais contábeis.

Também foi possível perceber, por meio das análises, que as universidades do estado do Amazonas não abordaram de forma efetiva a convergência das normas contábeis

internacionais, já que uma parte significativa dos respondentes, que se formaram recentemente, declararam possuir nível fraco de atualização.

4.4 Confronto entre a Busca pela Educação Continuada e o Nível de Atualização

Para determinar o nível de atualização dos respondentes, foi utilizada a média dos 12 itens referentes às normas contábeis abordados no questionário. Assim, foi possível realizar a análise da associação entre as variáveis “Busca pela Educação Continuada” e “Nível de atualização dos respondentes”, conforme demonstrado na Tabela 38.

Nível de Atualização	Busca pela Educação Continuada					Total
	5- Concordo totalmente	4 - Concordo parcialmente	3- Indiferente	2 - Discordo parcialmente	1- Discordo totalmente	
5- Excelente	3	0	0	1	0	4
4- Bom	17	5	2	1	0	25
3- Regular	17	16	1	0	0	34
2- Fraco	6	11	3	3	3	26
1- Péssimo	0	1	2	3	4	10
Total	43	33	8	8	7	99

Tabela 38 – Confronto entre as variáveis busca por educação continuada e o nível de atualização

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Percebe-se claramente a importância da busca pela educação continuada para o aumento do nível de atualização dos contadores da amostra. Do total dos respondentes que informaram ter buscado a educação continuada referente à convergência das normas contábeis internacionais, 79% possuíam nível de atualização regular a bom. O oposto foi igualmente percebido, quando 87% dos contadores que responderam ter buscado pouco ou nada a educação continuada sobre o tema, demonstraram possuir nível de atualização péssimo a fraco.

Com Qui-quadrado igual a 53,51420 e *p-value* de 0,00001, ao nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese nula de igualdade entre os contadores que buscaram pouco ou nada a educação continuada e os contadores que a buscaram efetivamente, sendo estatisticamente significativa a busca pela educação continuada para o aumento do nível de atualização dos conhecimentos.

Esse resultado corrobora com o estudo de Machado, Machado e Kuhn (2013), que teve como objetivo determinar quais as variáveis impactaram a média de conhecimento dos docentes de contabilidade do Estado de Goiás acerca dos pronunciamentos contábeis. Assim, concluíram que um dos fatores importantes para o aumento do nível de conhecimento seria a participação de ações de educação continuada sobre as normas contábeis internacionais.

Assim, percebe-se que tais resultados vão de encontro à Teoria do Capital Humano. Segundo Schultz (1973), tanto o capital físico quanto o capital humano, estão sujeitos à obsolescência, devendo sofrer constante manutenção, o que foi observado dentre a maioria dos profissionais que buscaram efetivamente a educação continuada.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar se há, dentre os contadores do Estado do Amazonas, a busca pela educação continuada e conhecer seu reflexo no nível de atualização desses profissionais quanto à convergências das normas contábeis internacionais. Para isso, contou com uma pesquisa bibliográfica, além da aplicação de questionário a 99 profissionais contábeis, registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas no período de novembro a dezembro de 2013.

Buscando atingir o primeiro objetivo específico, os dados foram analisados com base na Matriz 5W2H, sendo possível conhecer quem foram os respondentes; como se atualizaram quanto à convergência das normas contábeis; em que se atualizaram; onde se atualizaram; quando se atualizaram; porque se atualizaram; e, por fim, o custo da atualização no ano de 2013.

A partir da caracterização do perfil do respondente, pode-se observar uma amostra homogênea, formada por 50,5% de mulheres e 49,5% de homens. Quanto a faixa etária, notou-se a predominância por dois grupos, de 26 a 30 anos e acima dos 40 anos, o que permitiu conhecer a busca da educação continuada de profissionais de gerações distintas.

Em relação à formação acadêmica dos profissionais da amostra, a maioria cursou ou estava cursando especialização em contabilidade, indicando que há uma busca relevante da educação continuada entre os respondentes.

Em se tratando dos tipos de educação continuada utilizados pelos profissionais da amostra para a atualização quanto à convergência das normas contábeis internacionais, notou-se que a maioria optou por utilizar ações que, geralmente, demandam pouco tempo de dedicação para obterem a atualização desejada, como é o caso do uso da Internet, participação em palestras e seminários, leitura de informativos, entre outros. Outro indício da preferência por métodos mais rápidos de educação continuada é a proporção do uso da educação continuada informal em relação ao uso da formal.

Já em relação ao nível de atualização quanto à convergências das normas contábeis internacionais, a média geral indicou que os respondentes apresentaram um nível entre fraco e regular, correspondendo às piores médias os itens Contratos de Construção e Combinação de negócios, correspondentes a assuntos mais específicos. Já itens que apresentaram as maiores médias, correspondendo a um nível entre regular e bom, foram a Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, assuntos

mais genéricos. Esses resultados podem demonstrar uma carência na oferta de ações de educação continuada no Estado do Amazonas.

Quanto ao local onde os respondentes participaram de ações de educação continuada, observou-se que a maioria não saiu do Estado do Amazonas e que buscaram as ações promovidas, basicamente, pelo CRC/AM e/ou CFC, além das Instituições de Ensino Superior.

Notou-se que 55% da amostra tiveram contato com as Normas Internacionais de Contabilidade ainda na graduação, 2% ficaram indiferentes e 43% não tiveram esse contato, o que ressalta a importância da educação continuada. Além disso, foi possível perceber que a maior proporção de profissionais que tiveram disciplinas que abordaram as Normas Internacionais em sua graduação foram os que se formaram entre os anos de 2011 a 2013.

Quanto às motivações para a busca da educação continuada, verificou-se que a grande maioria dos profissionais pesquisados visou o desenvolvimento pessoal quando buscaram a educação continuada. Este fato vai de encontro com a idéia do capitalismo de si mesmo, promovida pela teoria do capital humano, que segundo Schultz (1973), refere-se ao fato do indivíduo ser responsável por sua colocação no mercado de trabalho, obtendo sucesso na vida com o constante investimento em sua formação.

Já quanto às desmotivações, a maioria dos respondentes apontou a falta de ações de educação continuada sobre assuntos relacionados à convergência das normas contábeis internacionais no estado. Além disso, também apontaram a falta de variedade dessas ações e o alto custo cobrado pelas instituições.

Em relação ao segundo objetivo específico, foi possível analisar se dentre os profissionais da amostra existia a busca pela educação continuada e quais os fatores influenciaram essa busca. Assim, verificou-se que essa busca existe, já que 77% da amostra informaram ter buscado a educação continuada para a atualização quanto à convergências das normas contábeis internacionais.

Além disso, foi possível constatar que as variáveis idade, gênero, tempo de experiência, variedade de ações formais e informais, ano de conclusão da graduação, contato com as normas durante a graduação e o nível de satisfação quanto à quantidade, variedade, qualidade e preço das ações, não tiveram influência significativa na busca pela educação continuada.

Contudo, a variedade de ações de educação continuada utilizadas pelos respondentes foi a única variável que obteve uma relevante significância na busca pela educação continuada, o que pode indicar que quanto maior a busca pela educação continuada, maior tende a ser a variedade de ações utilizadas.

Quanto ao terceiro objetivo específico, foi possível analisar quais os fatores influenciaram o nível de atualização dos profissionais contábeis quanto à convergência das normas contábeis internacionais. Assim, verificou-se que as variáveis idade, gênero, tempo de experiência, participação em palestras e seminários, variedade das ações de educação continuada, participação de ações promovidas por empresas de auditoria e ano de conclusão da graduação, tiveram influência significativa no nível de atualização dos profissionais pesquisados.

Já as variáveis ações de educação continuada (exceto a participação em palestras e seminários), variedade da educação continuada informal e formal, região de atualização, instituições que ofereceram ações de educação continuada formal (exceto a participação de ações promovidas por empresas de auditoria), e o contato com as normas ainda na graduação, não tiveram influência significativa no nível de atualização dos respondentes quanto à convergência das normas contábeis.

Por fim, quanto ao quarto objetivo específico, concluiu-se que a busca pela educação continuada foi um fator importante para o aumento do nível de atualização dos profissionais, já que uma parcela relevante do total dos respondentes que informaram ter buscado a educação continuada, referente à convergência das normas contábeis internacionais, possuíam nível de atualização regular a bom. Assim, percebe-se que tais resultados vão de encontro à Teoria do Capital Humano. Segundo Schultz (1973), tanto o capital físico quanto o capital humano, estão sujeitos à obsolescência, devendo sofrer constante manutenção, o que foi observado dentre a maioria dos profissionais que buscaram efetivamente a educação continuada.

O oposto foi igualmente percebido, quando a maioria dos contadores que responderam ter buscado pouco ou nada a educação continuada sobre o tema, demonstraram possuir nível de atualização péssimo a fraco.

Acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para o debate sobre a importância da educação continuada para a classe contábil, principalmente na Região Norte do Brasil, onde a educação em geral possui baixa qualidade.

5.1 Limitações desta pesquisa e sugestões para estudos futuros

Uma das limitações desta pesquisa refere-se ao questionário, vez que a qualidade e quantidade de informações dependem muito da capacidade e da disposição dos respondentes de cooperar. No tocante à amostra, a limitação refere-se a restrição do envio para profissionais

da capital Manaus, já que não foi possível ter acesso aos dados dos profissionais por meio do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas, o que englobaria, assim, os profissionais do interior do estado. Além disso, o uso de redes sociais para o envio do questionário pode ter sido fator relevante para a alta proporção de jovens na amostra. Assim, ressalta-se que as conclusões encontradas limitam-se à amostra analisada.

Cabe ressaltar, também, que outras variáveis podem influenciar nos testes e que aqui não foram consideradas, sendo apenas foco as variáveis pontuadas neste estudo.

Sugere-se, para estudos futuros, que esta pesquisa seja aplicada em outros estados da Região Norte e, ainda, de outras regiões. Sugere-se, também, analisar como está a oferta de ações de educação continuada, tanto no tema desta pesquisa, quanto em outros temas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Evelyse Nicole Chaves de. **Auditoria Independente**: Determinantes da carência de profissionais no mercado brasileiro. 2012. 158f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade - Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997.

ARAÚJO, Kleber Silva de. A implantação da educação continuada na profissão contábil: um estudo de caso no CRC/SE. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18, 2008, **Anais...** Gramado, agosto 2008. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/290.pdf>>. Acesso em: 13/06/2012.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. Disponível em: <<http://amb.org.br/teste/emc.html>>. Acesso em: 26/06/2012.

AVELINO JUNIOR, Francisco Marcelo. **Cultura da Educação Profissional Continuada**: uma análise dos contadores do município de Fortaleza – CE. 2005. 139 f. Dissertação (mestrado em contabilidade) - Programa Multiinstitucional Inter-Regional em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília – UNB, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2005.

AVENA, Cláudio Pondé. Os retornos do capital humano na Região Metropolitana de Salvador. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.11 n.3 p.69-81 Dez. 2001.

BAKER, C. R.; BARBU, E. M.. Trends in research on international accounting harmonization. **The International Journal of Accounting**, V. 42, n. 3, p. 272-304. 2007.

BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves de; LEMOS, Ana Heloisa. Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 4, p. 31-52, out./dez. 2005.

BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

BECKER, G. S. Investment in human capital: a theoretical analysis. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 70, n. 5, p. 9-49, oct. 1962.

BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis; NASCIMENTO, João Paulo de Brito; NAZARETH, Luiz Gustavo Camarano. Representações do Ensino, Pesquisa e Interdisciplinaridade dos Cursos de Ciências Contábeis no Estado de Minas Gerais. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Minas Gerais, v. 21, n.3, p. 111-133, jul./set. 2010.

BETTEGA, Maria Helena. **Educação continuada na era digital**. São Paulo: Cortez, 2004.

BEUREN, Ilse Maria; et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

BIM, Elvis Antonio; NOGUEIRA, Daniel Ramos; REIS, Luciano Gomes dos. Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva docente e discente. In: XXXIV ENANPAD, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** 2010.

BLAUG, M. The empirical status of human capital theory: a slightly jaundiced survey. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 14, n. 3, p. 827-855, sep. 1976.

BLUNDELL, Richard et al. Human Capital Investment: The Returns from Education and Training to the Individual, the Firm and the Economy. **Institute for Fiscal Studies**, v. 20, n. 1, p. 1-23.

BRASIL. **Decreto nº 6.022/2007**: Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 13/06/2012.

_____. **Decreto-lei nº 7988/1945**. Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

_____. **Decreto-lei nº 9.295/1946**: Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 13/06/2012.

_____. **Lei nº 6.404/1976**: Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm>. Acesso em: 02/06/2012.

_____. **Lei nº 11.638/2007**: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 02/06/2012.

_____. **Lei nº 11.941/2009**: Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários (...) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>. Acesso em: 02/06/2012.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CFE nº 3/1992**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 10/2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

BRENNAN, Barrie. Continuing Professional Education, promise and performance. **Hawthorn: Australian Council for Educational Research**, 1990.

CACCIAMALI, Maria Cristina; FREITAS, Paulo Springer. Do Capital Humano ao salário-eficiência: uma aplicação para analisar os diferenciais de salários em cinco ramos

manufatureiros da Grande São Paulo. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, agosto 1992.

CHAVES, André Luiz Leite. Determinação dos rendimentos na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma verificação empírica da Teoria do Capital Humano. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, p. 399-420, 2002.

COLETTI, Jaqueline; BONDUELLE, Ghislaine Miranda; IWAKIRI, Setsuo. Avaliação de defeitos no processo de fabricação de lamelas para pisos de madeira engenheirados com uso de ferramentas de controle de qualidade. *Revista ACTA Amazonica*, v. 40, p. 135-140, 2010.

COMISSÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO CERTIFICADO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em: <http://www.amb.org.br/si_amb/cna_site/index_cna_site.asp acesso em 26/06/2012.>. Acesso em: 26/06/2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 945/2002.**

_____. **Resolução CFC nº. 1.055/2005.**

_____. **Resolução CFC nº.1.370/2011.**

_____. **Resolução CFC nº.1.377/2011.**

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Disponível em: <<http://www.portalcofen.gov.br/>>. Acesso em 26/06/2012.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL. **Regimento Interno do CRC/DF.**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Regimento Interno do CRC/ES.**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno do CRC/RN.**

CORY, Suzanne N.; PRUSKE, Kimberly A. Necessary Skills for Accounting Graduates: An Exploratory Study to Determine What the Profession Wants. **Proceedings of the American Society of Business and Behavioral Sciences**, v. 19, n. 1, p. 208-218, 2012.

CORY, Suzanne; HUTTENHOFF, Thomas. Perspectives of non-public accountants about accounting education and certifications: An exploratory investigation. **Journal of Finance and Accountancy**, v. 6, n. 3, p. 1-14, 2011.

COSENZA, José Paulo; LAURENCEL, Luiz da Costa. Um olhar sobre a harmonização contábil no Brasil à luz da teoria habermasiana. **RIC – Revista de Informação Contábil**, v. 5, n. 4, p. 79-103, out./dez. 2011.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Revista Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 171-186, mai/ago. 2009.

CUNHA, J.V.A. **Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP: análise sob a óptica da Teoria do Capital Humano**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da. O desenvolvimento profissional e a educação continuada. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 145-156, jul./dez. 1984.

DAVINI MC. Practicas laborales en los servicios de salud: las condiciones del aprendizaje. In: Haddad JQ, Roschke MAC, Davini MC, editores. Educación permanente de personal de salud. **Washington: Organización Panamericana de la Salud**; 1994. p. 109-25. (Serie Desarrollo de Recursos Humanos, n.100).

DEMAILLY, Chantraine Lise. Modelos de Formação Contínua e Estratégias de Mudança. In: **ORG. NOVOA**, Antonio. Os Professores e a sua Formação. Portugal: Ed. Lisboa Codex: 1997. p.139-158.

DIACONU, Paul et al. The needs of the financial labour market in Romania and the answer of the local universities to this social demand. **Journal of Accounting and Management Information Systems**, v. 10, n. 1, p. 55-73, 2011.

DIAS, Elizabeth Costa; GONTIJO, Eliane Dias; OLIVEIRA, Raquel Bonesana de. **Formação, educação continuada e certificação em Medicina do Trabalho: uma proposta orientada pelas competências requeridas para o exercício profissional**. 27o. Congresso Internacional de Saúde no Trabalho, Foz do Iguaçu, 2003. Disponível em: <http://medicina.fm.usp.br/gdc/docs/iof_65_artigo%20competencias.pdf>. Acesso em: 26/06/2012.

DIEHL, Carlos Alberto; SOUZA, Marcos Antonio de. Formação, certificação e educação continuada: um estudo exploratório do profissional contábil sob a óptica das empresas head hunters. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 4, n. 3, p. 233-248, set./dez. 2007.

DRUCKER, Peter F. **Administração em tempos de grande mudanças**. 4a ed. Trad. Nivaldo.

DUARTE, Ana Maria da Paixão et al. **A tendência da contabilidade diante das novas especialidades social, ambiental e tecnológico**. p. 7. Campina Grande, 23 de fevereiro de 2003.

FARIA, Ana Cristina; QUEIROZ, Mario Roberto Braga de. Demanda de profissionais habilitados em contabilidade internacional no mercado de trabalho da cidade de São Paulo. **Revista Universo Contábil, Blumenau**, v. 5, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**, 6º edição, Ed. Positivo, 2006.

FERREIRA, Rosa Dina Gomes. **Educação Continuada para Contadores: análises, tendências e perspectivas**. Dissertação (Mestrado de Contabilidade). UNB. 2003.

FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco. Determinantes da participação no mercado de trabalho e dos rendimentos e retornos aos investimentos em capital humano. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p.67-86, Mar/98.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de; LIMA, Regina C. Montenegro de. Desenvolvimento profissional e inovações tecnológicas. **Revista de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 47-67, mar. 1986.

FRANCO, Hilário. Cursos de Pós-Graduação, Educação Profissional Continuada e Valorização da Profissão Contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. São Paulo, XXVI n. 103, 1997.

FURTER, Pierre. Educação e Vida. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

GERON, Cecília Moraes Santostaso. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos trinta anos: da Lei nº 6.404/76 à Lei nº 11.638/07**. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado de Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRADE, Maria da Graça; CRUZ, Emirene Maria Navarro Trevizan da; STEFANELLI, Maguida Costa. Educação continuada em enfermagem psiquiátrica: reflexão sobre conceitos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 105-110, 2006.

GONÇALVES, João Constantino et al. **Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil**. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos122012/404.pdf>>. Acesso em: 26/06/2012.

GUIMARÃES, Leda Maria et al. O Profissional Contábil Diante da Convergência das Normas Contábeis: Análise da Preparação Desse Profissional nos Processos Organizacionais. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 8, 2011, Espírito Santo. **Anais... Resende/ES: UFES**, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Perfil dos Estados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 19/10/2012.

IOSCHPE, G. **A ignorância custa um mundo: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil**. São Paulo, Francis, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 288p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, n. 38, p. 7 – 19, Maio/Ago. 2005.

KAVANAGH, Marie et al. Who should teach what? Perceptions of the roles of universities and practice in the education of professional accountants. In: **Proceedings of the 2010 AFAANZ Conference. Accounting & Finance Association of Australia and New Zealand**, 2010. p. 1-25.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LANGE, Paul de; JACKLING, Beverley; SUWARDY, Themin. **Access to CPD Opportunities and Resources to Assist Professional Accountants to Meet Their Commitment to Life Long Learning: Evidence from the Asia Pacific Region**. Final Report 2010. Disponível em: <http://www.iaaer.org/research_grants/files/de_Lange_Final_Report.pdf>. Acesso em: 26/06/2012.

LEADER, Gillian. **Lifelong learning: Policy and practice in further education**. Education & Training. London: 2003. Vol 45.

LEITE, Carlos E. B. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEITE, Joubert da Silva. Normas contábeis – uma visão para o futuro. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, 136, p. 85 - 97, jul./ago. 2002.

LIMA, J. B. N. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São Paulo, 2010.

LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; et al. **Uma Abordagem da Gestão da Educação Profissional Continuada: Um Estudo de Caso em Ciências Contábeis no Município de Fortaleza-CE**. VI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária Na América do Sul, Blumenau, 2006. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/1879.pdf>. Acesso em: 13/06/2012.

LOURENÇO, Rosenery Loureiro. **Difusão da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade na comunicação eletrônica dos conselhos da classe contábil**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, 2010.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, Amsterdam, v. 22, n. 1, p. 3-42, 1988.

MACEDO, P. B. R. **Escolaridade, experiência e salários: Uma análise do setor de processamento eletrônico de dados no Brasil**. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas. 181p.

MACHADO, Lúcio de Souza; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues; KUHN, Jaqueline. Diferenças Estatísticas nas Médias de Conhecimento Atribuídas pelos Professores Goianos de

Contabilidade acerca dos Pronunciamentos Contábeis. In: SEMEAD SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 16, 2013, São Paulo, **Anais...** São Paulo/SP: USP, 2013.

MACHADO, Lúcio de Souza; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues; SANTOS, Eduardo José dos. **Educação profissional continuada: estudo da sua efetividade no Estado de Goiás.** 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Gramado, 2008. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/142.pdf>>. Acesso em: 13/06/2012.

MACHADO, Márcia Reis. **O resultado econômico-financeiro proporcionado aos profissionais mediante conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu em contabilidade, 1988-2001.** 2003. 150 f. Dissertação (mestrado em contabilidade) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. 2003.

MACHADO, Vinicius Sucupira de Alencar; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa. Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação em contabilidade e o perfil do contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre educação contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n.1, p. 01-23, jan./abr. 2008.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 64, set. 1998.

MARION, José Carlos. Preparando-se para a profissão do futuro. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 14-21, mar. 1998.

MARTINS, Orleans Silva; MONTE, Paulo Aguiar do. Mestres em Ciências Contábeis: uma análise sob a ótica da teoria do capital humano. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 3, n. 2, art. 1, p. 1-22 maio/ago. 2009.

MARTINS, Orleans Silva; MONTE, Paulo Aguiar do. Mestres em Ciências Contábeis: uma análise sob a ótica da teoria do capital humano. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 3, n. 2, art. 1, p. 1-22, maio/ago. 2009.

MCMULLEN, Dorothy A.; SANCHEZ, Maria H. A Preliminary Investigation of the Necessary Skills, Education Requirements, and Training Requirements for Forensic Accountants. **Journal of Forensic & Investigative Accounting**, v. 2, n. 2, p. 30-48, 2010.

MIRANDA, Ana Cláudia; SOLINO, Antônia da Siva. Educação continuada e mercado de trabalho: um estudo sobre os bibliotecários do Estado Rio Grande do Norte. **Revista Perspectivas em ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 383-397, set./dez. 2006.

MONTEIRO, Ana Fatima Bernardo da Silva. “Educação a distância – uma modalidade da educação permanente”. **Revista de Ciências, Educação e Artes Don Domênico**. V.1. no 2, agosto/dezembro. 2001.

MORAES, Romildo de Oliveira. **Mestres em Ciências Contábeis sob a ótica da Teoria do Capital Humano**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, 2009.

MORAES, Romildo de Oliveira. **Mestres em Ciências Contábeis sob a óptica da Teoria do Capital Humano**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, 2009.

MORETTO, Cleide Fátima. O capital humano e a ciência econômica: algumas considerações. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 9, p. 67-80, maio 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 118 p.

NAKABASHI, Luciano; FIGUEIREDO, Lízia de. Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 151-171, jan./mar. 2008.

NEVES, Salomão Franco. **Ecoeficiência Produtiva: Uma análise do metabolismo do Polo Industrial de Manaus**. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi et al. Conhecimento de contabilidade internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis: estudo da oferta nas instituições de ensino superior das capitais brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEAR/USP**, v. 2, n. 2, p. 100 – 117, jan./abr. 2008.

OLIVEIRA, Marleide Cerqueira de; VILAMAIOR, Adriana Giarola; CÂMARA, Mauro Araújo. **Usabilidade: parâmetro para avaliação dos sites dos conselhos regionais de contabilidade**. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, São Carlos, 2010. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_TN_STP_114_751_16149.pdf>. Acesso em: 26/06/2012.

OLIVEIRA, Michelle Silva de. **Educação continuada e seus resultados na qualidade dos serviços contábeis ofertados pelos escritórios de contabilidade para as micro, pequenas e médias empresas situadas na região metropolitana do Recife-PE**. Recife, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis – UFPE, 2009.

OLIVEIRA, Michelle Silva de. **Educação continuada e seus resultados na qualidade dos serviços contábeis ofertados pelos escritórios de contabilidade para as micro, pequenas e médias empresas situadas na região metropolitana do Recife-PE**. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/>>. Acesso em: 26/06/2012.

ORDEM DOS AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS DE CABO VERDE. Disponível em: <<http://www.opacc.cv/>>. Acesso em: 26/06/2012.

ORO, Ieda Margarete et al. Egressos em ciências contábeis: análise do desenvolvimento profissional sob o enfoque da teoria do capital humano. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 6, n. 4, p. 35-49, out./dez. 2010.

ORO, Ieda Margarete; et al. O perfil do profissional de controladoria sob a óptica do mercado de trabalho brasileiro. *Revista Pensar Contábil*, Brasília, v. 11, n. 44, p. 5-15, abr./jun. 2009.

OTT, Ernani et al. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da Área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 57, dez. 2011.

PAGANOTTO, Juliane Fank; ROSSONI, Estela Pitwak; RIBEIRO FILHO, José Francisco. Uma investigação sobre o nível de conhecimento e observância da aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade em escritórios de contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 1, n. 2, p. 94-110, maio/ago. 2007.

PASCHOAL, Amarílis Schiavon. **O discurso do enfermeiro sobre educação permanente no grupo focal**. Dissertação (mestrado em enfermagem). Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2004.

PASCHOAL, Amarílis Schiavon; MANTOVANI, Maria de Fátima; MÉIER, Marineli Joaquim. Percepção da educação permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, p. 478-84, 2007.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 19 – 32, junho 2007.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração On Line – FECAP**. v. 5, n. 3, p. 39-54, 07-09/2004.

PELEIAS, Ivam Ricardo; et al. Identificação do perfil profissiográfico do profissional de contabilidade requerido pelas empresas, em anúncios de emprego na Região Metropolitana de São Paulo. **Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 131-141, maio/ago. 2008. <http://dx.doi.org/10.4013/base.20082.05>

PEREIRA, Ednei Moraes. **Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB**: uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal. 2011. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional Inter-Regional em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília – UNB, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2011.

PEREIRA, Ednei Moraes; NIYAMA, Jorge Katsumi; FREIRE, Fátima de Souza. Convergência das normas internacionais de contabilidade: uma análise a luz das teorias da educação de Paulo Freire e Libâneo nas instituições de ensino do Distrito Federal. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12, 2012, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2012. CD-ROM.

PIRES, Charline Barbosa; OTT, Ernani; DAMACENA, Claudio. “Guarda-Livros” ou “Parceiros de Negócios”? Uma Análise do Perfil Profissional Requerido pelo Mercado de Trabalho para Contadores na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 157-187, jul./set. 2009.

PRACTICAL TRAINING FOR PROFESSIONALS. Disponível em: <http://www.ptp.co.uk/StaticPage/file/cpd_accountants>. Acesso em: 26/06/2012.

PROSDÓCIMO, Zulma Purês Alves; OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Quem é o bibliotecário em exercício no Estado de Santa Catarina: necessidade de educação continuada. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, Porto Alegre, set., 2000. **Anais...** - CD-ROM.

RAMOS, Bruno Vinícius et al. Percepção de docentes de cursos de graduação em ciências contábeis sobre a função e atuação do comitê de pronunciamentos contábeis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 60-81, out./dez., 2011.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Uma análise das abordagens epistemológicas e metodológicas da pesquisa contábil do programa do mestrado multiinstitucional em ciências contábeis. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 27-49, jan./mar. 2007.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Teoria do Capital Intelectual e Teoria do Capital Humano**: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t095.pdf>>. Acesso em: 26/06/2012.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004, Minas Gerais, **Anais...** Caxambu/MG: ANPED, 2004.

SANTOS, Daniel Ferreira dos; et al. Perfil do profissional contábil: estudo comparativo entre as exigências do mercado de trabalho e a formação oferecida pelas instituições de ensino superior de Curitiba. **Revista Contemporânea de Contabilidade - UFSC**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 137-152, jul./dez. 2011. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2011v8n16p137>

SANTOS, Edilene Santana. Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: impacto esperado nos resultados de 2010 a partir das empresas que se anteciparam. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2011, p. 1-17.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Trad. Marcos Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Gizelda Monteiro da; SEIFFERT, Otília Maria L. B. Educação continuada em enfermagem: uma proposta metodológica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 62, n. 3, p. 362-366, maio/jun. 2009.

SILVA, Pedro Cláudio da et al. Impacto da Adoção das IFRS nas Empresas Brasileiras de Saneamento: a Percepção dos Profissionais do Setor. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 69-94, abr./jun. 2010.

SILVA, Rafael Alves da. A exaustão de Sísifo articulação entre toyotismo, neoliberalismo e Teoria do Capital Humano. **Revista Mediações Londrina**, v. 11, n. 1, p. 147-162, jan./jun. 2006.

SIMPSON, Peter; GRISONI, Louise; COX, Rodney. Relative Values: Qualification Programmes or Non-assessed Development? **Journal of Management Development**, Vol. 13 n. 5, 1994, pp. 14-24.

SISTEMA FIEAM. **Pesquisa aponta carência de mão de obra qualificada na indústria**. Desenvolvida por PIEROSAN, Genoir; MELLONI, Ocimar. Disponível em: <<http://www.fieam.org.br/site/fieam/pesquisa-aponta-carencia-de-mao-de-obra-qualificada-na-industria/>>. Acesso em: 25/10/2012.

SOARES, Sandro Vieira. **Estudo sobre a (in)satisfação de bacharéis em ciências contábeis com a disciplina de teoria da contabilidade**. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOUZA, Marcos Antonio de; VERGILINO, Caroline da Silva. **Um perfil do profissional contábil na atualidade: estudo comparativo entre conteúdo de ensino e exigências de mercado**. Disponível em: < <https://www.furb.br/especiais/download/866027-657185/EPC%2092.pdf>>. Acesso em: 21/06/2012.

TAMER, Carla Macedo Velloso dos Santos et al. Perfil do profissional contábil demandado pelo mercado de trabalho: um estudo no Norte do Brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 3, p. 143-162, jul/set., 2013.

THOFEHRN, MB et al. Educação continuada em enfermagem no Hospital-escola: um diagnóstico. **Revista brasileira de enfermagem**. p. 524-32, out./dez. 2000.

THOMAS, Edward J. Developing continuing education and training in European universities. **Journal of European Industrial Training**, Vol. 19 No. 4, 1995, pp. 11-15.

VATIN, François. **Le travail, sciences et société**. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1999.

VELLOSO, J. **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país**. Brasília: Capes, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

Educação Continuada em IFRS

Prezado(a) colega contador(a),

Bem vindo(a) à primeira etapa da pesquisa!

Este questionário é composto por 17 questões e está dividido em quatro etapas, incluindo esta. O tempo médio para a resposta total do questionário é de 7 a 10 minutos.

Qualquer dúvida sobre o preenchimento deste questionário, favor entrar em contato com:

Profa. Carla Tamer

E-mail: carlatamer@ufam.edu.br

***Obrigatório**

1. 1- Qual o seu grau de concordância com as frases a seguir? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	3- Indiferente	4 - Concordo parcialmente	5- Concordo totalmente
Considero importante para minha profissão a atualização sobre a convergência da contabilidade aos padrões internacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Após a promulgação da Lei 11.638/07, tenho me atualizado sobre as IFRS e os CPCs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As disciplinas oferecidas na minha graduação abordaram as Normas Internacionais de Contabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2. **2- O que você tem feito para manter-se atualizado sobre a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais? (POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UM) ***

Marque todas que se aplicam.

- Consulta à Internet
- Leitura da legislação societária
- Leitura das normas do CFC e pronunciamentos do CPC
- Cursos de extensão e aperfeiçoamento
- Leitura de informativos, jornais e revistas especializadas
- Leitura de livros técnicos
- Cursos de especialização
- Mestrado/doutorado
- Palestras, seminários, congressos e outros eventos
- Grupos de estudo
- Cursos e mini cursos
- Cursos à distância
- Não me atualizei sobre o assunto
- Outro:

3. **3- As ações de Educação Continuada que você participou, que tenham abordado assuntos sobre a convergência da contabilidade brasileira, foram realizadas: ***

Marcar apenas uma oval.

- Na maioria das vezes, no meu estado
- Na maioria das vezes, em outros estados da Região Norte do Brasil
- Na maioria das vezes, em estados de outras regiões do Brasil
- Na maioria das vezes, em cursos e eventos à distância
- Não participei de ações de Educação Continuada sobre o assunto
- Outro:

4. **4- Marque em quais instituições você participou dessas ações de Educação Continuada. (POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UMA) ***

Marque todas que se aplicam.

- CRCs e CFC
- Órgãos do Sistema S (ex. SEBRAE, SENAC, etc)
- Sindicatos da área contábil
- Instituições de Ensino Superior
- Empresas de Consultoria e Recursos Humanos
- Empresas de Auditoria
- Não participei de cursos e eventos sobre o assunto
- Outro:

5. **5- Marque os motivos pelos quais você PROCUROU SE ATUALIZAR sobre a convergência da contabilidade brasileira. (POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UM) ***

Marque todas que se aplicam.

- Atender a exigência do empregador
- Possibilidade de melhorar meu currículo
- Possibilidade de melhorar minha remuneração
- Possibilidade de crescimento profissional
- Interesse científico
- Corrigir deficiências da minha graduação
- Não procuro me atualizar sobre o assunto
- Outro:

6. **6- Marque os motivos que têm DIFICULTADO sua atualização sobre a convergência da contabilidade brasileira. (POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UM) ***

Marque todas que se aplicam.

- Não encontro ações de Educação Continuada no meu estado que aborde o assunto
- Falta de recursos financeiros
- Não tenho interesse no assunto
- Falta de incentivo da organização onde trabalho
- Falta de tempo
- Moro distante de onde são oferecidas as ações de Educação Continuada no meu estado
- Falhas ou ausência de recursos tecnológicos (computador, Internet e etc.)
- Não encontrei nenhuma dificuldade para me atualizar
- Outro:

7. **7- Qual o seu grau de satisfação quanto à QUANTIDADE, PREÇO, QUALIDADE e VARIEDADE das ações de Educação Continuada oferecidas no seu estado? ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Pouco satisfeito	Nada satisfeito
QUANTIDADE	<input type="radio"/>				
PREÇO	<input type="radio"/>				
QUALIDADE	<input type="radio"/>				
VARIEDADE	<input type="radio"/>				

Nível de Conhecimento em IFRS e CPCs

Bem vindo(a) à segunda etapa da pesquisa!

8. 8- Como você avalia seu conhecimento nos seguintes conteúdos? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo (0 a 20%)	2- Fraco (21% a 40%)	3- Regular (41% a 60%)	4- Bom (61% a 80%)	5- Excelente (81% a 100%)
a) Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c) Demonstração dos Fluxos de Caixa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d) Ativos Intangíveis (goodwill)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e) Operações de Arrendamento Mercantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
f) Ajuste a Valor Presente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
g) Contratos de Construção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
h) Combinação de negócios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
i) Primazia da essência econômica das operações sobre a forma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
j) Mensuração a valor justo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
k) Instrumentos e Derivativos Financeiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
l) Pesquisa e Desenvolvimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Perfil e Formação Profissional

Bem vindo(a) à terceira etapa da pesquisa! Agora falta pouco para terminar!

9. 9- Estado onde vive *

Marcar apenas uma oval.

- Acre
- Amapá
- Amazonas
- Pará
- Rondônia
- Roraima
- Tocantins
- Outro

10. 10- Localização *

Marcar apenas uma oval.

- Capital
- Interior

11. 11- Gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

12. 12- Idade *

Marcar apenas uma oval.

- Até 20 anos
- De 21 a 25 anos
- De 26 a 30 anos
- De 31 a 35 anos
- De 36 a 40 anos
- De 41 a 45 anos
- Acima de 45 anos

13. 13- Assinale qual a sua Formação Acadêmica *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não	Em andamento	Sim
Graduação em Ciências Contábeis:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Graduação em outro curso:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Especialização em Contabilidade:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Especialização em outra área:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mestrado em Contabilidade:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mestrado em outra área:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doutorado em Contabilidade:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doutorado em outra área:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pós-Doutorado:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. 14- Em que ano você concluiu a graduação em Ciências Contábeis? *

Marcar apenas uma oval.

- Antes de 2001
- De 2001 a 2007
- De 2008 a 2010
- De 2011 a 2013
- Ainda não concluí a graduação em Contábeis

Atuação Profissional

Bem vindo(a) à quarta e última etapa da pesquisa!

15. 15- Após o ano de 2007, em quais tipos de empresa você atuou na área contábil? (POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UM) *

Marque todas que se aplicam.

- Órgão ou Empresa Pública
- Empresa Privada (comércio, serviço ou indústria)
- Escritório Contábil
- Empresa de Auditoria
- Entidade do Terceiro Setor
- Instituição de Ensino Superior
- Não atuei na área contábil
- Outro:

16. **16- Após o ano de 2007, em quais áreas da contabilidade você atuou? (POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UMA) ***

Possível marcar mais de uma resposta.

Marque todas que se aplicam.

- Auditoria
- Controladoria
- Contabilidade Geral
- Custos
- Tributária
- Consultoria
- Perícia
- Contabilidade Pública
- Docência
- Não atuei na área contábil
- Outro:

17. **17- Quanto tempo de experiência você tem na área contábil? ***

Marcar apenas uma oval.

- Mais de 15 anos
- De 11 a 15 anos
- De 6 a 10 anos
- De 1 a 5 anos
- Menos de 1 ano
- Nunca atuei na área contábil

18. **Para receber posteriormente o resultado desta pesquisa, informe aqui o seu endereço de e-mail.**

Lembrando que todas as respostas estarão no mais absoluto SIGILO.

.....